

ÉLCIO ALOISIO FRAGOSO
et al
(orgs.)

Anais do ENADIS 2017



ENCONTRO NACIONAL EM ANÁLISE DE DISCURSO

I ENCONTRO NACIONAL EM ANÁLISE DE
DISCURSO: Exterioridade & Ideologia

PORTO VELHO – RO – 2017

APOIO



NÚCLEO DE
CIÊNCIAS
HUMANAS



GRUPO DE PESQUISA:
CONHECIMENTO, HISTÓRIA E
LÍNGUA,
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM
LETRAS
&
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM
HISTÓRIA
E ESTUDOS CULTURAIS

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Porto Velho
2018



**ANAIS DO ENADIS
2017
I ENCONTRO NACIONAL EM
ANÁLISE DE DISCURSO:
Exterioridade & Ideologia**

**GRUPO DE PESQUISA: CONHECIMENTO,
HISTÓRIA E LÍNGUA,
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS
&
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA
E ESTUDOS CULTURAIS**

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Élcio Aloisio Fragoso
Juciele Pereira Dias
Rodrigo Oliveira Fonseca
Carlos Barroso de Oliveira Júnior
Cristiane Marina Teixeira Girard
(Orgs.)

PORTO VELHO – 2017

COMISSÃO ORGANIZADORA

I ENCONTRO NACIONAL EM ANÁLISE DE DISCURSO: Exterioridade & Ideologia

Élcio Aloisio Fragoso

Carlos Barroso de Oliveira Júnior

Coordenação Geral

Auxiliadora dos Santos Pinto, Lilian Maria Moser, Rodrigo Oliveira Fonseca,

Juciele Pereira Dias, Cristiane Marina Teixeira Girard.

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)

E56

Encontro Nacional em Análise de Discurso ENADIS (1. : 2017 : Porto Velho, RO)

Anais do I Encontro Nacional em Análise de Discurso ENADIS: Exterioridade e Ideologia [recurso eletrônico] / organizado por Élcio Aloisio Fragoso, Juciele Pereira Dias, Rodrigo Oliveira Fonseca, Carlos Barroso de Oliveira Júnior, Cristiane Marina Teixeira Girard. – Porto Velho: UNIR, 2018.

Modo de acesso: <www.enadis.unir.br>

Encontro realizado nos dias 12 a 14 de julho de 2017, com o tema “Exterioridade e Ideologia”.

1. Análise de Discurso. 2. Exterioridade. 3. Ideologia. 4. Língua. 5. Sujeito. I. Fragoso, Élcio Aloisio. II. Dias, Juciele Pereira. III. Fonseca, Rodrigo Oliveira. IV. Oliveira Júnior, Carlos Barroso. V. Girard, Cristiane Marina Teixeira. VI. Título.

ISSN 2674-7650

CDU 81'42

Bibliotecária Responsável: Cristiane Marina T. Girard CRB11/897

[2018]

Capa

Carlos Barroso de Oliveira Júnior

Diagramação

Carlos Barroso de Oliveira Júnior

carlos.junior@unir.br



I ENCONTRO NACIONAL EM ANÁLISE DE DISCURSO:

Exterioridade & Ideologia

PORTO VELHO - RO - 2017

Élcio Aloisio Fragoso
Carlos Barroso de Oliveira Júnior
Coordenação Geral

COMITÊ CIENTIFICO

Amanda Eloina Scherer
Ana Cláudia Fernandes Ferreira
Atilio Catosso Sales
Bethania Sampaio Corrêa Mariani
Carolina María Rodríguez Zuccolillo
Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer
Débora Raquel Hettwer Massmann
Élcio Aloisio Fragoso
Freda Indursky
Juciele Pereira Dias
Lauro José Siqueira Baldini
Lucília Maria Abrahão e Sousa
Luiz Carlos Martins de Souza
Mara Ruth Glzman
Maria do Socorro Pereira Leal
Mônica Graciela Zoppi Fontana
Rodrigo Oliveira Fonseca
Silvia Regina Nunes
Tania Conceição Clemente de Souza
Verlí Fátima Petri da Silveira

REVISORES

Auxiliadora dos Santos Pinto
Edinaldo Flauzino de Matos
Élcio Aloisio Fragoso
Ilka de Oliveira Mota
Juciele Pereira Dias
Lilian Maria Moser
Lucas Martins Gama Khalil
Marília Lima Pimentel Cotinguiba
Rodrigo Oliveira Fonseca
Verônica Aparecida Silveira Aguiar

MONITORES

Aleandro Gonçalves Leite
Alex Filipe Gomes dos Santos
Alois Andrade de Oliveira
Andreia Cristina Siqueira
Angélica Paixão dos Santos
Ariane Rosas da Silva
Carla Vanessa Vieira do Nascimento
Cilá Mariá Ferreira Fonseca de Oliveira
Clebson Carlos de Oliveira
Clécia Pereira Cruz
Cristiane Marina Teixeira Girard
Darlan Batalha Sampaio
Eduardo Augusto Melo de Santana
Eduardo Joreu de Oliveira Freitas
Eliane Martins Damasceno
Elizete Ramos Bravo
Emanuel Jadir Correa Siqueira
Evânia Lima de Barros
Everson Rodrigues de Castro
Fabiany Moraes de Andrade
Fernanda Gonçalves Pimentel
Fernando Silva de Almeida
Francinete Pereira da Silva
Geanne Ferreira Leite
Grazielle Vieira Garcia
Janaína Kelly Leite Chaves
Jéssica Mara Bergonzini da Silva
Joelton Rezende Gomes
Joely Coelho Santiago
Kleyton Coelho Castro
Leoni Ramos Souza Nascimento
Maria Irene Delbone Haddad
Maria Janete Gonçalves Machado Rodrigues
Maria Norma Lopes Souza Silva
Maurício Rodrigo Pinilla Eduardo
Neide Alexandre do Nascimento
Patrícia Pereira da Silva
Paula de Brito Martins
Pedro Pedroza Cardoso
Pollyana Woida
Réllenny Vilas Boas Cerqueira Pereira
Rosália Aparecida Silva
Terezinha Andrade da Costa
Tiago José Freitas Batista
Washington Luiz dos Santos Assis

I ENCONTRO NACIONAL EM ANÁLISE DE DISCURSO:

Exterioridade & Ideologia

REALIZAÇÃO

GRUPO DE PESQUISA: CONHECIMENTO, HISTÓRIA E LÍNGUA

Prof. Élcio Aloisio Fragoso

Prof. Juciele Pereira Dias

Líderes

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

Prof. Luís Eduardo Fiori

Coordenação

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E
ESTUDOS CULTURAIS**

Prof. Lilian Maria Moser

Coordenação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

REITORIA

Prof. Ari Miguel Teixeira Ott

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Leonardo de Azevedo Calderon

PRÓ-REITORIA DE CULTURA, EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS

Profa. Marcele Regina Nogueira Pereira

NÚCELO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Júlio César Barreto Rocha

DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LÍNGUAS VERNÁCULAS

Profa. Maria de Fátima Castro de Oliveira Molina

APRESENTAÇÃO

Com o tema “Exterioridade e Ideologia”, o ENADIS, Encontro Nacional em Análise de Discurso foi promovido pelo Mestrado Acadêmico em Letras (ML) e pelo Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais (MHEC), por meio do Núcleo de Ciências Humanas (NCH), na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em Porto Velho (RO), de 12 a 14 de julho de 2017 e contou com a participação de pesquisadores em Análise de Discurso das regiões Sudeste, Nordeste e Norte nas Mesas-redondas, Conferência, Seminários temáticos e Atividades culturais.

Nessa sua primeira edição, o ENADIS produziu um espaço de trabalho, o de um Encontro que se dá no entremeio no campo das ciências da linguagem e das ciências humanas, por uma filiação à Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux e um círculo de intelectuais na França e introduzida e consolidada por Eni Orlandi no Brasil. O evento foi um ponto de encontro entre o desejo e a realização de um trabalho coletivo do lugar acadêmico, pelo qual se constituiu um diferencial de escuta dos sentidos em circulação na sociedade, na cidade. Dentre as atividades realizadas, cabe salientar a atividade “Discurso em análise”, em que foi projetado o documentário *Jirau e Santo Antônio: relatos de uma guerra amazônica*, a partir do qual muitas pessoas do público presente tomaram a palavra e tornaram a sessão extremamente rica e marcante das possibilidades de análise e intervenção em torno de um material audiovisual e seus sentidos.

No conjunto das atividades realizadas durante estes três dias de encontro, com suas especificidades, aconteceu uma forte discussão em torno das noções de Exterioridade e de Ideologia, colocando em relações pesquisas de diferentes domínios dos estudos da linguagem e outras áreas afins. Com isso, o evento promoveu uma *abertura ao conhecimento* de trabalhos produzidos por pesquisadores de outras instituições, bem como para os trabalhos que se desenvolvem na Unir, em um processo concreto de circulação do conhecimento.

A publicação dos Anais do Enadis 2017 reúne trabalhos de pós-graduandos de diferentes campos do conhecimento, o que constitui uma inserção social dos Programas de Pós-Graduação – Mestrado Acadêmico em Letras (ML) e Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais (MHEC) em Porto Velho, na região Norte do país, na Amazônia e em outras regiões do Brasil. O Enadis é um evento em potencial para se consolidar como uma referência na área dos estudos da linguagem, em âmbito nacional, e que vem contribuindo para a circulação de trabalhos de discentes e docentes tanto por meio das apresentações de trabalho, palestras, minicursos e conferências no evento, como por meio da publicação dos trabalhos apresentados.

A Comissão Organizadora agradece à Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), à agência de fomento, Capes, e a todos os colaboradores (professores, monitores, funcionários e técnicos) que são parte da organização e da realização do Enadis 2017, que resulta na presente publicação.

Carlos Barroso de Oliveira Júnior
Élcio Aloisio Fragoso
Juciele Pereira Dias
Rodrigo Oliveira Fonseca

SUMÁRIO

EFEITOS DO POLÍTICO NA MEMÓRIA DO DISCURSO ECOLÓGICO NACIONAL Fernanda Gonçalves Pimentel.....	7
O ACONTECIMENTO POLÍTICO DO PROCESSO DE COOFICIALIZAÇÃO DE LÍNGUAS E A SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL Carlos Barroso de Oliveira Júnior & Cristiane Marina Teixeira Girard.....	21
UMA BREVE VIAGEM PELA ANÁLISE DE DISCURSO Pedro Pedroza Cardoso.....	38
REFLEXÕES ACERCA DO USO DE PERIÓDICOS COMO FONTE HISTÓRICA Alex Filipe Gomes Dos Santos & Aleandro Gonçalves Leite.....	54
O EFEITO DE SENTIDO DA (IM)PARCIALIDADE DE UM EDITORIAL DA REVISTA VEJA Max Dias & Rosane Rodigheri Giraldi.....	67
LITERATURA INFANTIL NO SÉCULO XIX: O SILENCIAMENTO ANTE A IDENTIDADE DA CRIANÇA Terezinha Andrade Costa & Rosália Aparecida Silva.....	82
ESTÉTICA MODERNA E SUBJETIVIDADE: O CABELO COMO SÍMBOLO DO (AUTO)RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE NEGRA Joely Coelho Santiago & Washington Luiz dos Santos Assis.....	96
HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA TEÓRICA DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA DA AUTORA MARIZA VIEIRA DA SILVA Carla Vanessa Vieira & Elizete Ramos Bravo.....	107
IDENTIDADE E CULTURA SURDA: A INFLUÊNCIA OUVINTISTA Andreia Cristina Siqueira & Neide Alexandre do Nascimento.....	122
A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DE MULHERES E CRIANÇAS NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS DA AMAZÔNIA RONDONIENSE Joelton Rezende Gomes & Clécia Pereira Cruz.....	131
O QUE É SER PORTOVELHENSE: IDENTIDADE E CULTURA Antônio Cândido da Silva, Eduardo Augusto Melo de Santana Júnior, Patrícia Helena dos Santos Carneiro & Valdir Aparecido de Souza.....	144
POLÍTICA EDUCACIONAL E SOCIEDADE CIVIL: QUEM PARTICIPA DO PLANEJAMENTO? Juliana dos Santos Figueiredo & Eduardo Joreu de Oliveira Freitas.....	162
A AMAZÔNIA NA NARRATIVA ENSAÍSTICA NA OBRA VIVER AMAZÔNICO, DE ARY TUPINAMBÁ PENNA PINHEIRO Evânia Lima de Barros & Everson Rodrigues de Castro.....	172
URBANIZAÇÃO E FESTA JUNINA Clebson Carlos de Oliveira & Kleyton Coelho Castro.....	188

EFEITOS DO POLÍTICO NA MEMÓRIA DO DISCURSO ECOLÓGICO NACIONAL

FERNANDA GONÇALVES PIMENTEL¹

Instituto de Estudos da Linguagem – IEL - Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, no 571
Campinas - SP - Brasil
CEP 13083-859

fernandagpambiente@gmail.com

Resumo. *Este artigo parte da reflexão sobre natureza e política, fundamentando-se na Semântica do Acontecimento (SA), do teórico Eduardo Guimarães e em seu diálogo com a produção de Eni Orlandi, filiada à Análise de Discurso (AD) de linha francesa. Tem-se como principal objetivo apresentar algumas evidências dos efeitos do político naturalizados nas relações histórica e linguisticamente determinadas do brasileiro com a natureza, por meio da análise de enunciados ecológicos de duas notícias, uma da revista Época e outra no site oficial da Rio+20, além da fala pública da candidata Marina Silva, publicada no Estadão on-line e um depoimento da socióloga indígena Azilene Inácio, também disponibilizado on-line pela TV Escola. Com este corpus, almeja-se observar a constituição dos sentidos pouco questionados ou compreendidos pela população em geral, mas constantemente divulgados, especialmente pelas mídias on-line no/sobre o Brasil.*

Palavras-Chave. *Política. Natureza. Enunciados ecológicos. Mídias. Semântica do acontecimento.*

Resumo em segunda língua. *This article is based on the reflection on nature and political, based on the Semantics of the Event (SA), by the theoretician Eduardo Guimarães and in his dialogue with the production of Eni Orlandi, affiliated to the Discourse Analysis (AD) of the French line. It has as main objective to present some evidences of the effects of the politician naturalized in the historical and linguistically determined relations of the Brazilian with the nature, through the analysis of ecological statements of two news, one of the magazine Época and another in the official website of Rio + 20 , In addition to the public speech of the candidate Marina Silva, published in Estadão online and a testimony of the indigenous sociologist Azilene Inácio, also made available online by TV Escola. With this corpus, it is desired to observe the constitution of the senses that are*

¹ Aluna especial do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Linguística da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, São Paulo, Campinas, Brasil.

little questioned or understood by the population in general, but are constantly disseminated, especially by the online media in Brazil.

Palavras-Chave na segunda língua escolhida. *Political. Nature. Ecological statements. Media. Semantics of the event*

Introdução

Em seu texto *Língua e Enunciação*, Guimarães (1996), redefine enunciação como o acontecimento histórico do aparecimento do enunciado. Com essa redefinição, o autor aproxima os seus estudos enunciativos da produção da teórica Eni Orlandi e da Análise de Discurso (AD), considerando o sentido como os efeitos de sua enunciação, ou dito de outra forma, os efeitos do interdiscurso constituídos pelo funcionamento da língua no acontecimento. Desta maneira, Guimarães (1996), compartilha da seguinte noção: “O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido” (ORLANDI, 1992, p. 89).

Partindo desse alinhamento teórico, propõe-se o seguinte questionamento como recorte temático: como se dão os efeitos do político que a língua põe em funcionamento nos enunciados ecológicos?

Para fundamentar tal proposição, abordamos o conceito de político ressignificado na Semântica do Acontecimento (SA), equivalente a algo que é específico da divisão que afeta a linguagem em sua materialidade, da divisão da língua que determina o poder dizer certas coisas e não outras, a possibilidade do dizer do locutor de um certo lugar e não de outros, a ter determinados interlocutores e não outros. É com essa política de divisão dos sentidos que trabalharemos neste *corpus*, reiterando que “[...] o político diz respeito às divisões enunciativas na configuração do dizer, isto é, àquelas concernentes às representações dos sujeitos e aos gestos de afirmação de pertencimento desses sujeitos em relação a um objeto de dizer” (GUIMARÃES, 2005a, p.16).

Após uma breve apresentação da conceituação de político ou de política, a qual consiste na estabilização dos efeitos do que se designa político, pelo viés da unicidade, pode-se compreender de acordo com Guimarães (2007), que a designação de uma expressão linguística não produz apenas esse efeito de unidade. Não se trata

de um sentido único e absoluto que “*brota*” no pensamento das pessoas, mas significa nas relações interdiscursivas em que se institui, e constitui e divide o sentido no todo, de forma global, na qual ela se relaciona com outras expressões do texto. Já em Orlandi (2007), tal efeito é sustentado como sendo produzido pelo funcionamento ideológico no contato entre a materialidade linguística e a materialidade histórica. Desse modo, o presente artigo abrange alguns trechos a serem analisados sobre esses diferentes aspectos do político materializado no discurso ecológico de duas notícias online, uma da revista *Época* e outra no site oficial da Rio+20.

Posteriormente, será analisada a possibilidade de outros espaços de enunciação, não como crítica, mas como problematização das condições de produção dos sentidos naturalizados no que é dito e até mesmo silenciado no dizer da ecologia, tendo como base a fala pública da candidata Marina Silva, publicada no Estadão online e um depoimento da socióloga indígena Azilene Inácio, também disponibilizado online pela TV Escola. Parafraseando Guimarães (2005a), é no cerne desse dizer, amplamente veiculado nas mídias, que o contraditório do político instala o conflito e, no caso da nossa proposta de análise, é o que instala a crise ecológica e ambiental na fala vigorosa defendida por grande parte da população brasileira.

1 O valor do ambiental nas práticas midiáticas

Nos trechos de análise que este artigo recorta, a natureza pode ser tomada como um valor social, à luz do conceito de valor em OLIVEIRA (2014), a divisão do real na qual o conflito político se inscreve, sendo a natureza e o meio ambiente objetos do dizer, sustentados pela sociedade nos processos discursivos.

Vamos, então, aos recortes de notícias.



ÉPOCA

HOME BRASIL CIÊNCIA & TECNOLOGIA CULTURA MUNDO NEGÓCIOS SAÚDE & BEM-ESTAR

Aplicativos Copa Últimas Notícias Nossa Missão Principais Editoriais

10+20 - 26/06/2012 12:57 - Publicado em 29/03/2012 12:47

10 Ideias para salvar o planeta

De reuniões fechadas a protestos com arco e flecha, a Rio+20 teve de tudo. Até propostas para o cotidiano do cidadão

NELITO FERNANDES, MARINA NAVARRO LINS, MAURÍCIO MEIRELES, ALEXANDRE MANSUR E ALINE RIBEIRO

Twitter Cards 13 G+ 1 LinkedIn Share

Longe dos "debates de alto nível", no Riocentro, um grupo de inovadores exibiu suas invenções em eventos paralelos à Rio+20. Complexos, como o plástico feito de amido de milho, ou simples, como as garrafas PET usadas para iluminar barracos, todos os projetos estão prontos para ser colocados em órbita. ÉPOCA selecionou dez dessas invenções.

Recorte 1.- Texto da revista Época, 2012, disponível em:
<http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2012/06/10-ideias-para-salvar-o-planeta.html>. Acesso em 26 nov. 2016

13/03/2012 10:30

[Momento histórico não favorece a Rio+20, diz embaixador](#)

Marcos Azambuja, que foi negociador do Brasil na ECO-92, alerta que resultados da conferência de junho podem ficar à sombra da crise financeira

[Leia mais >](#)

12/03/2012 09:00

[Governo brasileiro e ONU diluíram agenda da Rio+20](#)

Para o ex-ministro, ausência de metas vem do receio de expor as contradições acerca das questões ambientais

[Leia mais >](#)

11/03/2012 09:20

[Entrevista: Rio+20 pode chegar a um resultado tímido](#)

Alerta é feito pelo negociador do Brasil na ONU. Embaixador reconhece que crise pode até ajudar na conscientização

[Leia mais >](#)

Recorte 2.- Página do site oficial da Rio +20, de 2012. Disponível em:
http://www.rio20.gov.br/sala_de_imprensa/noticias-nacionais1.1.html . Acesso em: 26 nov. 2016

Ao se observar a temática na mídia, por um lado, tem-se a retomada de uma espécie de mito homogeneizante do ambientalismo romântico, sob a égide de “salvar o planeta”, no enunciado veiculado *on-line* pela Revista Época. Assim, para enunciar, o locutor representado pela Revista Época se coloca como impessoal e, fora da história, fala enquanto enunciador universal ao aproximar a matéria do conhecimento científico sobre o ambiental paralelo a Rio+20. Mas também essa impessoalidade é relativa no agenciamento enunciativo, já que o texto é direcionado para o cotidiano do cidadão, embora nem todos os projetos apresentados incluam o destinatário popular, pois já delimita o interlocutor - x que necessita deter no mínimo um status de internauta e assinante da revista. Em resumo, convém ainda destacar na reportagem que do complexo ao simples, determinante de os “barracos”, as soluções apresentadas se limitam à manutenção de uma distribuição política de desigualdade, já que nesse dizer os mais simples continuam sem poder ter acesso ao mais sofisticado.

Além disso, outros sentidos são produzidos pelos termos “inovadores” e “inovações”, por exemplo, fazendo o meio ambiente se significar, por meio da materialidade da língua, enquanto um empreendimento, um negócio e endossando a questão do lucro. Considera-se, nesse ponto, a abordagem de Guimarães (2007), sobre a significação como algo que acontece, produzida enunciativamente no e pelo acontecimento da enunciação que integra um texto.

Por outro lado, os títulos das notícias no site da Rio+20 corroboram o não - dito acerca do contraditório que permeia e constitui a natureza da crise ambiental e aí se configuram as relações de poder, ou dito de outra forma, as condições capitalistas que atravessam o discurso, pela forma como o político atravessa a língua.

Pela perspectiva da Semântica do Acontecimento (SA), “crise” é totalizante, sendo a expressão linguística “crise ambiental” significada em relação à “crise financeira” e assimilada por esta, que designa o “Momento histórico” no primeiro enunciado. A Rio +20 é um acontecimento de linguagem por que produz enunciados que são significados pela língua em funcionamento. E o que está em jogo na forma como “conferência” significa ao “estar à sombra” e ser abarcada por “crise financeira” é a cena enunciativa econômica não apenas brasileira (dos que falam a Língua Portuguesa), mas internacional, com a predominância de enunciados em Inglês no

próprio texto do documento original da Conferência, ou reformulando, o ambiental nacional (podemos incluir aqui as florestas, a fauna, os recursos naturais) continua sendo reduzido e estando à mercê do liberalismo dos países desenvolvidos mesmo nas mais redentoras convenções ecológicas.

Retomando o conceito de crise, essa assume até mesmo um viés interdisciplinar, definido pela historicidade e pode ser constatado em “negociador” e “crise financeira”, em que ocorre de forma naturalizada o deslize de “ambiental” para “financeira”, isto é, o valor do ambiental fica reduzido ao campo em que a Rio+20 está circunscrita: da economia. Apagando-se, portanto, as contradições e naturalizando os interesses ecológicos que são atendidos hierarquicamente na direção horizontal dos países desenvolvidos aos menos desenvolvidos, afirmados, respectivamente, como pertencentes ao primeiro mundo e ao terceiro mundo.

O locutor As Nações Unidas, a ONU, não é simplesmente representado por pessoas líderes mundiais donas do seu dizer, mas como nos traz Guimarães (2005a), tratam-se de lugares constituídos pelo dizer no agenciamento enunciativo e o espaço de enunciação da conferência, o Rio de Janeiro, já mobiliza sentidos uns e não outros e recorta o memorável do acontecimento da Rio92, que não se limita a um fato, mas a essa articulação da temporalidade e do interdiscurso que remete aos sentidos (sempre de forma direcional) de avanço e retrocesso em relação ao que se enuncia sobre a crise e sua dimensão mundial.

Reiteramos que o discurso ecológico é atravessado, assim, por discursos múltiplos, o econômico, o político-administrativo, o religioso, o científico (que fala da finitude dos recursos, do desmatamento, das catástrofes climáticas, da poluição etc.) e pode deslocar outras posições no discurso de um mesmo locutor social.

Coaduna-se com esse discurso, um estado de calamidade geral, exposto em nomes como “alerta”, em oposição metafórica à segurança.

Neste sentido, segundo Rancière (2010), o sentimento de falta de segurança pode significar a falta ou a necessidade de suplantar qualquer coisa. Daí novamente a excelência do político para apagar, por exemplo, a difusão do preconceito contra o índio ou contra o marginalizado, isto é, aquele que está à margem do acesso aos recursos em prol da segurança da vida civilizada e do progresso.

Ademais, mediante às condições de produção dos relatos sobre a natureza na tradição da literatura romântica, parafraseando Orlandi (2008), desde o século XIX, do ponto de vista da historicidade, percebemos senão menos rupturas com a visão colonial etnocêntrica, possivelmente muito mais distanciamentos e silenciamentos dos sentidos. Fato que ocorre em prol do que se designa a necessidade de se formar uma identidade hegemônica, nacional, ou dito de outro modo, um espaço de repetição para o mito do ambientalismo romântico, o qual idealiza o índio e as matas brasileiras ao mesmo tempo que nega a produtividade destes sem a intervenção do ocidente, ainda que isso implique no prevalectimento de visões menos críticas sobre a humanidade, o meio e os recursos naturais.

2 A constituição do espaço enunciativo do cidadão ecológico

Sobre o cenário de enunciação brasileiro cabe a seguinte consideração antes de prosseguirmos com os recortes deste *corpus*: “[...] são espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e modos de dizer” (GUIMARÃES, 2005b, p.18)

Por este viés, apresentamos o locutor brasileiro que (re)produz o discurso ecológico sem autonomia plena do seu dizer, mas dividido nas relações conflituosas das línguas que compõem a diversidade, o multilinguismo do Brasil, levando em conta que ao reconhecermos o português como nossa língua nacional e oficial, deixamos de reconhecer outras línguas, a do imigrante, a do indígena e por aí vai. Por isso, essa divisão política da língua funciona no conflito que se expande para além do indivíduo ou cidadão ecológico pragmático, dividindo esse locutor na medida em que isto se dá como “[...] condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos” (GUIMARÃES, 2005a, p.18).

Assim como esse locutor desconhece que fala de um lugar social, o qual é apagado no discurso, os cidadãos que estão fora do ecologicamente correto também não reconhecem que não estão simplesmente fora, mas que se trata da questão de não falarem desse lugar, e sim, de outro. Portanto, de um lado, temos a fala do articulado e, de outro, do desarticulado, daquele que afigura nas mídias como o

interlocutor que precisa ser salvo pelo locutor que toma a palavra pela razão, pelo saber, o político ambientalista.

Além disso, convém retomar as afirmações anteriores sobre a interdiscursividade, as quais vêm ao encontro do que enfatizamos acerca das evidências, das marcas dos enunciados econômico, de governança pública, literário, científico, religioso e tantos outros, os quais atravessam a mediação dos discursos ambientalistas da atualidade. Selecionamos, então, um determinado trecho de uma fala da área pública para análise desse poder dizer:

Há uma insatisfação muito grande com a quantidade e qualidade da participação e representação política. Não se faz aquilo que é necessário, mas o que é conveniente. Estamos sacrificando os recursos de milhares de anos pelo lucro de algumas décadas". [...] Não há como uma mudança dessa magnitude ser feita por apenas uma pessoa, um partido, um setor. [...] É uma luta de todos ao mesmo tempo agora. (SILVA, 2015)

Observa-se uma oposição a esse discurso, conforme verificamos no depoimento de Azilene Inácio, da etnia Kaingang (SC), formada em Sociologia pela PUC - Paraná, compilado na série de documentários *Índios no Brasil*, da TV Escola (2000):

“O preconceito é muito grande. A grande maioria da população não gosta de índio. Vê o índio como uma coisa pejorativa, como um atraso, um atrapalho, principalmente na questão da retomada de nossas terras, isso fica muito mais claro, quando a gente explicita essa luta da gente”.

Na fala da locutora socióloga Azilene Inácio observa-se um olhar que se desloca sobre o que geralmente se enuncia sobre o índio (lugar em que o dizer dela se constitui) e suas terras enquanto os papéis que ocupam na ecologia, ainda na dimensão do político, pois: “Fundado no conflito, o político é o que produz estabilidade, reforça discrepâncias e exclusões, mas também é o que permite o movimento, a inclusão e a produção de condições de igualdade, segundo o modo como se dá o embate das forças em jogo” (OLIVEIRA, 2014 p. 45).

Ao contrário do apelo de luta reivindicado por Azilene, o discurso político-administrativo identificado no dizer de Silva (2015), não denuncia o sacrifício imposto aos povos ameríndios ou às vítimas de problemas ambientais em virtude do lucro,

mas reforça a naturalização do sacrifício, nesse caso, o do índio, em nome do progresso e da identidade nacional. Isto se evidencia, sobretudo, nos dizeres de que a maioria da população “vê o índio como uma coisa pejorativa, como um atraso, um atrapalho[...]”, ou seja, o índio é uma coisa, não tem o estatuto de humano, logo não detém um lugar social de dizer, e pelo não direito à palavra, também pouca ou nenhuma relevância têm os seus demais direitos num Estado gerenciado pelos brancos. Assim o lugar de dizer do índio, que é histórico, acaba sendo marcado ora pela idealização da vida no meio natural, ora por uma antipatia ou negação social.

Em seguida, tem-se a reflexão de que se torna natural associar o índio ao “atraso”, “um atrapalho” ao desenvolvimento.

No desdobramento da análise, verifica-se na primeira cena enunciativa que a locutora Marina Silva toma a palavra como candidata política e mobiliza outros lugares de dizer ou enunciadores: o genérico em “é uma luta de todos” e universal como argumento que produz o efeito do verdadeiro, do científico sobre a disponibilidade e o futuro dos recursos. Noticiada pelo Estadão on-line, a fala preconiza tão somente a necessidade de que todos se sacrifiquem, lutem juntos, mas afinal, quem obteve o lucro de algumas décadas? Não haveria aí uma contradição entre a obtenção do lucro e a união das mesmas pessoas que se beneficiam e as que são marginalizadas pela falta desse provento? Propor que todos lutem juntos ‘agora’ não seria propor apagar diferenças e contrastes da desigualdade que perdura há séculos na distribuição dos recursos, tendo como suporte uma pseudodemocracia e naturalizando o apelo ao lucro em nossas relações humanas e ambientais? Além disso, a fala dessa figura política parece sucumbir à visão da finitude dos recursos, a qual propusemos inicialmente como vestígio do mito literário romântico e que, neste caso, assemelha-se a uma profecia latente da catástrofe. Isto se dá, de certa forma, em relação à futuridade dos sentidos em noções de que a humanidade é a grande vilã dos desastres ecológicos e maléfica a um ambiente que não deixa de ser idealizado e dividido pelos sentidos, colocado frequentemente de maneira alegórica, como fora da história. Tais enunciados não significam no presente em que são divulgados, mas num futuro de ações, obrigações como acordos, projetos e conferências comprometidas com o destino da humanidade, da natureza e do meio ambiente.

Ainda no caso do enunciado pela candidata política, que fala também pela perspectiva acadêmica e por deter o lugar social de ambientalista, a afirmação desse pertencimento, isto é, o funcionamento da língua apaga as diferenças discrepantes do uso dos recursos entre a população. Desta forma, não parece despertar nenhum estranhamento nas pessoas, mesmo os não incluídos efetivamente num consumo predatório como os grandes empresários, por exemplo, a fala de todos serem convocados a lutarem juntos, desconsiderando-se as circunstâncias do poder restrito ou nenhum poder de realizarem, de fato, qualquer mudança no destino dos recursos naturais.

Ao apagar essas contradições tem-se novamente o que propomos como o efeito de unicidade da igualdade, como nos diz Guimarães (2005a), para manter essa relação de pertencimento do todos no todos, os quais são convocados à união. Entretanto, na verdade, apenas distribui e individualiza a "culpa" pela crise dos recursos uniformemente sem considerar os fatores incluídos e excluídos nas relações historicamente determinadas dos brasileiros com o objeto natureza.

Em decorrência disso, observa-se que a problemática ambiental tem sido agora um chamariz para que se falem e silenciem as tramas discursivas que há séculos envolvem o poder. E o acesso aos recursos é acesso ao poder.

Em síntese, os discursos múltiplos (o econômico, o literário, o científico, o religioso, o de governança pública, mesmo o de resistência sobre o ideal de natureza e de índio), no que tange ao ambiental, são atravessados e se fazem presentes nas duas cenas enunciativas no jogo incontornável da língua com as relações de poder e a política. Sendo que “[...] o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra por mais que esta lhe seja negada (GUIMARÃES, 2005a)”.

A partir desse ponto, almeja-se explicitar algumas circunstâncias na conjuntura histórica capitalista que divide os sentidos na sociedade brasileira.

Primeiramente, destaca-se a reprodução do discurso preservacionista pelo cidadão comum visando à solução por meio de recursos “importados”, da perspectiva de um modo de vida e padrões de consumo que vêm de fora (incluindo a biotecnologia e a produção de conhecimento), que já são negados a uns. Ademais, no caso da

revista *Época*, o político funciona distribuindo quem vai ter acesso a determinados recursos, embora afirme o pertencimento dos que não estão incluídos diretamente nesse processo de acesso. Acrescentam-se a isso, pelo enunciado, que os “destinatários” das soluções com pets que iluminam os barracos não estão incluídos, por exemplo, nos projetos enviados aos “destinatários” das alternativas com “plástico feito de amido”, por ser um produto mais refinado.

Num segundo momento, enfoca-se a natureza das práticas de silenciamento que na maioria dos casos pouco distanciam os efeitos do político sobre a natureza e o homem natural, no caso o índio, instaurados no Brasil desde o “descobrimento”.

Finalmente, Guimarães (2005b), ainda argumenta que termos como língua o português, expresso constitucionalmente, instaura a nossa posição de brasileiros civilizados, isto é, os brasileiros não civilizados são os povos indígenas, os não falantes do português.

“Vemos, assim, formulada a relação entre o português, o Brasil e o valor da civilização, que aí aparece o seu sentido de valor único para o desenvolvimento da história do homem” (GUIMARÃES, 2005b, p. 17).

Do mesmo modo, segundo Orlandi (2008) este valor do civilizado, isto é, do que é bom, avançado e tecnológico tem sido reproduzido nos atuais discursos ecológicos, os quais funcionam ideologicamente como o discurso da descoberta, direcionando-se do colonizador para o colonizado, sem apresentar grandes rupturas.

Assim, a contradição da política do dizer é constitutiva: “De tal modo que o estabelecimento da desigualdade se apresenta como necessária à vida social e a afirmação de pertencimento, e de igualdade, é significada como abuso, impropriedade” (GUIMARÃES, 2005a). Desta maneira, o autor associa essa

desmontagem do contraditório à ação homogeneizante do poder no/pelo silenciamento da própria contradição, uma vez que, em suma, os locutores e os destinatários dos enunciados sobre a natureza podem não tratar do mesmo objeto, se ocuparem diferentes lugares de dizer. A ação de silenciar é posta à luz do trabalho de

Orlandi (2007), que reflete sobre a política do silêncio da seguinte forma: “Aí entra toda a questão do ‘tomar’ a palavra, ‘tirar’ a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar etc” (ORLANDI, 2007, p.29). Além de formular que o silêncio significa e

mesmo trabalhando para além de seu potencial político, convém salientar que: “Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência) [...] (ORLANDI, 2007 p. 29).

É nesse interim que fundamentamos a abordagem da questão dos recursos naturais e de seus usuários, os humanos, pela problematização da perspectiva que vigora do explorador para o explorado, do colonizador para o colonizado, dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, na relação entre brancos e índios, etc. E essa perspectiva naturalizada que opera nos enunciados que analisamos, não se dá alheia à exterioridade e ao próprio funcionamento da língua, conforme nos diz a vasta produção de Guimarães, mas longe de engessar a nossa capacidade de compreensão, o autor nos provoca no sentido de observarmos melhor os processos ao invés de nos limitarmos a reproduzirmos os mesmos resultados, aos dados já calculados.

Observe-se.

O que chamo aqui de naturalização é o fato de que, à medida que essas sobreposições e hierarquizações operam, elas passam a ser vistas como próprias da língua, ou seja, como da língua enquanto objeto que recebemos tal como é, em virtude de sua natureza (uma pedra é uma pedra, uma árvore é uma árvore, uma língua é uma língua). Assim, a distribuição política das línguas para seus falantes, que é histórica, é tomada como natural e instala-se a norma como algo da “natureza”. A língua se aproxima do biologicamente dado.

Compreender o caráter político do espaço de enunciação é parte de um processo para se saber como mudar/afetar nosso espaço de enunciação refazendo-o (GUIMARÃES, 2005b, p 24-25).

Considerações finais

O funcionamento enunciativo do discurso referente ao índio, ao campo, aos recursos e à natureza em geral, nas evidências de um mito romântico das práticas ecológicas nos atuais discursos midiáticos, vem de encontro ao que propomos como reflexão para problematizarmos a vida em sociedade.

Com esta finalidade, preconizamos a reelaboração dos pensamentos já cristalizados sob a tênue superfície do equilíbrio, haja vista que os sentidos das

relações humanas são constituídos pelo real da língua e parecem flutuar em águas mais profundas, instáveis e, geralmente, imersas no desequilíbrio.

A midiatização desse mito sobre a harmonização ecológica, por sua vez, continua mantendo-se na reprodução de sentidos mesmos, na irrefletida e na não compreensão do apagamento da luta secular advinda de práticas de dominação que algumas classes infligem a outras em detrimento de possíveis avanços no bem-estar da população hodierna, conforme diz Rancière: "As forças da dominação e da exploração aumentaram consideravelmente seus meios de ação" (RANCIERE, 2010).

Assim sendo, depreende-se que as práticas midiáticas não apenas influenciam, mas se constituem no discurso hegemônico como meio de legitimação do controle da elite capitalista sobre a natureza e o meio ambiente enquanto recursos, já que vivemos no Estado de direito.

Portanto, negar os sentidos do político materializados nos acontecimentos ecológicos equivale a negar a constante tensão e injunção do homem ao desequilíbrio, por isso endossamos a inversão da busca da humanidade pelo equilíbrio ambiental, já que essa idealização não dialoga com a balança da natureza humana, que tende à dissensão, ao (des)encontro dos sujeitos em sua completude imaginária.

Outra evidência que identificamos nesse estudo é que a mídia pode exercer múltiplos efeitos sobre o interlocutor na veiculação da mesma notícia, o qual também é interpelado pelo discurso tecnicista na reportagem da revista *Época*, conciliando o sentimento romântico de salvar o planeta com a crença supostamente racional na eficácia da solução pela tecnologia. Também deixamos em aberto a indagação da diferenciação do locutor e do destinatário nos discursos das mídias eletrônicas e virtuais, visto que a circulação dos sentidos pode não se dar da mesma maneira, devido às especificidades de suas materialidades nos espaços que significam e as fazem significar.

Desse modo, o percurso teórico de Guimarães traz uma reflexão sobre semântica pela teorização epistemológica do objeto não já-sabido, e pelo (re)formulável no desconforto das palavras que reclamam sentidos em sua relação com a memória discursiva. Assim, propomos pensar as rupturas, a produtividade dos discursos polissêmicos, como nos lembra Orlandi (2013), em suas formas de

contradição inerentes ao sujeito de linguagem, dividido e de-centrado pelo acontecimento que é político, no confronto incessante com o simbólico.

Referências

BRASIL, ÍNDIOS NO. TV escola. **Educação integral**, 2000. Disponível em: < <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/video.php?f=37>>. Acesso em: 24 set. 2015.

GUIMARÃES, Eduardo. Língua e Enunciação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, 1996.

_____. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. São Paulo, Campinas: Pontes, 2005a.

_____. Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil. **Linguagem e letramento em foco**. Campinas: Cefiel/Unicamp, 2005b.

MOLLICA, M. C; GUIMARÃES, E. **A palavra, forma e sentido**. Campinas: Pontes, 2007.

OLIVEIRA, S. **Sobre o funcionamento político na linguagem**. Línguas e Instrumentos Linguísticos – Nº 34 - jan-jun 2014

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Terra à vista**: discurso do confronto velho e novo mundo. 2ed. Campinas, SP: Unicamp, 2008.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 11ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

RANCIERE, J. **A associação entre arte e política segundo o filósofo Jacques Rancière**. Disponível em: < <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-jacques-ranciere/> >. Acesso em: 22 out.2016

SILVA, M. **Em NY, Marina Silva critica forma de fazer política no Brasil e pede fim da dualidade opositiva**. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-ny--marina-silva-critica-forma-de-fazer-politica-no-brasil-e-pede-fim-da-dualidade-opositiva,10000002544> >. Acesso em: 22 nov. 2015).

O ACONTECIMENTO POLÍTICO DO PROCESSO DE COOFICIALIZAÇÃO DE LÍNGUAS E A SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL²

CARLOS BARROSO DE OLIVEIRA JÚNIOR
CRISTIANE MARINA TEIXEIRA GIRARD

Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Letras
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Campus - BR 364, Km 9,5, CEP: 76801-059 - Porto Velho – RO

carlos.junior@unir.br, cristiane.girard@unir.br

Resumo. Este artigo objetiva compreender o processo de produção de sentidos na cooficialização de línguas e o modo como determinados sentidos são instituídos/legitimados em recortes dos textos do Diretório dos Índios e da Lei Municipal N.º 145, de 11/12/2002. O trabalho está filiado à Análise de Discurso, conforme as perspectivas teóricas de Michel Pêcheux na França e de Eni Orlandi no Brasil. Para isso, são mobilizadas as noções de Discurso, Acontecimento, de Instituição e Língua(s).

Palavras-Chave. Discurso. Acontecimento. Instituição. Cooficialização. Línguas.

Resumen. Este artículo objetiva comprender el proceso de producción de sentidos en la cooficialización de lenguas y el modo en que determinados sentidos son instituidos / legitimados en recortes de los textos del Directorio de los Indios y de la Ley Municipal Nº 145, de 11/12/2002. El trabajo está afiliado al Análisis de Discurso, conforme las perspectivas teóricas de Michel Pêcheux en Francia y de Eni Orlandi en Brasil. Para ello, se movilizan las nociones de Discurso, Acontecimiento, de Institución y Lenguas (s).

Palabras clave. Discurso. Acontecimiento. Institución. Cooficialización. Lenguas.

Introdução

Apresenta-se, nessa pesquisa, parte de um percurso analítico sobre os processos de institucionalização da cooficialização de línguas em âmbito nacional.

² Esse trabalho de pesquisa foi proposto e orientado pelo Prof. Dr. Élcio Aloisio Fragoso, da Fundação Universidade Federal de Rondônia, a partir das leituras e discussões em sala de aula, durante o curso da disciplina Discurso e Identidade Cultural, do Programa de Pós-Graduação, Mestrado Acadêmico em Letras.

Questiona-se, para tanto: qual o motivo desses sentidos sobre cooficialização de línguas estarem em circulação na atualidade? Por que determinadas línguas são institucionalizadas e não outras e como esses sentidos se inscrevem na história? A institucionalização da língua portuguesa no Brasil, no século XVIII, dava-se em que condições históricas e políticas? No século XIX tem-se a independência política do país, existiu algum discurso de defesa de que se institucionalizasse a cooficialização das línguas?

A cooficialização é um procedimento que utiliza os instrumentos jurídicos para instituir uma língua oficial junto à outra que já goza de tal *status* de oficialidade (doravante, em alguns casos, utilizar-se-á no texto a palavra ‘co/oficial’, quando em referência à língua, compreendendo que ela pode ter um *status* de oficialidade ou cooficialidade nessa relação jurídica). Normalmente, as línguas instituídas enquanto cooficiais são as de minorias linguísticas, que clamam o direito à sua própria língua.

Nesse discurso da cooficialização, os sentidos são postos como transparentes, determinados por mecanismos ideológicos pelos quais se produz a evidência de que uma língua é oficial e não outra, ou uma língua e outra são oficiais e não outras, efeitos de sentido de que a língua cooficializada goza das mesmas garantias e reconhecimentos da língua oficial. Dessa maneira, a ideologia, de acordo com a perspectiva teórica de Eni Orlandi (1996),

não é vista aqui como conjunto de representações nem como ocultação da realidade. Enquanto prática significativa, discursiva, ela aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história, para que signifique. (ORLANDI, 1996, p. 28).

A cooficialização passa a ter o significado de igualdade em direitos linguísticos, ou seja, o efeito de evidência que está figurando como o único no discurso de cooficialização é o da isonomia linguística.

Aqui, porém, interessa a relação política entre instituição e legitimidade, que ao longo da pesquisa será discutida em termos de processos de institucionalização de sentidos para a cooficialização e o direito à língua/linguagem. Desse modo, tem-se por objetivo compreender os processos de institucionalização da cooficialização no Brasil por meio de análises dos instrumentos jurídicos e das instituições que legitimam

aspectos da política indígena do período da história de Portugal e do Brasil denominado pombalino. Para isso, analisaremos recortes de textos do Diretório dos Índios, elaborado em 1755, tornado público em 1757 e da Lei Municipal N.º 145, de 11/12/2002, que dispõe sobre a cooficialização das línguas Nheêgatú, Tukano e Baniwa, no município de São Gabriel da Cachoeira/AM.

Objetiva, para tanto, compreender o acontecimento e o saber que se constrói sobre a institucionalização e legitimação dos processos de cooficialização de línguas no Brasil, os direitos linguísticos que são delimitados, continuados e silenciados, além das injunções das possibilidades e dos apagamentos que resultam desse procedimento de política linguística, ao se refletir sobre como esse processo de cooficialização está significado nos documentos que o legitima e sobre quais os efeitos de sentidos estão sendo produzidos com este acontecimento. Não se toma, nesse estudo, um acontecimento como algo milagroso, como algo que do nada caiu do céu, que surgiu do nada, como diz Michel Pêcheux (2015), em sua obra “O Discurso – estrutura ou acontecimento”:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação. (PÊCHEUX, 2015, p. 56).

Para tanto, o trabalho está filiado à Análise de Discurso, conforme as perspectivas teóricas de Michel Pêcheux na França e de Eni Orlandi no Brasil.

1 Fundamentação teórico-metodológica

A fundamentação teórico-metodológica filia-se na perspectiva discursiva materialista, sendo este o método empregado por se compreender que esse processo de cooficialização de línguas é histórico nessa relação.

Na perspectiva discursiva materialista, os processos são históricos e, portanto, a instituição não pode ser um *a priori* a ser sustentado pelo sujeito. Tampouco o sujeito organiza os sentidos, para que pudesse ser um ponto de sustentação (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 11).

Desta maneira, usar-se-á das assertivas de teóricos como Michel Pêcheux, Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi, Élcio Aloisio Fragoso, Suzy Maria Lagazzi, Rosângela Morello entre outros, da Análise de Discurso de linha francesa e brasileira, por ter, por meio de suas autorias, aportes para as conceituações abordadas e as reflexões propostas, uma vez que “a análise de discurso não está interessada no texto em si como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso” (ORLANDI, 2015, p. 70).

A Análise de Discurso de linha francesa é uma teoria de entremeio, desenvolvida e fundada por Michel Pêcheux, na França, durante o século passado, entre os anos de 1960 a 1970 e introduzida e continuada no Brasil, pelo estudo de Eni Orlandi, no fim dos anos 70, que ampliou as pesquisas iniciadas por Pêcheux.

A Análise de Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido (ORLANDI, 2015, p. 23-24).

Portanto, almejando a compreensão dos diferentes processos de significação que acontecem nesse processo, que é função da historicidade, recorre-se e filia-se, aqui, as contribuições desta teoria, que, como cita Orlandi (2015, p. 7-8) “nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos aos menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem” (ORLANDI, 2015, p. 7-8).

2 A institucionalização do processo de cooficialização no Brasil

Da mesma forma que Lagazzi (2007, p. 12), para esta pesquisa, toma-se a instituição como uma organização discursiva resultante de processos e percursos de institucionalização dos sentidos, estes sim objetos da discussão aqui proposta, com a

finalidade de compreender como os sentidos da cooficialização se instituem no Estado brasileiro.

A instituição, como é considerada por Claudia Castellanos Pfeiffer (2007, p. 19), “tem uma forma própria que é a da escrita e do saber. Há assim uma indissociabilidade entre a Instituição, o saber e a escrita. O processo de institucionalização toca, pois, o espaço político-social”.

O discurso da língua enquanto direito produz-se sob a evidência de uma institucionalização (por um efeito de legitimidade), constituída pela “legitimação da língua”, que é verificável, primeiramente, em meados do século XVIII, pela reestruturação política promovida por Marquês de Pombal e as reformas na prática de ensino. Trata-se, aqui, da institucionalização da língua portuguesa, ocorrida no século XVIII, pela escrita do Diretório dos Índios, compreendida enquanto língua única, evidenciando nesse gesto uma aparência de oficialidade à língua, gesto este, que engendra na interdição da coexistência de outras línguas que não a língua portuguesa, como explica Mariani (2001, p. 110): “Língua, conhecimento e religião estão indissociavelmente ligados, no entanto, simbolicamente, as línguas portuguesa e indígena valem de modos diferentes”. E do processo de institucionalização da cooficialização de línguas no Brasil, encetada no início do século XXI, pela escrita da Lei N.º 145, de 11 de dezembro de 2002.

Traz-se à discussão a questão do Diretório dos Índios, por ter-se a compreensão que a institucionalização dessa normativa fez com que o sentido de língua assumisse outra posição – que escapa/rompe com a de caráter meramente cultural – a de direito e a de deveres, quando por meio da promulgação de seu texto, mais especificamente o contido no artigo 6, o Diretório dos Índios obriga o uso da língua portuguesa. Com esse gesto, ele silencia e apaga outras línguas. Assim, depreende-se por esse gesto de institucionalização outros sentidos à língua portuguesa (tida como a língua do Príncipe), além da já concebida pelo poder da época, como o sentido da conquista, o sentido do poder indisputável da língua do colonizador sobre o colonizado, o sentido da língua como instrumento de obediência, o sentido da língua como civilizadora, o sentido de polidez que a língua dá a nação, enquanto língua una/única, o sentido da língua enquanto marca de afeto e veneração.

Por outro lado, as demais línguas, faladas no Brasil, também se constituem (por esse gesto de instituição da língua portuguesa como oficial, única e verdadeira) de sentidos outros, porém, significadas pejorativamente com o sentido de línguas diabólicas, o sentido de línguas inferiores/menores, o sentido de línguas bárbaras, de línguas submissas, de línguas rústicas, línguas abomináveis, línguas proibidas, línguas abolidas, entre outros, que por sua vez, engendram de outros sentidos a própria língua portuguesa, agora tomada como oficial, com o sentido de língua verdadeira, o de língua correta/certa, o de língua libertadora, o de língua aceita, o de língua padrão, o de língua oficial.

E é a partir desse efeito de sentido de língua oficial, dado à língua portuguesa, que se busca refletir aqui sobre o processo de produção de sentidos na institucionalização de línguas co/oficiais no Brasil e isso requer e permite que se fale em política linguística. A proposta, então, é justamente focar a relação de legitimação e institucionalização no percurso delineado pelo processo de cooficialização de línguas, discutindo a importância da autoria nesse percurso de direito à língua.

Lagazzi-Rodrigues (2007, p. 17) ressalta a importância em se compreender as possibilidades abertas pela institucionalização e seus diferentes modos de representação na relação entre instituição, legitimidade e autoria. Por essa perspectiva é importante observar como se dá o acontecimento da institucionalização de uma língua, cooficializada, no âmbito nacional, com isso questiona-se aqui, que acontecimento é este?

Acontecimento para este estudo discursivo é compreendido como ponto no qual um discurso, nesse caso a cooficialização de línguas, rompe com a estrutura vigente, a de única língua soberana, instaurando outro processo discursivo, enquanto um processo de produção de sentidos decisivo para a formação da identidade linguística nacional, concebendo-se que a questão da identidade é enfatizada no século XIX, em decorrência da independência da nação. Esse acontecimento inaugura uma forma outra de dizer o direito à língua, estabelecendo um lugar de onde outra rede de dizeres possíveis emerge. Essa definição de acontecimento pode ser melhor elucidada nas palavras de Frago:so:

um acontecimento não se dá numa ordem sequencial, contínua; um acontecimento, então, irrompe, não na forma de uma descoberta ou de um novo pensamento que nasceu "gratuitamente" na consciência dos homens, mas como diferenças que se instalam em relação ao que já foi dito antes neste espaço de memória específico. São estas manifestações que emergem, sob determinadas condições e num momento específico, que estamos chamando de acontecimento (discursivo). (FRAGOSO, 2001, p. 29).

Zoppi Fontana, citando Pêcheux em seu texto, coaduna com Fragoso a respeito desse conceito fino à Análise de Discurso

A partir da definição de Pêcheux do *acontecimento discursivo* como o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, insistimos no impacto sobre os processos discursivos de um elemento histórico descontínuo e exterior que afeta a memória produzindo ruptura e deslocamentos [...] (ZOPPI FONTANA, 2014, p. 29).

Acerca dessa ruptura, enquanto resultado do acontecimento discursivo afetado pela memória, a autora segue esclarecendo que

o acontecimento discursivo como lugar material onde o real da língua e o real da história se encontram produzindo uma ruptura, uma interrupção e uma emergência nas relações de continuidade definidas pelos rituais enunciativos que conformam as práticas discursivas na sua historicidade (ZOPPI FONTANA, 1997, *apud* ZOPPI FONTANA, 2014, p. 29).

E essa historicidade como define Eni Orlandi (2015, p. 66) “é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele” (ORLANDI, 2015, p. 66).

Assim os efeitos de sentidos resultantes do acontecimento político do processo de cooficialização de línguas e da sua institucionalização no Brasil se dão, a partir do momento em que se inicia todo esse procedimento, que leva a uma ruptura. Sobre isso é interessante observar os trabalhos de Rosângela Morello sobre leis e documentos referentes ao processo de cooficialização de línguas, que objetivam uma compreensão histórica desse fato político e social.

De acordo com Morello (2015), a Lei n.º 145, de 11 de dezembro de 2002 materializa a primeira política municipal de cooficialização de línguas e abre uma via jurídica para o reconhecimento das línguas brasileiras e, com isso, institui uma nova

jurisprudência. Essa Lei n.º 145, que trata da cooficialização das línguas Nheêgatú, Tukano e Baniwa, no município de São Gabriel da Cachoeira/AM, em seu

Art. 1º A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

Parágrafo Único – Fica estabelecido que o município de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas, passa a ter como línguas cooficiais o nheêgatú, o tukano e o baniwa (MORELLO, 2015, p. 15).

Institui o direito a língua, na ilusão de estar em prol da diversidade linguística, mas pela análise pode-se compreender que isso é ruptura com o antes dito, com o que antes foi determinado, com os sentidos (supracitados) esquecidos. O que neste ensaio interessa não é a letra da lei, se as línguas X, Y ou Z são ou não (co)oficiais, mas, sim, compreender como esse discurso de (co)oficialização funciona e que sentido(s) ele produz.

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro (ORLANDI, 2015, p. 8).

Quando instituído, o trabalho do vereador, enquanto agente político a quem a cooficialização faça sentido, vai rodear em âmbito de função autor. Entra aí o reconhecimento do trabalho do outro na institucionalização de um direito linguístico, em uma relação de alteridade visível. O vereador toma para si a posição de autoria do projeto lei, não enquanto pessoa física, mas enquanto instituição que representa. Como diz Orlandi, “aprender a se representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor” (ORLANDI, 1998, *apud* ORLANDI, 2015, p. 74).

Vereador, não é aqui compreendido, como a pessoa humana, mas enquanto instituição que representa e que o legitima para tal, sendo esta a Câmara Municipal de Vereadores, que lhe permite essa autoria.

Para que a cooficialização ocorra, antes é necessária uma reivindicação de grupos linguísticos determinados, estudo de jurisprudências, interesse político, aprovações em assembleias legislativas, regulamentação, implementação e

planejamento orçamentário. Tudo isso, pelo cenário nacional no que concerne a este tema, somente é possível por meio do interesse de um agente político, nesse caso o vereador, que representa a instituição, até então, legitimada nas práticas de cooficialização de línguas.

A oficialidade/cooficialidade ocorre em um lugar institucional. Tanto a (co)oficialidade quanto a legitimação dessa (co)oficialidade. No que concerne à (co)oficialidade dada a uma língua outra, no Brasil, os espaços institucionais de criação de leis, as casas legislativas, tiveram/têm grande importância. A língua é (co)oficializada/legitimada por aquele que institui uma norma, que pratica a legislatura, por aquele que diz o direito, por aquele que reivindica um direito linguístico, porém existe aí a produção de diferentes relações com a legitimidade, por meio de processos diversos, que (re)significam essa(s) língua(s) em um discurso outro.

A cooficialização de língua(s) traz consigo sentidos outros às próprias línguas (co/oficializadas), que possuem *status* de oficialidade ou cooficialidade, e às línguas outras (não co/oficializadas), que não possuem esse *status*.

Por um lado a institucionalização impõe injunções, por outro lado ela torna possível a circulação de um saber, abrindo para diferentes modos de representação e para a continuidade da produção científica. Uma questão de política linguística marcada pela tensão entre a função autor e a posição autor. (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 17).

No trecho acima, Lagazzi-Rodrigues trata da institucionalização da linguística enquanto disciplina no Brasil, mas o interessante é observar como essa autora coloca/representa tal procedimento, o que pode ser ampliado, em uma paráfrase, para fins deste estudo, acerca da institucionalização da cooficialização de línguas, ao se compreender que *a institucionalização do processo de cooficialização impõe injunções, mas que, por outro lado, torna possível a circulação de um direito linguístico, abrindo para diferentes modos de representação e para a continuidade do processo de cooficialização. Uma questão de política linguística marcada pela tensão entre a função autor e a posição autor.*

3 Um processo discursivo que rompe com a estrutura jurídica-linguístico vigente no país

Por que é possível a cooficialização hoje e em outro momento não? Para responder a esta questão é preciso considerar que, na Análise de Discurso, todo fato ou acontecimento histórico significa e precisa ser interpretado. É pelo discurso que a história, no campo das ciências da linguagem, deixa de ser meramente evolutiva, como explica Eni Orlandi (1998, p. 9), ao concluir que: “a história não é cronologia, não é evolução, nem relação de causa-efeito, mas filiação, produção e mecanismos de distribuição de sentidos. A interpretação, em suma, como veremos é função da historicidade”.

A esta pesquisa, portanto, não interessa o rastreamento dos dados históricos, mas a compreensão de como os sentidos podem sempre ser outros, em relação às questões de línguas/linguagens, em que são produzidos. Para essa compreensão, tem a historicidade, na relação constitutiva entre linguagem e história.

Sobre o acontecimento da cooficialização de línguas é interessante observar que:

1. No século XVIII, a língua portuguesa se tornou a única língua permitida e obrigatória, com a aplicação do Diretório dos Índios³ no ano de 1758.
2. No século XIX, mais precisamente em 07 de setembro de 1822, o Brasil se declarou independente de Portugal, porém se manteve governado pelo príncipe regente, coroado Imperador D. Pedro I⁴.
3. No mesmo século, em 1889, ocorreu, no Brasil, a proclamação da república, no dia 15 de novembro – que pôs fim à soberania do Imperador D. Pedro II.

Aqui, recorre-se a Análise de Discurso visando à compreensão de como esse objeto simbólico produz efeitos de sentidos outros e a compreensão de como ele está investido de significância para e por sujeitos nesses acontecimentos.

³ Política do Marquês de Pombal que vislumbrava incorporar os índios à sociedade dos brancos e isso constituía efeitos de sentidos à língua nacional.

⁴ Processo que criou oposição entre o Reino do Brasil e o Reino de Portugal.

Esses acontecimentos na história – compreendida na perspectiva da Análise de Discurso, como organizada a partir das relações de poder e ligada às práticas sociais e não à cronologia – eram atravessados por discursos outros, de diferentes ideologias, que compreendiam que a língua deveria ser *una*, homogênea, uma língua civilizada.

Nesse processo de constituição da língua nacional, a imposição do diretório das línguas, de proibição de outras línguas, silencia essas outras línguas no país. Como se verifica no artigo 6

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as Nações polidas do Mundo, este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado. (Diretório dos Índios).

Esse silenciamento, por essa conjuntura política que é marcada pelo Diretório dos Índios, é fundante na constituição da língua portuguesa no Brasil, na criação da língua portuguesa, isso é censura, pois há aí um silêncio local.

Nas palavras de Orlandi

o silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido dizer em certa conjuntura (é o que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer: numa ditadura não se diz a palavra ditadura não porque não se saiba mas porque não se pode dizê-lo). (ORLANDI, 2015, p. 81).

Há a censura do dizer, do dizer uma língua outra, enquanto se pode dizer essa língua, mas não a diz. Isso pode ser observado na proibição da língua brasileira (tupi ou língua geral, como também era denominada). O povo não falava outra língua, que não a portuguesa, não por que não sabiam falar essa outra língua, mas por que era proibido dizê-la. Esse silêncio da língua brasileira é fundante da, então, oficial, língua portuguesa, por conta dessa relação de poder vigente no país, que a legitimava. Segundo Orlandi (2015, p. 81-82) “As relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras”.

Outros acontecimentos, como a independência política do país, evidenciam diferentes sentidos em relação à língua/linguagem nacional sendo constituídos, a exemplo, por meio da literatura brasileira, como os observados em trabalhos de Élcio Aloisio Fragoso⁵, sobre a constituição da língua nacional, durante o século XIX.

Assim, por todo esse gesto de interpretação, retoma-se a questão “por que é possível a cooficialização hoje e em outro momento não?” e observa-se que a possibilidade desse acontecimento se dá pelas diferentes formações discursivas que foram interpelando os sujeitos falantes das línguas consideradas não civilizadas, por meio de movimentos sócio-históricos e políticos que colocaram o sujeito em outra posição, a fim de se (re) significar na e com a língua, por meio de um processo de resistência, compreendido na Análise de Discurso como: “movimento do sujeito para uma posição que não o submete inteiramente à coerção.” (ORLANDI, 1998, p. 17). Posição que, pela historicidade, foi produzindo outros sentidos, no modo de funcionamento da linguagem e na constituição dos sujeitos falantes das línguas de minorias.

Como marco dessas mudanças sociais, históricas e políticas, em um gesto de resistência, tem-se a promulgação da Constituição Federal de 1988, que já insere o sujeito falante de língua minoritária em outra formação discursiva, em outra ideologia, que rompe com a institucionalizada pelo Diretório dos Índios. O artigo 13 da Carta

⁵ Fragoso, Élcio Aloisio. O discurso da estilística na história da produção gramatical e na constituição da língua nacional, de 2006 e A relação entre língua (escrita) e literatura (escritura) na perspectiva da história da língua no Brasil, de 2001.

Magna de 88 ratifica a dominância da Língua Portuguesa, quando a legitima como língua oficial do Estado brasileiro, porém, há outros sentidos possíveis quando o texto não determina que essa seja a única língua, em estados e municípios, e nem diz que a língua portuguesa deva ser a única oficial. Esse mesmo instrumento jurídico, junto com a redemocratização do país, abre espaço, para o reconhecimento de direitos culturais e linguísticos, que pode ser observado em seu Artigo 231.

Esses outros sentidos vão se institucionalizando por meio de instrumentos jurídicos internacionais, que evidenciam as ideologias dos grupos de minorias linguísticas e garantem, nesse momento, o direito à língua, como:

- a Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas, de 1992;
- a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, de 1996.

Esses instrumentos jurídicos internacionais abrem espaço, politicamente, para outras relações de poder, que são históricas e sociais, que (re) configuram e (re) significam a política linguística interna, evidenciando a presença do político na linguagem, que interpelam o sujeito que ocupa uma posição de falar uma língua não civilizada, como o que fala uma língua de cultura, “línguas que fazem parte do que caracteriza as culturas dos povos que as praticam, sendo estes, então, caracterizados, entre outras coisas, por suas línguas” (GUIMARÃES, 2003, p. 49).

De acordo com Orlandi (1988, p. 7):

Falar é, em si, uma prática política. No sentido largo do político, que assim considera as relações históricas e sociais do *poder*. Paralelamente a essa presença geral do político na linguagem, podemos falar de algo mais circunstanciado e, de certa forma, “administrativo”: a política da linguagem ou política linguística (ORLANDI, 1988, p. 7).

Esse administrativo, a partir da posição do sujeito falante de língua de cultura, evidencia esse acontecimento, que rompe com as formas de significar as línguas de cultura que antes eram suplantadas pelo português. Assim, vão sendo institucionalizadas as cooficializações e se deslocam sentidos por instituições que tem o poder de legitimar a língua, por meio de instrumentos jurídicos, como:

- Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais – LIBRAS;
- Lei nº 145 de 11 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a cooficialização de nheengatu, tukano e baniwa no município de São Gabriel da Cachoeira, AM;
- Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 dezembro de 2000;
- Lei nº 210 de 31 de outubro de 2006, que regulamenta a cooficialização de nheengatu, tukano e baniwa no município de São Gabriel da Cachoeira, AM;
- Lei nº 987 de 27 de julho de 2007, que dispõe sobre a cooficialização da língua pomerana no município de Pancas, ES;
- Lei nº 510 de 27 de julho de 2008, que dispõe sobre a cooficialização da língua pomerana no município de Laranja da Terra, ES;
- Lei nº 1.136 de 26 de junho de 2009, que dispõe sobre a cooficialização da língua pomerana no município de Santa Maria de Jetibá, ES;
- Lei nº 671 de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a cooficialização da língua pomerana no município de Vila Pavão, ES;
- Lei nº 2.615 de 13 de novembro de 2009, que dispõe sobre a cooficialização da língua talian em Serafina Corrêa, RS;
- Lei nº 3.473 de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre a cooficialização da língua pomerana no município de Cangaçu, RS;
- Lei nº 2.251 de 1º de setembro de 2010, que dispõe sobre a cooficialização da língua alemã como complementar no município de Pomerode, SC;
- Lei nº 2.356 de 10 de outubro de 2011, que dispõe sobre a cooficialização da língua pomerana no município de Domingos Martins, ES;
- Lei nº 211 de 04 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a cooficialização das línguas wapichana e macuxi no município do Bonfim, RR;
- Lei nº 281 de 25 de março de 2015, que dispõe sobre a cooficialização das línguas wapichana e macuxi no município de Cantá, RR;
- Lei nº 3.180 de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a cooficialização da língua talian no município de Flores Cunha, RS.

Soma-se, a essas legislações, o Decreto 7.387, de 09 de dezembro de 2010, onde em seu Art. 1º diz que:

Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 2010).

Observa-se que essas legislações se configuram na intersecção de um direito à língua com a produção normativa, que as institucionalizam não em âmbito nacional, mas municipal, pelas Câmaras de vereadores, que têm a função de autoria dessas normas, que legitimam a cooficialização.

Conclusão

O trabalho trouxe uma reflexão sobre a legitimidade e a institucionalização desse acontecimento, o de cooficialização, como prática discursiva, produzida pela política linguística, ao se considerar as ações legislativas das Câmaras Municipais nesse processo.

Ao se considerar que, na Análise de Discurso, todo fato ou acontecimento histórico significa e precisa ser interpretado, buscou-se compreender qual o motivo desse processo de cooficialização está se dando somente agora e não em outro momento, reflexão esta, percebida no capítulo 3 deste trabalho, ao se perceber que acontecimento se dá pelas diferentes formações discursivas que foram interpelando os sujeitos falantes das línguas consideradas não civilizadas, por meio de movimentos sócio-históricos e políticos que colocaram o sujeito em outra posição, a fim de se (re) significar na e com a língua, por meio de um processo de resistência,

Buscou-se, por todo o exposto, a compreensão sobre o acontecimento da institucionalização do processo de cooficialização de línguas no Brasil e a sua legitimação, na configuração dos sentidos.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7209.htm>. Acesso em: 01 mai. 2017.

Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 47/135, de 18 de Dezembro de 1992. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_2/IIPAG3_2_10.htm> Acesso em: 19 abr. 2016.

Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos, de 6 a 9 de Junho de 1996. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf> Acesso em: 20 abr. 2016. [2008].

Diretório dos Índios. **Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário.** Disponível em: <http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm> Acesso em 01 mai. 2017.

FRAGOSO, Elcio Aloisio. **A relação entre língua (escrita) e literatura (escritura) na perspectiva da história da língua no Brasil.** (2001). Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270668/1/Fragoso_ElcioAloisio_M.pdf. Acesso em 01 jun. 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e política de línguas no Brasil. *In*: CORRÊA, Marcia Cristina; DO NASCIMENTO, Silvia Helena Lovato (org.). **Espaços de Circulação da Linguagem.** – N. 27 (Jul – Dez de 2003). ISSN 1519-3985 – Santa Maria, 1991. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/issue/view/648/showToc>. Acesso em 01 jun. 2017.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. O político na linguística: processos de representação, legitimação e institucionalização. *In*: ORLANDI, E. P. (org.) **Política Lingüística no Brasil.** Campinas, SP: Pontes; 2007.

MARIANI, Bethania. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **História das Ideias Linguísticas – construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional.** Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

MORELO, Rosângela. A Política de Cooficialização de Línguas no Brasil. *In*: MORELLO, Rosângela (Org.). **Leis e línguas no Brasil: O processo de cooficialização e suas potencialidades.** Florianópolis: Nova Letra gráfica e editora; IPOL, 2015.

_____. Uma nova jurisprudência: a cooficialização das línguas nheengatu, tukano e baniwa. *In*: MORELLO, Rosângela (Org.). **Leis e línguas no Brasil: O processo de cooficialização e suas potencialidades.** Florianópolis: Nova Letra gráfica e editora; IPOL, 2015.

ORLANDI, E. P. A leitura proposta e os leitores possíveis. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **A leitura e os leitores.** Campinas, SP: Pontes; 1998.

_____. Confronto pela linguagem. *In*: ORLANDI, E. P. (org.) **Política Lingüística na América Latina.** Campinas: Pontes, 1988.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** 12.^a Ed. Pontes Editores, Campinas, SP. 2015.

_____. Exterioridade e Ideologia. *In*: **Cadernos de Estudos Linguísticos - UNICAMP.** Campinas, (30):27-33, Jan./Jun. 1996. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637037/4759>>. Acesso em 03 mar 2018.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. A Linguística nas associações: um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política linguística. *In*: ORLANDI, E. P. (org.) **Política Lingüística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes; 2007.

ZOPPI FONTANA, Mônica G. **Althusser e Pêcheux**: um encontro paradoxal. Revista Conexão Letras - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, v. 9, n. 12 (2014). Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55118>>. Acesso em 21 set 2017.

UMA BREVE VIAGEM PELA ANÁLISE DE DISCURSO

PEDRO PEDROZA CARDOSO

Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Campus - BR 364, Km 9,5 - CEP: 76801-059 - Porto Velho - RO

agente.pedroza@gmail.com

RESUMO. *Este artigo, de forma breve, apresenta o campo teórico da Análise de Discurso da linha francesa, considerando, principalmente, os ensinamentos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Esboçaremos, aqui, a base teórica que norteou nossa dissertação de mestrado, cujo objeto foram alguns recortes da obra “Um paraíso perdido – reunião de ensaios amazônicos”, de Euclides da Cunha, onde problematizamos a heterogeneidade e atravessamentos do discurso do autor. Os recortes que escolhemos dessa escrita (ensaios e cartas), sempre aos olhos da Análise de Discurso, permitiu-nos entender a fala do autor e a sua posição (discursiva), observando as ideologias a que ele estava filiado, bem como o pensamento teórico dominante e as condições históricas de produção do final do século XIX e início do século XX, a noção de autoria (função-autor), bem como a constituição do seu discurso.*

Palavras-Chave. *Teoria. Análise de Discurso. Ideologia. autoria e condições de produção.*

SUMMARY. *This article, briefly, presents the theoretical current of Discourse Analysis of the French line, considering, mainly, the teachings of Michel Pêcheux and Eni Orlandi. Here, we will outline the theoretical basis for our master's thesis, whose subject was a few cuts from Euclides da Cunha's book "A Lost Paradise - A Meeting of Amazonian Essays", where we discuss the heterogeneity and cross-cutting of the author's discourse. The cuttings we chose from his writing (essays and letters), always in the eyes of Discourse Analysis, allowed us to understand the author's speech and his position, observing aspects such as the ideologies to which he was affiliated, as well as the dominant theoretical thinking and the historical conditions of production of the late nineteenth and early twentieth century, the notion of authorship (function-author), as well as the formation of his discourse.*

Keywords. *Theory. Discourse Analysis. Ideology. authorship and production conditions.*

1 Breve quadro teórico-epistemológico da Análise de Discurso

Tendo como base para nosso quadro teórico-epistemológico os escritos de Eni Orlandi (2015), podemos afirmar que a Análise de Discurso (AD) tem seu início nos anos 60 do século XX, na Europa, tendo como objetivo investigar fenômenos linguísticos inacessíveis aos estudos da época, cuja unidade básica era a palavra ou a frase. Contudo, o discurso, que é o seu objeto de estudo (da AD), já vinha sendo estudado, de forma não sistemática, é claro, em diferentes épocas e segundo diferentes perspectivas e sentidos (ORLANDI, 2015, p. 15).

Desconsiderando os estudos retóricos da antiguidade, há trabalhos sobre o estudo do texto, em sua materialidade linguística, já no século XIX, com a semântica histórica de M. Bréal e no início do século XX, com a busca de uma lógica interna do texto⁶, prenunciando uma análise que não era de conteúdo (conforme os estudos dos formalistas russos), que conseguiram entender que a questão a ser respondida não era “o que”, mas “como”, ou seja, como este texto significa (ORLANDI, 2015, p.15).

Nos anos 50 do século XX aparecem os estudos, ou método distribucional do norte americano Z. Harris, que livram a análise do texto do viés conteudista. Contudo, esses estudos estenderam o mesmo método de análise de unidades menores (morfemas, frases) para unidades maiores (texto) e procedem a uma análise linguística do texto como o faz na instância da frase, perdendo dele aquilo que ele tem de específico. Por isso, não foram eficientes, uma vez que não refletiram sobre a significação, tornando o texto apenas uma frase longa (ORLANDI, 2015, p. 16).

Há também os estudos do inglês M. A. K. Halliday, que faz parte do estruturalismo europeu, onde ele inverte a perspectiva linguística ao lidar com o texto como este sendo uma unidade semântica. Mesmo tendo avançado nas pesquisas, ele

⁶ Orlandi (1995, p. 17 e 18) vai nos dizer: “situando-nos no século XX, temos o estudo dos formalistas russos (anos 20/30), que já pressentiam no texto uma estrutura”.

acaba estático em suas contribuições, uma vez que não considerou a ideologia como constitutiva do texto (ORLANDI, 2015, p. 16).

Já nos anos 60 do século XX, tendo como base a interdisciplinaridade entre Linguística, Marxismo e Psicanálise, a Análise de Discurso provoca um deslocamento teórico ao ir além e buscar conceitos exteriores aos do domínio da Linguística (ORLANDI, 2015, p. 17).

Politicamente, a Análise de Discurso surge de uma ação transformadora que tinha como objetivo lutar contra o grande formalismo da época. Queria desrobotizar a relação com a linguagem, abrindo um leque de questões no interior da própria linguística. Assim, a linguagem ganhou um papel importante e primordial na constituição do sujeito e do sentido. A Análise de Discurso foi considerada uma ruptura com a concepção política da época e trouxe a necessidade de intercâmbio com outras áreas das ciências humanas.

No texto “**Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso**”, de Michel Pêcheux, publicado em 1983 e traduzido por Eni Orlandi em 2011, cujo principal objetivo era situar o ponto de vista epistemológico da Análise de Discurso da escola francesa fundada por ele, o autor propõe partir das ideologias, para trabalhar sobre os textos, colocando em causa a transparência da língua, e diz que é preciso abandonar as certezas associadas ao enunciado documental.

Ainda na referida obra, Pêcheux (1983) observa a contribuição de Foucault para a Análise de Discurso, que foi levar em conta as posições teóricas e práticas de leitura que fazem do texto um monumento, a construção teórica da intertextualidade, e, de forma mais geral, da interdiscursividade.

Existe uma divisão básica da Análise de Discurso, de certa forma até simplista, mas que é didática para os primeiros contatos com a teoria. Há a AD norte-americana, que apresenta uma tendência a uma declinação mais empírica e com um sujeito intencional e a AD europeia, com uma tendência materialista, que desterritorializa o que se conhece como língua e como sujeito em sua relação com o discurso (ORLANDI, 2003, p. 6).

No Brasil, há várias produções acerca da análise de discurso, que configuram diferentes práticas teóricas, contudo são os trabalhos de Eni Puccinelli Orlandi

(vinculada à corrente francesa de AD) que nortearão esta pesquisa. Eni Orlandi é Doutora pela Universidade de São Paulo e Paris/Vincennes e Pós-Doutora pela Universidade de Paris, possuindo inúmeras obras teóricas publicadas sobre a teoria de AD, muitas das quais estão citadas neste trabalho.

Nunes (2007) afirma que uma das marcas da Análise de Discurso brasileira é o modo de “nomear os conceitos, segmentando as palavras, produzindo novas formas materiais (por prefixação, infixação, sufixação), hifenizando, empregando parênteses ou barras, trabalhando a não-coincidência do conceito com ele mesmo”.

2 Breve quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso

Como deve portar-se o pesquisador ante o modo de funcionamento da linguagem? Como proceder? Sabemos que a Análise de Discurso não tem como foco o sentido “verdadeiro” do texto e que o analista deve partir de um método que permita relativizar o seu “eu” durante a interpretação, colocando-se em uma posição que lhe permita ver o processo de produção em suas condições (ORLANDI, 2015, p. 57 e 59).

Ao iniciar a pesquisa, o analista deve, primeiramente, pensar na constituição do *corpus*, delineando seus limites, fazendo recortes, retomando conceitos, noções e observando que a Análise de Discurso, em se tratando da natureza da linguagem, se preocupa com todas as materialidades discursivas, como imagem, som e letra, ou seja, o texto (ORLANDI, 2015, p. 60, 64 e 65).

O texto, em todas as suas formas, é a unidade que o pesquisador tem para trabalhar, sabendo que a Análise de Discurso busca a compreensão do processo discursivo, ou seja, ela problematiza os sentidos que são atribuídos ao referido texto. Assim, o ofício do analista não é interpretar, mas sim compreender como é o funcionamento desse texto (ORLANDI, 2015, p. 61).

Durante os trabalhos, é fundamental ter a noção de como a linguagem funciona. “Este funcionamento não é totalmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso”. Esta ideia de funcionamento nos remete à relação estrutura/acontecimento de Pêcheux (1995) e permite ao analista pesquisar não

apenas o que as partes significam, mas também as regras que tornam possível qualquer parte. (ORLANDI, 1987 apud PILLA e QUADROS, 2009).

Também é importante estudar os três momentos do processo de produção do discurso, sendo eles: a constituição, que envolve a memória do dizer; a formulação, que se dá em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas; e a circulação, que se insere em certa conjuntura e envolve certas condições (ORLANDI, 2001).

O pesquisador, no caso o analista de discurso, deve colocar o dito em relação ao não dito. O que o sujeito disse em um determinado lugar, comparado ao que foi dito em outro. O que geralmente é dito de certo modo, com o que é dito de outro. Desta forma, terá a oportunidade de ouvir aquilo que o sujeito não disse materialmente em seu texto, mas que constitui, de igual forma, os sentidos de suas palavras (ORLANDI, 2015, p. 57).

Uma vez terminada a pesquisa, não é exatamente sobre o texto que o analista discorrerá, mas sim sobre o próprio discurso, acrescentando ainda que o produto final é o entendimento dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições (ORLANDI, 2015, p. 70).

2.1 O Discurso

Ao utilizarmos a palavra discurso em nossos estudos, não nos restringiremos em vê-la apenas como uma exposição oral de um texto escrito. Ampliaremos esta definição ao observá-la como uma construção da linguagem em qualquer materialidade significativa.

Sabemos que existem diferentes perspectivas para o estudo e concepção do discurso. Para a Linguística, instaurada por Saussure, a língua é um sistema autônomo, fechado, trata-se de um sistema de signos convencionados entre os falantes. Para ele, “entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de meio-termo; todos reproduzirão – não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos” (SAUSSURE, 1977, p. 21). Saussure, ao falar de significado traz a noção de valor.

Ele diz também que todo signo possui duas faces: o significante e o significado, onde o primeiro é a imagem acústica e o segundo é o conceito.

Ainda sobre Saussure, é importante destacarmos a dicotomia por ele desenvolvida entre língua e fala. Esse autor vai nos dizer que a língua é o “sistema onde tudo se mantém”. Já a fala, essa seria “ocasional, histórica e individual”, e é constituída de variáveis. Assim, quando ele separou a língua da fala, ao mesmo tempo separou o que é social do que é histórico (SAUSSURE, apud ORLANDI, 2006, p. 14).

Já, para a teoria da Análise de Discurso da corrente francesa, cuja perspectiva norteará nosso trabalho, existe o entendimento de que o discurso não é apenas uma mera transmissão de dados, isto porque, para o funcionamento da linguagem, que coloca em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, há um complexo processo de constituição de sujeitos e produção de sentidos, e não apenas transmissão de informação. É dessa relação que surge a compreensão de que o discurso é efeito de sentidos entre locutores e que ele não é algo fechado, é dinâmico e está em curso (ORLANDI, 2015, p. 19, 20 e 69). O discurso mais do que transmissão de informação (mensagem) é efeito de sentidos entre locutores. Desta forma, ele tira a análise de discurso do terreno da linguagem como um instrumento de comunicação (PÊCHEUX, 1969, apud ORLANDI, 2006, p. 14).

Continuando acerca do discurso, Jacqueline Authier-Revuz (2004), de uma perspectiva enunciativa⁷, discorreu sobre a sua heterogeneidade, cujo conceito diz respeito à presença do “outro” em determinado discurso. A heterogeneidade (cujo pressuposto atribui ao sujeito o seu descentramento e ao “outro” um papel fundamental no discurso do “mesmo”) é fundante, pois a linguagem é heterogênea em

⁷ De acordo com Orlandi (1998), Jacqueline Authier vem da linguística, mas para ela o sujeito e a situação não são apenas acréscimos. Consequentemente, ela não propõe que teoricamente se acrescente apenas mais um componente na análise, ou se faça só um “puxadinho” teórico. Deixando de lado os discursos da interdisciplinaridade, que se propõem como meros programas de adição, o trabalho de Jacqueline Authier mostra bem a necessidade de novos desenhos no campo do conhecimento, quando se põem em contato diferentes aspectos dos objetos que se analisam. Na relação com a psicanálise, ela não procura substituir-se ao psicanalista: como linguista trata de referir o conhecimento psicanalítico necessário para descrever os mecanismos linguísticos do sujeito da enunciação. Ela sabe bem que ao psicanalista não interessa descrever, mas ao linguista, sim. O domínio da psicanálise continua sendo o do psicanalista. O que ela transforma é o espaço de compreensão do sujeito no domínio linguístico. (Prefácio de ENI ORLANDI em Palavras incertas – as não-coincidências do dizer, de Jacqueline Authier-Revuz, 1998, pág. 06 e 07).

sua constituição, assim, a autora busca, baseada em um procedimento, evidenciar as rupturas enunciativas do discurso e apresentar os elementos decisivos para o surgimento de um discurso “outro” no discurso do “mesmo”.

Essa heterogeneidade, segundo Authier-Revuz (2004), tem sua problemática formulada a partir da noção de heterogeneidades enunciativas que podem ser constitutiva e mostrada (marcada ou não marcada). Elas são consideradas como processos distintos, pois o primeiro refere-se “aos processos reais de constituição dum discurso”, e o segundo, aos “processos de representação, num discurso, de sua constituição”. Assim, a autora toma os casos de heterogeneidade mostrada como “formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso” e acredita na existência de dois tipos de enunciados, sendo eles os que mostram a heterogeneidade, com marcas explícitas, e aqueles cujas marcas não são mostradas. Como exemplo de heterogeneidade mostrada e marcada, temos as glosas enunciativas, o discurso relatado (formas sintáticas do discurso direto e do discurso indireto) e as aspas. Já como exemplo de heterogeneidade mostrada, mas não marcada, temos a ironia e o discurso indireto livre, que contam com o “outro dizer”, sem explicitá-lo, para produzir sentidos.

A obra “Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaio Amazônicos”, que foi objeto de estudo da nossa dissertação de Mestrado, nos possibilitou observar esta heterogeneidade do discurso de Euclides da Cunha e a análise de discurso é a teoria que nos permitiu entender estes “outros” presentes/ausentes no discurso do autor em foco quando pensamos as formações ideológicas, discursivas e o inconsciente.

Por fim, cabe salientar, que, para este artigo, nos atentaremos, principalmente, no discurso de Euclides da Cunha enquanto **autor da literatura, jornalista e cientista**, pois são os efeitos de sentido mais evidentes no nosso objeto de estudo. Não falaremos, nesse estudo, de forma empírica desses lugares sociais, mas, sim, discursivamente.

2.2 A formação discursiva e o interdiscurso

Quando pensamos no sentido de um texto, devemos observar que ele não existe em si mesmo. Este sentido é sempre determinado pelas posições ideológicas assumidas pelo sujeito, posições estas que podem mudar o sentido das palavras, das expressões e das preposições de acordo com as posições sustentadas por ele. Dessa maneira, as formações discursivas são o reflexo das formações ideológicas na linguagem (PÊCHEUX, 1969, apud ORLANDI, 2006, p. 17).

A formação discursiva trata-se “daquilo que, numa formação ideológica, determina o que pode e deve ser dito”. Assim, o texto recebe o seu sentido através da formação discursiva na qual ele se inscreve (e foi produzido) (ORLANDI, 2006, p. 17). Essa noção de formação discursiva é fundamental na Análise de Discurso, uma vez que permite entender o processo de produção dos sentidos, bem como a relação desse processo com a ideologia. É importante também para o analista do discurso, já que permite que o analista estabeleça regularidades no funcionamento do discurso (ORLANDI, 2015, p. 41).

Orlandi (2015, p. 42) afirma que “é pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos”. Assim, palavras que tenham a mesma grafia podem ter significados completamente diferentes, uma vez que estejam inscritas em formações discursivas diferentes. A autora exemplifica utilizando a palavra “terra”, que para um indígena tem um significado, tendo outro diferente para um agricultor sem terra ou para um grande latifundiário. Diz ainda que até mesmo se utilizarmos letra maiúscula ou minúscula, os significados são diferentes, desta forma sendo referidas a diferentes formações discursivas. A autora diz também que o trabalho do analista é observar as condições de produção e verificar o funcionamento da memória, para que tenha condições de “remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o sentido do que ali está dito”.

Ainda segundo Orlandi (2006, p. 18), o conjunto de formações discursivas acaba por formar um “complexo com dominante” que é denominado de interdiscurso.

Este interdiscurso, que está relacionado ao complexo de formações ideológicas, acaba por determinar a própria formação discursiva. O interdiscurso é responsável por fornecer ao autor do texto (sujeito) a sua realidade enquanto sistema de significações e acaba por não permitir que ele reconheça a sua subordinação, ou assujeitamento ao interdiscurso.

Orlandi (2015, p. 41) diz ainda que as formações discursivas podem ser vistas como “regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações”. É o interdiscurso que disponibiliza os dizeres, assim determinando (pelo já-dito) aquilo que cria uma formação discursiva em relação a outra. A autora finaliza afirmando que “dizer que a palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória”.

2.3 O autor

A autoria, ou função-autor, é uma função discursiva do sujeito. Trata-se de um princípio necessário para qualquer que seja o discurso, pois mesmo que o texto não tenha um autor específico, sempre será imputada uma autoria a ele, através da função-autor (ORLANDI, 2015, p. 72 e 73).

De acordo com Foucault (2004), na Idade Média a questão da autoria não tinha relevância, pois o que realmente importava era o discurso em si, enquanto ato e não quem o pronunciou. Contudo, em certo momento histórico, quando o discurso passou a ser usado em atos de transgressão, o poder começa a utilizar mecanismos de controle do que é dito e por quem é dito. Estes mecanismos transformaram o discurso em propriedade, surgindo com a criação de regras sobre os direitos do autor. Assim, o discurso deixa de ser apenas um ato e passa a ser um produto. Este conceito de obra enquanto propriedade é uma das características da função-autor.

A exigência de identidade é outra característica de um texto que circula sob a função-autor. Mesmo pregando que o autor está morto, o anonimato de uma obra não é tolerado, uma vez que os nossos valores culturais exigem que a obra tenha uma assinatura para obter legitimação (FOUCAULT, 2004).

Foucault (2004) observa ainda que o mecanismo função-autor está impregnado de desejo de controle. Certos discursos (como o discurso literário) devem ser legitimados pela função-autor por ser este o mecanismo de controle que lhes cabe para o exercício de dominação, onde o poder precisa controlar sem revelar as suas intenções.

Por fim, Foucault afirma que certos tipos de texto não precisam de autoria, pois de acordo com ele, discursos que envolvem a prática cotidiana formal como contratos, receitas técnicas, decretos, podem até ter uma identificação, uma assinatura, mas não possuem autor, uma vez que não estão veiculados nas características de função-autor (FOUCAULT, 1971, apud ORLANDI, 2015, p. 73).

Contudo, para Orlandi (2015) esta concepção é questionável uma vez que, para a Análise de Discurso, o fato de um discurso apresentar unidade significa que ele tem autor. Os conceitos de unidade e textualidade são dependentes da autoria. Para a Análise de Discurso de linha francesa não há uma distinção entre o sujeito e o autor, uma vez que o sujeito está para o discurso assim como o autor está para o texto. A autoria é um princípio da textualidade, é uma função do sujeito (como autor) que fica responsável pelo efeito de fechamento do texto, ou seja, ele é responsável por aquilo que diz e pelo que silencia, bem como pela unidade e coerência do texto. É o efeito que esta função produz.

A autoria é um princípio que levamos em consideração na análise do nosso objeto de estudo, no caso a obra **“Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaios Amazônicos”** de Euclides da Cunha. Esta autoria, segundo ORLANDI (2015, p. 74), deriva da função-autor, que é responsável por dar unidade ao texto e dele é exigido, de forma empírica, coerência, respeito à norma culta, obediência às regras textuais, explicitação, pensamento claro, originalidade, relevância e progressão de seu texto. Estas exigências servem para tornar as intenções e objetivos do sujeito visíveis. Ao observarmos o recorte abaixo:

O homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem... Os mesmos rios ainda não se firmaram nos leitos; parecem tatear uma situação de equilíbrio

derivando, divagantes, em meandros instáveis, contorcidos em *sacados*, cujos istmos a revezes se rompem e se soldam numa desesperadora formação de ilhas e de lagos de seis meses, e até criando formas topográficas novas em que estes dois aspectos se confundem; ou expandindo-se em *furos* que se anastomosam, reticulados e de todo incaracterísticos, sem que se saiba se tudo aquilo é bem uma bacia fluvial ou um mar profusamente retalhado de estreitos. (CUNHA, 2000, p. 116)

Notamos que Euclides está na posição de autor da referida obra, dando-lhe o devido sentido. A autoria, conferida a Euclides, nasce do diálogo estabelecido entre os seus textos e discursos, fazendo com que ele assuma a responsabilidade que é conferida ao autor, no que se refere a dar ao texto o acabamento necessário, mesmo que seja, de certa forma, uma ilusão. Podemos observar estes aspectos da autoria no recorte mencionado acima, pois ele está repleto de descrições bem detalhadas e metáforas escritas de forma coerente, coesa e respeitando as regras textuais e normas estabelecidas, garantindo a não-contradição e duração do texto.

No entanto, quando, discursivamente refletimos sobre essa noção de autoria, compreendemos que o sujeito ao assumir a posição de autor, passa a exercer a função-autor e desta perspectiva, este sujeito (autor) apenas tem a ilusão de que seu texto tem uma unidade, é coerente, e claro, que tem começo, meio e fim. Na verdade, estes são efeitos de sentidos produzidos pelo sujeito, da posição de autor, pois como já dissemos, este controle dos sentidos do texto e de sua heterogeneidade só é possível falando empiricamente. De nosso ponto de vista, temos a dizer que nenhum texto se fecha e nunca é homogêneo, o que encontramos é a incompletude e a heterogeneidade que são constitutivas de todo texto/discurso. Desse modo, é impossível eliminar a contradição que é constitutiva dele. É dessa perspectiva que estamos olhando para o nosso objeto de estudo.

2.4 A ideologia

A ideologia foi vista por Cabanis e Destutt de Tracy como a teoria genérica das ideias. Marx a viu como um sistema de ideias que domina o espírito de um homem de um grupo social. Para ele a ideologia expressa a relação entre “formas invertidas” da

consciência e a existência material do homem. Haveria uma distorção do pensamento, cuja origem se daria em função das contradições sociais. Essa distorção teria como principal função ocultar essas próprias contradições. Contudo, este conceito foi se transformando dentro da própria pesquisa produzida por Marx e, posteriormente, pelas releituras de Marx feitas por autores como Althusser, Gramsci e Luckács (PANTONI e TFOUNI, 2004).

Para Louis Althusser (1992, p. 85), que propôs o mais influente conceito de ideologia das últimas décadas, ela é a representação imaginária que interpela os sujeitos a tomarem um determinado lugar na sociedade, mas que cria a ilusão de liberdade do sujeito. A reprodução da ideologia é assegurada por aparelhos ideológicos (religioso, político, escolar etc.) em cujo interior as classes sociais se organizam em formações ideológicas.

Filiando-se a Althusser, Michel Pêcheux trabalha nas relações entre discurso e ideologias, que é a discussão que nos interessa nesta pesquisa.

Pêcheux demonstra o papel primordial que a ideologia representa no processo de interdição dos sentidos. Apresentando o conceito de condições de produção, ele afirma que o discurso é efeito de sentidos entre os interlocutores e que os indivíduos não estão livres para escolher o que dizer, uma vez que este dizer estará sendo afetado pelo “já lá”, que são sentidos construídos historicamente a partir das relações de poder. Pêcheux também denomina o “já lá” de interdiscurso ou “o todo complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

Desta forma, Michel Pêcheux revela que o “*caráter material*” dos sentidos somente é possível uma vez que “*a materialidade concreta da instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas, que, ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe*”. Assim afirma que na luta de classes não há “*posições de classe que existam de modo abstrato e que sejam aplicadas aos diferentes ‘objetos’ ideológicos regionais das situações concretas*” (PÊCHEUX, 1995, p. 146). A materialidade ideológica só é possível de ser apreendida a partir da materialidade linguística, que aparece nas formações discursivas. A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica consiste justamente nesse assujeitamento ideológico que conduz cada pessoa a acreditar que, a partir de

sua livre vontade, pode se colocar, sob a forma discursiva, no lugar de uma ou outra classe social, antagonistas no modo de produção (PÊCHEUX, 1995, apud PANTONI e TFOUNI, 2004).

Essa interpelação do sujeito em sujeito ideológico, ou sujeito do discurso, se efetua pela identificação do sujeito com “a” formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora de unidade (imaginária) do sujeito apoia-se no fato de que elementos do interdiscurso, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 1995, p. 163).

O uso do artigo definido “a” para se referir à formação discursiva que o constitui não é algo irrelevante, uma vez que não é possível ser uma formação indeterminada, mas sim uma específica, que se relaciona com a posição possível para o sujeito ocupar e com a forma-sujeito.

Essa unidade imaginária que fornece a cada sujeito a “sua realidade”, só é possível através de uma submissão aos significantes da língua. Isso é o mesmo que afirmar que a língua funciona no sujeito cada vez de modo diferente, pois esse assujeitamento não se dá da mesma maneira para cada falante da língua. Daí a noção de que não há uma relação direta e automática do discurso com uma dada situação empiricamente descritível (PANTONI e TFOUNI, 2004).

Para Eni Orlandi (1996, p. 48): “ideologia não se define como o conjunto de representações, nem muito menos como ocultação de realidade. Ela é uma prática significativa; sendo necessidade da interpretação, não é consciente – ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique”. Assim, o sujeito pode, através de seu discurso, evidenciar uma identificação com a ideologia da classe dominante, mesmo não pertencendo a essa classe, e sem ter consciência disso.

Tendo em vista estas definições, como devemos lidar com os sujeitos? Vimos anteriormente que a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos, ou seja, ela existe para os sujeitos concretos e isso somente é possível pelo sujeito. Assim, não podemos nos esquecer que tanto o autor de um texto, no nosso caso, Euclides da Cunha, como o seu leitor são sujeitos ideológicos, ou seja, habitam na ideologia. “O homem é por natureza um animal ideológico”. Todos nós somos sujeitos, e como tais,

exercemos rotineiramente os rituais de reconhecimento ideológico, que nos garantem afirmar que somos sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e insubstituíveis (ALTHUSSER, 1992, p. 93, 94 e 95).

2.5 As condições de produção

Como definir as condições de produção de um discurso? Segundo Eni Orlandi (2015, p. 28 e 29), em sentido estrito, seria o contexto imediato; e já em sentido amplo, elas teriam que incluir também o contexto sócio-histórico e ideológico. Contudo, sabemos que elas compreendem os sujeitos, as situações e a memória.

Louis Althusser (1992, p. 54) afirma que toda formação social é um produto de um determinado modo de produção dominante, assim o processo de produção busca as forças produtivas existentes nas relações de produção previamente definidas. Diz ainda que toda formação social, para existir, produz e reproduz as condições de sua produção, ou seja, produz as forças produtivas e as relações de produção existentes. Esta relação de forças está presente nas práticas discursivas, e para a entendermos melhor, basta constataremos que há uma desigualdade real na relação entre os homens e que há um discurso dominante, uma ideologia que os cercam. Desta forma, o sujeito exposto a essa ideologia, produz um conhecimento que não é ensinado, mas que está em pleno vigor, produzindo seus efeitos na sociedade. Isso somente é possível uma vez que o sujeito seja exposto às condições de produção, tanto as estritas quanto as amplas, anteriormente citadas (MEDEIROS, 2008, p. 50).

3 Considerações finais

Neste artigo, o nosso intuito foi apontar o dispositivo teórico que baseou nossa dissertação do Mestrado em História e Estudos Culturais, no caso a Análise de Discurso, e, também, como esta teoria está fundamentada, demonstrando suas concepções e suas oposições, bem como de onde ela se originou e por onde continuará caminhando. Sabemos que ela produziu e continua produzindo rupturas e

questionamentos necessários à sua composição, contribuindo decisivamente na forma de se pensar a sociedade.

Essa bagagem teórica nos possibilitou responder as perguntas da nossa pesquisa, buscando a resolução do nosso problema e a compreensão do sujeito Euclides da Cunha. Para isso, não nos restringimos apenas a admitir a existência da heterogeneidade presente nele, mas buscamos esclarecer o funcionamento dessa heterogeneidade, sempre aos olhos da Análise de Discurso, observando os seus princípios fundamentais e quadro teórico conceitual. Assim, tentamos contemplar as noções trabalhadas por ela, respeitando sua complexidade e enormidade de noções que constantemente se atualizam, se reinventam e se transformam.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro-RJ, Edições Graal, 6ª Edição, 1992.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **ENTRE A TRANSPARÊNCIA E A OPACIDADE: UM ESTUDO ENUNCIATIVO DO SENTIDO**, 1998.

_____. **PALAVRAS INCERTAS – AS NÃO-COINCIDÊNCIAS DO DIZER**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CUNHA, Euclides da. **UM PARAÍSO PERDIDO: ENSAIOS AMAZÔNICOS**. Coleção Brasil 500 Anos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ORDEM DO DISCURSO**. Trad. de Laura F. A Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

MEDEIROS, Caciene Souza. **AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E O DISCURSO NA MÍDIA: A CONSTRUÇÃO DE UM PERCURSO DE ANÁLISE**. FAMECOS/PUCRS, nº 20, Porto Alegre-RS, 2008.

NUNES, José Horta. **LEITURA DE ARQUIVO: HISTORICIDADE E COMPREENSÃO**. In: M. C. L. Ferreira, F. Indursky (orgs.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 373-380.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A ANÁLISE DE DISCURSO EM SUAS DIFERENTES TRADIÇÕES INTELLECTUAIS: O BRASIL**. UFRGS, Porto Alegre-RS, 2003.

_____. **ANÁLISE DE DISCURSO: PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS.** 12ª Edição, Pontes Editores, Campinas-SP, 2015.

_____. **DISCURSO E TEXTO: FORMAÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS SENTIDOS.** Campinas-SP, Pontes Editores, 2001.

_____. **DISCURSO E TEXTUALIDADE – INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM.** Editora Pontes, Campinas-SP, 2006.

_____. **INTERPRETAÇÃO: AUTORIA, LEITURA E EFEITOS DO TRABALHO SIMBÓLICO.** Petrópolis, RJ, Vozes Editora. 2ª edição. 1996.

PANTONI, Rosa Virgínia e TFOUNI, Leda Verdiani. **SOBRE A IDEOLOGIA E O EFEITO DE EVIDÊNCIA NA TEORIA DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA.** Trabalho apresentado na II Conferência Internacional “La Obra de Carlos Marx y los desafios del siglo XXI”, realizada em Havana, Cuba, maio de 2004.

PÊCHEUX, Michel. **SEMÂNTICA E DISCURSO: UMA CRÍTICA À AFIRMAÇÃO DO ÓBVIO.** Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 1995.

PILLA, Armando e QUADROS, Cynthia Boos. **CHARGES: UMA LEITURA ORIENTADA PELA ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA.** XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba-PR, 2009.

SAUSSURE, F. de. **CURSO DE LINGÜÍSTICA GERAL.** São Paulo: Cultrix, 1977.

REFLEXÕES ACERCA DO USO DE PERIÓDICOS COMO FONTE HISTÓRICA

ALEX FILIPE GOMES DOS SANTOS
ALEANDRO GONÇALVES LEITE

Programa de Pós-Graduação de Mestrado Acadêmico em História e Estudos
Culturais
Universidade Federal de Rondônia
Campus José Ribeiro Filho, rodovia BR 364, Km. 9,5, Bloco 2K, sala 208, CEP:
76801-059, Porto Velho, Rondônia

alexfilipegs@gmail.com
aleandrokeane@gmail.com

Resumo: *O processo de renovação historiográfica realizado pelos historiadores atrelados à Escola dos Annales promoveu a ampliação da noção de fonte histórica. No âmbito dessa transformação do ofício do historiador, as fontes hemerográficas passaram a fazer parte do repertório de testemunhos utilizados pelo historiador para a compreensão de processos históricos. Emerge, portanto, a contínua necessidade de indagar sobre os mecanismos de análise desse tipo de veículo de comunicação. Nesse sentido, a presente análise apresenta algumas possibilidades nas formas de se pensar a imprensa como fonte histórica, seu potencial auto designativo e sua função social condicionadora. Tendo em vista as mudanças constantes que ocorreram ao longo da modernidade nos meios de comunicação social, os objetivos elementares desse trabalho estão direcionados para a reflexão e o diálogo sobre as funções práticas que a imprensa exerceu enquanto condicionante ideológico, sobre a sua consequente utilidade como fonte histórica e, por fim, sobre as suas ainda possíveis potencialidades enquanto mecanismo de atração entre as características de um determinado tempo histórico e o presente. Para que tal análise se tornasse exitosa, se tomou como dispositivo teórico-metodológico a Análise de Discurso. Com isso, se pôde observar os elementos internos e externos que fazem parte da construção discursiva das condições às quais se estabeleceram as relações sócio-políticas em torno da imprensa. A reflexão empreitada apontou que as fontes hemerográficas – enquanto um corpus textual específico – são portadoras de um discurso, discurso este que para uma compreensão amplificada deve, necessariamente, ser relacionada ao contexto social, cultural e econômico de produção destes textos, ou seja, de relacionar texto ao contexto. Dessa forma, constatou-se que a imprensa, sendo vista pela perspectiva da Análise do Discurso, precisa ser entendida como um elo entre a situação e a condição social dos seus construtores.*

Palavras-Chave. *Imprensa; Fonte histórica; Discurso.*

Resumen: *El proceso de renovación historiográfica realizado por los historiadores vinculados a la Escuela de los Annales promovió la ampliación de la noción de fuente histórica. En el marco de esta transformación del oficio del historiador, las fuentes hemerográficas pasaron a formar parte del repertorio de testimonios utilizados por los historiadores para la comprensión de procesos históricos. Por lo tanto, surge la continua necesidad de indagar sobre los mecanismos de análisis de este tipo de vehículo de comunicación. En este sentido, el presente análisis presenta algunas posibilidades en las formas de pensar la prensa como fuente histórica, su potencial auto-designativo y su función social de condicionamiento. Teniendo en cuenta los cambios constantes que ocurrieron a lo largo de la modernidad en los medios de comunicación social, los objetivos elementales de ese trabajo están dirigidos a la reflexión y el diálogo sobre las funciones prácticas que la prensa ejerció como condicionante ideológico, sobre su consiguiente utilidad como fuente histórica y, finalmente, sobre sus aún posibles potencialidades como mecanismo de atracción entre las características de un determinado tiempo histórico y el presente. Para que tal análisis se hiciera exitosa, se tomó como dispositivo teórico-metodológico el Análisis de Discurso. Con ello, se pudo observar los elementos internos y externos que forman parte de la construcción discursiva de las condiciones a las que se establecieron las relaciones sociopolíticas en torno de la prensa. La reflexión emprendida apuntó que las fuentes hemerográficas – en cuanto un corpus textual específico – son portadoras de un discurso, discurso éste que para una comprensión ampliada debe necesariamente estar relacionada con el contexto social, cultural y económico de producción de estos textos, o sea, relacionar texto al contexto. De esta forma, se constató que la prensa, siendo vista por la perspectiva del Análisis del Discurso, necesita ser entendida como una asociación entre la situación y la condición social de sus constructores.*

Palabras-Clave: *Prensa; Fuente histórica; Discurso.*

1 Considerações iniciais

As mudanças ocorridas no âmbito da historiografia no início do século XX redimensionaram o uso da imprensa como fonte histórica. A incorporação dos periódicos enquanto testemunhos históricos passou a contribuir significativamente para a pesquisa historiográfica ao propiciar a diversificação das perspectivas de análise dos processos históricos.

Esse processo de renovação historiográfica aliado as constantes transformações ocorridas ao longo da modernidade nos meios de comunicação social

têm suscitado inúmeras questões a respeito do papel da imprensa em sua atividade como re/produtora de representações culturais e enquanto mecanismo de poder.

Decorrem daí uma série de possibilidades de análise a respeito dos veículos de comunicação, bem como sobre as formas de apreensão dos periódicos enquanto fonte histórica.

O presente trabalho tem por objetivo tecer algumas reflexões sobre o uso de periódicos como fonte histórica e expor a necessidade de situar esse corpus documental em um contexto político, cultural, ideológico etc., ou seja, compreender o contexto de historicidade no qual o veículo de comunicação e a sua construção discursiva estão inseridos.

Partindo da premissa supracitada, tomamos por referência o dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso de matriz pecheutiana por constituir-se num mecanismo capaz de compreender os efeitos de transparência da linguagem, das evidências de sentido, enquanto produtos de um efeito ideológico historicamente circunscrito.

2 História e Imprensa

O processo de institucionalização da História em disciplina acadêmica durante o século XIX foi acompanhado da prevalência do paradigma positivista no fazer historiográfico. A “Revolução Copernicana” na historiografia, atrelada ao historiador prussiano Leopold von Ranke, promoveu a re/marginalização da história sociocultural produzida por alguns historiadores do século XVIII como Jules Michelet, Jacob Burckhardt e Fustel de Coulanges (BURKE, 2010). A consolidação do paradigma positivista, por sua vez, estabeleceu como reflexo a primazia da história política na prática historiográfica, ou seja, a ênfase em uma história centrada nos eventos e personagens políticos e/ou militares.

Enquanto uma ciência recém-constituída, buscou-se enquadrar a História no estatuto científico a partir dos parâmetros das ciências naturais com todo seu rigor científico e suas formulações gerais explicativas. Na pretensão de dotar a História de “cientificidade” a historiografia positivista do século XIX buscou construir para a História a função de exprimir o passado de um modo plenamente objetivo. Deste

modo, como expõe Antônio Celso Ferreira (2012, p.63), a Escola Metódica francesa estabeleceu as diretrizes metodológicas da crítica interna e externa das fontes visando assegurar a autenticidade documental e a reconstrução objetiva do passado.

A partir desse modelo epistemológico extraído das ciências naturais é que vai se construir a noção rankeana de que o historiador deve se limitar a descrever as coisas tais como ocorreram. Assim como um químico que ao conduzir e analisar determinada reação química se posiciona de maneira exterior ao fenômeno observado, o historiador deveria se distanciar do seu objeto limitando-se a descrever os processos históricos de maneira imparcial e livre de juízos de valor eliminando qualquer vestígio de subjetividade no seu ofício, no intuito de construir uma verdade histórica objetiva, ou seja, reconstruir de modo fiel e neutro os processos narrados.

Neste sentido, a busca pela construção de um caráter objetivo do conhecimento histórico e a primazia da história política na prática historiográfica implicou em uma noção de fonte histórica quase estritamente ligada aos documentos oficiais, tendo por perspectiva que esse tipo de fonte era possuidora de fidedignidade e portadora de uma verdade objetiva e, portanto, imune a falsificações e capaz de permitir ao historiador o encadeamento cronológico dos fatos tais quais eles ocorreram.

Tal situação incidia na rejeição do uso de outras espécies de fontes, como por exemplo, as fontes hemerográficas, por serem produtos da subjetividade do seu autor, uma vez que este ao produzi-la não possuía um compromisso estabelecido com a “verdade”.

Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (LUCA, 2008, p.112).

É apenas no âmbito da renovação historiográfica realizada pelos historiadores vinculados a revista *Annales d'histoire économique et sociale*, criada em 1929, que vai se produzir, não apenas a pulverização dos métodos, das abordagens e dos objetos da historiografia como também a ampliação da noção de fonte histórica. Um

dos principais personagens neste processo de renovação historiográfica no início do século XX o historiador francês Marc Bloch (2001, p.79) asseverou a quase infinitude da variedade dos testemunhos históricos pois tudo aquilo que o homem produz ou estabelece contato é capaz de exprimir algo sobre ele. Deste modo, a imprensa passou a ser compreendida enquanto um elemento em potencial para a análise dos processos históricos.

Todo o processo de renovação da operação historiográfica estimulado pelos *annalistes* e a conseguinte dilatação do entendimento de fonte histórica possibilitou a introdução dos periódicos no rol de fontes a serem trabalhadas pelo historiador. Por outro lado, o redimensionamento da imprensa enquanto fonte histórica permitiu a busca de novas perspectivas sobre os processos históricos além de promover o afastamento de leituras simplistas a respeito da imprensa (NEVES; MOREL; FERREIRA, 2006). Assim, a imprensa – ou as fontes hemerográficas enquanto um corpus textual específico – passou a ser compreendida enquanto portadora e produtora de um discurso e não mais como um mero veículo expositor dos acontecimentos.

Ademais, a imprensa passou a ser percebida como um importante ator sociopolítico na re/produção de representações culturais e como espaço privilegiado para análise das relações de poder e dos conflitos sociais.

Por sua vez, partimos da premissa de que para uma compreensão amplificada dos discursos produzidos pela imprensa o historiador deve, necessariamente, relacioná-los ao contexto social, cultural e econômico no qual estão inseridos. Essa orientação impele o historiador que trabalha com a imprensa como fonte e/ou objeto de pesquisa para uma série de questionamentos como: Quais são os sujeitos e os grupos vinculados a produção destes textos? Quais as condições materiais de produção e circulação desses periódicos? Para quem se direcionam os textos? Quem são os leitores desses periódicos? Quais são os discursos evocados por esses veículos e os seus sentidos? Que tipo de representações eles propagam?

Evidentemente que de acordo com a proposta de cada trabalho o historiador será direcionado a enfatizar mais, ou menos, determinado aspecto relacionado aos questionamentos acima expostos. O trabalho de compreensão de recepção dos

periódicos, por exemplo, evoca uma análise mais sensível justamente pela dificuldade de aferir o impacto dos textos em cada leitor uma vez que a leitura é uma atividade criadora, ou seja, cada leitor apropria-se do texto de uma determinada maneira a partir de suas experiências, de sua posição social, política e ideológica. Por sua vez, o fato de haver uma atividade criadora no ato de ler implica, por consequência, no fato de existir uma coautoria no ato de escrever. Essa coautoria é que situa o texto jornalístico como produção discursiva, de onde se pode extrair efeitos de sentido que emergem, não necessariamente do texto, mas do movimento que desloca da linguagem instrumentalizada para os sujeitos os significados e as propagações ideológicas dos seus produtores.

Ainda que dirigida inicialmente para a análise dos livros, a ideia de circuito de comunicação proposta por Robert Darnton (1990) vai ao encontro do aqui proposto por constituir-se numa possibilidade analítica para a compreensão dos elementos internos e externos relacionados a construção discursiva produzida pelos veículos de comunicação, justamente por consistir em percorrer toda a trajetória de produção, circulação e recepção dos textos em seus múltiplos aspectos.

Assim, ao partirmos da premissa de que história é sempre texto, ou de maneira mais ampla, discurso, compreendemos ser necessário para o historiador estabelecer a relação do *texto* com o *contexto*, buscando traçar as conexões entre as ideias expressas nos discursos e os modos pelos quais se manifestam o conjunto de determinações extratextuais vinculados a produção, transmissão e recepção dos discursos (CARDOSO; VAINFAS, 1997).

Neste viés, apontamos a Análise do Discurso de matriz pecheutiana como um dispositivo teórico-metodológico capaz de fornecer ao pesquisador os elementos necessários para uma análise que se proponha a compreender as conexões entre os discursos produzidos nos periódicos e o contexto de historicidade a que estão circunscritos, como também as relações produtivas das quais emergem as suas respectivas disputas ideológicas.

3 Imprensa, discursos condicionados e condicionantes

As possibilidades analíticas em torno das múltiplas formas de discursos veiculados pelos periódicos impressos confluem, principalmente pela variedade do potencial temático e pela própria multiplicidade dos mesmos, em variáveis teórico-metodológicas extremamente fluidas. Essas possibilidades, porém, possuem como determinante comum, e antecedente à própria elaboração dos discursos, as relações sociais pelas quais os seus respectivos construtores, diretos e indiretos, estejam inseridos. Pensando esse determinante pela perspectiva de Michel Pêcheux, o estado de inserção e o seu lugar de relação na sociedade seria, por sinonímia de sentido, a “condição real de existência”, cuja relação com o imaginário dos indivíduos seria o meio formativo para as ideologias correspondentes a cada perspectiva de discurso. Essa condição, em termos gerais e na maior parte do que se compreende serem as sociedades ocidentais, seria designada por uma relação basicamente econômica com os seus respectivos significados, sendo que:

As formas que a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência toma não são homogêneas precisamente porque tais condições reais de existência são distribuídas pelas relações de produção econômica, com os diferentes tipos de contradições políticas e ideológicas resultantes dessas relações. (PÉCHEUX, 1997, p. 77).

A ausência de homogeneidade nas formas dessas relações, por sua vez, induz a análise sobre os seus respectivos discursos a um círculo descontínuo e assimétrico de interpretações, pois, o elaborador direto dos discursos, discursa sobre um determinado mundo que possui forma “A” ou forma “Y” pela forma correspondente ao crivo de significados da sua interpretação individual e coletiva das coisas.

Por meio da mesma forma, interpretação individual e coletiva, é que posteriormente tal discurso poderá ser analisado. Ou seja, aquele que analisa o discurso, encontra-se na busca pelo fazer sentido construído historicamente, em que os gestos de interpretação manifestam-se justamente no senso de objetividade das evidências. Sendo assim, uma das principais confluências das possibilidades analíticas está no fato de ser imprescindível que cada discurso seja analisado, em

suas variáveis configurações internas e externas, pelo [no] contexto ao qual está situado a sua elaboração, seu autor e seu próprio analista.

O lugar em que age, portanto, a Análise do Discurso encontra-se muito próximo do “momento interpretativo” dos enunciados, pois, é na própria fluidez enunciativa e na polissemia dos nexos linguísticos em que ocorre a possibilidade de uma determinada sentença ser uma coisa sustentada pelo simples fato de não ser outra, cabendo-lhe, portanto, um deslocamento discursivo dentro da própria alternância do movimento de evidenciação dos sentidos.

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (...). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (PÊCHEUX, 1990, p. 53).

Esse fluxo de interpretações que concorrem pelos sentidos dá aos discursos veiculados pela imprensa um grau muito alto de complexidade analítica. O processo de elaboração dos discursos veiculados em um jornal é eivado por uma série de diferentes preocupações, escolhas específicas, subjetividades pessoais e contextuais (GOODWIN JUNIOR, 2007). Dessa forma, para muito além da simples manifestação de determinadas sentenças, juízos, confirmações ou refutações de fatos, esses discursos carregam muitos elementos do seu próprio tempo e de sua própria projeção a um determinado público leitor. Ler, portanto, um jornal com a clareza do crivo de interpretações que se cruzam em diferentes tempos e contextos sociais, significa admitir, em primeiro plano, a construção fragmentária pela qual os seus discursos são elaborados e revisitados.

A utilização de mecanismos próprios da análise do discurso em periódicos impressos faz com que os mesmos possuam como ponto de partida a sua própria condição, sendo que esta se divide em seus dois modos de autodeterminação, modo condicionado e modo condicionante. Esses modos seriam equivalentes ao exercício do processo de sua elaboração, ou seja, é, em primeiro lugar, condicionado por fazer parte de um determinado contexto que precisa ser compreendido, e condicionante por

ser parte da construção desse mesmo contexto e dos vislumbrados pelas respectivas ideologias pelas quais se desenvolve. A captação dessas duas pontas de ação da imprensa se torna bem mais lúcida quando se atribui aos discursos o privilégio daquilo que James Goodwin Junior chama de “papel ativo da linguagem”, cuja abordagem aproximaria o texto e o seu respectivo contexto.

Uma abordagem que privilegie “o papel ativo da linguagem” não precisa ser, necessariamente, uma abordagem focada em aspectos linguísticos formais, ou semióticos. Outros elementos também são importantes, pois são elementos de fundo, formam o contexto histórico da produção do jornal. Abordar o texto jornalístico como produto é perceber a existência de grupos que o produzem, permeados por interesses pessoais e coletivos, movendo-se dentro de um conjunto de valores que vai além do próprio grupo, remetendo à sociedade que recebe o jornal. O texto só pode ser lido com esses elementos históricos – com-o-texto, contexto. (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 76).

Os modos de condição aos quais estão submetidos esses tipos de fonte discursiva apontam, portanto, para dois eixos ativamente produtivos. Um deles situa os produtores em uma circunferência de predisposições éticas, morais e ideológicas, nas quais as bases fundantes dos discursos por estes elaborados serão auto ajustadas por condições internas de um ativo processo de captação e interação cognitiva com o mundo. O outro eixo situa os mesmos produtores em um *entre-lugar*, onde as ideias, formas e significados estão em uma relação de auto sujeição às ideias, formas e significados pelas quais o discurso será lido, em outras palavras, as conexões com o mundo do sujeito que o transcreve em seu discurso passam, antes, do sujeito para o mundo, pela expectativa de autodesignação discursiva para com o receptor do discurso.

Admitir a existência e atuação permanente de eixos constitutivos na produção dos discursos veiculados pelo tipo de veículo que é a imprensa é que direciona esse tipo de discurso para os seus polos de condicionante e condicionado. Com isso, o discurso desse tipo de fonte se torna nítido não em seus termos manifestos, onde o texto por si elabora a sua própria fluidez e os elementos a serem percebidos pelo leitor. A sua nitidez, todavia, torna-se manifesta com maior intensidade em seu *entre-lugar* de formação discursiva, onde a perspectiva de quem produz o texto situa-se na

relação desta com as prerrogativas internas e externas da condição formativa de seus agentes.

Tendo como base a perspectiva desse *entre-lugar*, os discursos produzidos pela imprensa são inteligíveis também em sua própria expectativa de recepção. Isso desloca o discurso para fora da forma do próprio texto, de onde se observa o processo “de luta simbólica pela produção do senso comum” (BOURDIEU, 1989, p.146), a construção de uma determinada memória coletiva, mecanismos de contenção social e outras funções discursivas presentes nesse tipo de fonte histórica.

Dessa forma, conforme aponta Bethania Mariani (1988), do próprio discurso emergem as raízes da intencionalidade e suas respectivas conexões com o texto, onde o movimento que leva um determinado significado das palavras para o enunciado significativo é, também, um produtor de sentido. Com isso, o discurso ganha materialidade não escrita, pois, a presença textual evoca para si a presença de significados que extrapolam a sua própria literalidade.

Nesse processo o que entra em jogo é uma dupla construção do sentido: das palavras e da enunciação no movimento histórico e do movimento histórico nas palavras e na enunciação. Esta incorporação dos sentidos se realiza nos sujeitos falantes que envolvidos no processo histórico concordam, discordam, retomam ou repetem pontos de vista concorrentes ou contrários, isto é, lutam com a materialidade do sentido a dar à suas palavras, imaginando-se livres para tal, mas sendo determinado pelas formas de dizer já existentes. (MARIANI, 1988, p.46).

O movimento do qual fala Mariani refere-se, nesse caso, aos acessos de sentido que se estabelecem entre uma conjuntura de produção e recepção, na qual a Análise do Discurso atribui materialidade discursiva, pois tal estabelecimento promove uma fixação ideológica de um determinado sentido sobre os demais, “do mesmo modo que há a fixação de uma representação sócio-histórica através da prática concreta realizada socialmente pelo sujeito” (MARIANI, 1988, p.47).

No intuito de enriquecer a exploração da proposta de Mariani, a fixação representativa e a sua antecedência e/ou posteridade concreta, deslocam o curso dos significados para outra dimensão discursiva, que aponta esta como um instrumento de enunciação predicativa. Isso ocorre pelo fato de o discurso ser também um

mediador, tal como aponta Paul Ricoeur, entre o texto (evento) e a ideologia (significação). A dialética entre evento e significação implica na ausência de um elo natural entre o mundo abstrato dos significados e a concretude instrumental da linguagem. O artifício de ligação cognitiva entre esses dois polos é o discurso.

O discurso considerado quer como um evento ou uma proposição, isto é, como uma função predicativa combinada com uma identificação, é uma abstração que depende do todo concreto que é a unidade dialética de evento e significação na frase. Esta constituição dialética do discurso poderia passar-se por alto numa abordagem psicológica ou existencial, que se concentraria no efeito recíproco das funções, na polaridade da identificação e da predicação universal. A tarefa de uma teoria concreta do discurso consiste em tomar tal dialética como sua directriz. (RICOEUR, 1976, p.23).

Em outras palavras, o discurso exerceria uma função mediadora entre o corpo textual (concreto) e os significados por ele designados. Isso não ocorreria, porém, em uma fórmula tão matemática de causa e efeito, há nesse processo uma descontinuidade funcional, pois, o plano de enunciação e a expectativa de recepção são duas categorias de formação discursiva que atuam concomitantemente.

Tomando esse princípio como adequado, no caso de uma observação em discursos produzidos pela imprensa, essa descontinuidade funcional se redimensiona para os muitos e diferentes grupos que formam a composição financeira, estrutural, administrativa, ideológica e textual de cada jornal. O redimensionamento também amplia a formação discursiva binária desse tipo de fonte, porém, atribui ao discurso uma forma mais específica de atuação, onde o texto em si e o significado em si não são mais do que estruturas estáticas, e o trânsito entre um e outro é construído pelo discurso.

4 Considerações finais

Conforme se propôs no início, o uso de periódicos como fonte histórica possui especificidades que estão diretamente relacionadas à sua função discursiva. Função essa que, como fruto de mediação ideológica, produz um forte trânsito de significados, de onde se pode extrair muitos elementos da vida em sociedade de determinados processos e das suas disputas ideológicas.

A compreensão, seja de processos, disputas ou relações sócio-históricas, por meio de periódicos de determinado período, é plena em seu potencial, por exemplo, por ser esse tipo de fonte um amplo instrumento de formação ideológica, característica básica de uma objetividade material discursiva. Isso é possível de se tornar manifesto por haver, segundo Pêcheux (1997), uma materialidade objetiva oriunda do próprio movimento que leva um significado de um determinado texto para um determinado leitor, que seria parte constitutiva do texto jornalístico como discurso.

A objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes. (PÊCHEUX, 1997, p.147).

Dessa forma, o discurso jornalístico, revestindo-se de determinados valores e de rotulações para a sua função social, carrega em si o complexo aparato da constituição ideológica fragmentada da formação social à qual esteja inserido. Cada gênero textual presente em um simples jornal, seja em uma coluna de opinião, em uma notícia em forma de boletim policial, na página de esportes ou nos classificados, nenhum sujeito que esteja predicado está isento da carga ideológica da sua disposição.

Nesse percurso, dimensionando o *entre-lugar* de produção, a estrutura ideológica e o fluxo próprio de significados, o uso de periódicos como fonte histórica torna-se uma busca por efeitos de sentido, possível em todos os fragmentos da sociedade a eles relacionados. Sendo assim, tentando provocar uma confluência produtiva entre Análise do Discurso e História, a “caça à carne humana” (BLOCH, 2001, p.54), da qual fala Marc Bloch, seria executada, na reflexão proposta, em torno do jogo de significados produzidos e dos seus efeitos produtores na formação ideológica de uma dada sociedade.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: A revolução francesa da historiografia. 2ª Ed., São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: Ensaio de teoria e metodologia. 5ª Ed., Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 61-91.

GOODWIN JUNIOR., James William. **As Cidades de Papel**: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). 2007, 353 f. (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. pp.111-153.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **Imprensa de 1930 e memória histórica**: uma questão para a análise do discurso. 1988, 287 f. (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Ressone da C. (orgs.). **História e Imprensa**: Representações culturais e práticas de Poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi Puccinelli. Campinas, SP: Pontes, 1990.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi Puccinelli. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação**: o discurso e o excesso de significação. Trad. Artur Morão. Rio de Janeiro: Edições 70, 1976.

O EFEITO DE SENTIDO DA (IM)PARCIALIDADE DE UM EDITORIAL DA REVISTA VEJA

MAX DIAS

Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas
Universidade Federal do Espírito Santo
Av. Fernando Ferrari, 514, CCHN – Edifício Bárbara Weimberg, Goiabeiras Vitória –
ES, CEP 29.075-910
max.dias@ifro.edu.br

ROSANE RODIGHERI GIRALDI

Programa de Pós – Graduação Stricto Sensu em Letras -
Mestrado Acadêmico em Letras
Universidade Federal de Rondônia
Campus Universitário José Ribeiro Filho, BR 364, km 9,5 (sentido Acre)
CEP: 76801-974 – Porto Velho – RO
rosanegiraldi@hotmail.com

Resumo. *O artigo analisa o discurso de uma edição singular da Veja: a Carta do editor do semanário número 523 de 13 de setembro de 1978, escrito em torno da comemoração dos 10 anos da revista, trazendo neste espaço editorial. um texto assinado pelo dono do grupo Abril, Victor Civita. O objetivo deste estudo é analisar, sob o viés da Análise do Discurso, o paradigma como Veja trabalha as temáticas que considera as melhores para o país, bem como os argumentos utilizados para dar credibilidade a sua iniquidade. É necessário notar que, no jornalismo, o editorial é o espaço reservado às opiniões do veículo de imprensa, e, por isso mesmo, privilegiado para compreender o modus operandi de tal mídia. Sendo assim, o arcabouço pècheuxtiano nos permitirá, do ponto de vista metodológico, discutir questões históricas e ideológicas em face do discurso impresso/expresso. A (im)parcialidade em torno de temas complexos no exato momento do declínio do regime ditatorial desvela, no sentido do discurso analisado, a postura política de Veja em todos aqueles anos. Todavia é preciso compreender esta formação discursiva da revista em sua contextualização histórica e seus elementos ideológicos para além de uma simplificação diante do radicalizado cenário político. O período da abertura (executado meticulosamente com base na máxima: “distensão lenta e gradual” entre 1978 e 1985) se relaciona com uma constante crise do regime e a grande mídia tende a funcionar nestes momentos enquanto dispositivo que arrefece tendências e exacerba outros enunciados na defesa do establishment. Dentre os pontos nevrálgicos para a ascensão de um novo ciclo democrático brasileiro estavam: a anistia política e os direitos*

trabalhistas (greve). Em torno destes elementos todo um debate público se formou a fim de reconstruir a democracia no país e a análise do discurso de Veja é essencial para perceber em quais direções o país caminharia na salvaguarda de um status quo.

Palavras-Chave. *análise de discurso; revista Veja; ditadura militar.*

Resumen. *The article analyzes the speech of a singular edition of Veja: the Letter of the editor of the weekly number 523 of September 13, 1978, written around the commemoration of the 10 years of the magazine, bringing in this editorial space a text signed by the owner of the Abril group, Victor Civita. The objective of this study is to analyze, under the bias of Discourse Analysis, the paradigm as Veja works the themes that considers the best for the country, as well as the arguments used to give credibility to their iniquity. It is necessary to note that in journalism, the editorial is the space reserved for the opinions of the press vehicle, and therefore privileged to understand the modus operandi of such media. Thus, the Pêcheuxian framework will allow us, from the methodological point of view, to discuss historical and ideological issues in the face of printed / expressed discourse. The (im) bias around complex issues at the very moment of the decline of the dictatorial regime reveals, in the sense of the discourse analyzed, Veja's political stance in all those years. Nevertheless, it is necessary to understand this discursive formation of the magazine in its historical contextualization and its ideological elements besides a simplification before the radicalized political scene. The opening period (meticulously executed on the basis of the maxim: "slow and gradual stretching" between 1978 and 1985) is related to a constant regime crisis, and the mainstream media tends to function at this time as a device that cools tendencies and exacerbates other defense of the establishment. Among the key points for the rise of a new Brazilian democratic cycle were: political amnesty and labor rights (strike). Around these elements a whole public debate has been formed in order to rebuild the democracy in the country and the analysis of the discourse of Veja is essential to realize in which directions the country would walk in the safeguard of a status quo.*

Palabras Clave. *Análisis de discurso; Revista Veja; dictadura militar.*

1 Introdução

O estudo em questão considera a importância histórica da VEJA no cenário brasileiro. No ano de 1978 a revista completava 10 anos de existência e estava diante de um país cujo esgotamento do regime político se mostrava evidente na sociedade bem como para o comando do exército.

O projeto que daria corpo a VEJA em 1968 começou em 1959, com o chamado “Projeto Falcão”. Desde o final da década de 1950 a Abril já havia se modernizado o suficiente para produzir uma revista que pudesse alcançar um vasto público. No lançamento de VEJA foram 700 mil exemplares disponibilizados, todavia, conforme o regime se fechava (AI-5) o quantitativo diminuiu consideravelmente.

Segundo Da Silva (2005, p.62) uma reaproximação com o regime ditatorial vai ocorrer em meados dos anos 1970 com a saída de Mino Carta da direção. Com a chegada de Elio Gaspari para o desempenho da função (tido como uma espécie de agente dos militares na redação, dada sua proximidade com o general Ernesto Geisel) VEJA se adequava definitivamente à ordem dos quartéis (DA SILVA, 2005, p.74).

Neste sentido, compreender os mecanismos utilizados pela revista na (re)produção de um discurso acerca da transição democrática e do processo de abertura política do país torna-se o objetivo deste estudo. O material escolhido foi uma edição singular: a Carta do Editor do semanário número 523 de 13 de setembro de 1978, assinada pelo dono do grupo Abril Victor Civita. Este espaço é o editorial, lugar reservado para as opiniões da direção e, por conseguinte, dos donos da revista. O modo como o semanário discute os temas complexos neste exemplar evidencia como o discurso é este “lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2005, p.17).

Segundo Braga (apud Pêcheux, 1988) o sentido de determinado discurso ou enunciado é definido por meio das posições sócioideológicas que fazem parte do processo sócio-histórico em que a linguagem é reproduzida. Esta, por sua vez, tende a mudar de sentido conforme as ideologias que possuem aqueles que a empregam. Infere-se, portanto, que é a própria ideologia, presente nos sujeitos, quem determina o efeito de sentidos de um enunciado.

A imparcialidade e a objetividade historicamente são atreladas ao jornalismo de maneira geral, porém, esta é uma concepção equivocada, visto que todo discurso contém em si falas de outros discursos. O assujeitamento está, inevitavelmente, presente em todo discurso, carregando de ideologias que, muitas vezes passam

despercebidas, até mesmo pelo próprio sujeito, que, ao se apropriar da língua, perpetua conceitos, valores e tradições em seu discurso os valores, as crenças de um momento histórico e de um grupo social. Na sua fala outras vozes também falam, o sujeito do discurso se forma, se constitui nessa relação com o outro, com a alteridade.

Toda ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos. Nesse processo de constituição, a interpelação e o (re)conhecimento exercem papel importante no funcionamento de toda ideologia. É através desses mecanismos que a ideologia, funcionando nos rituais materiais da vida cotidiana, opera a transformação dos indivíduos em sujeitos. (BRANDÃO, 2004, p.26)

Assim como a língua é sujeita a falhas, a memória também é constituída pelo esquecimento; daí decorre que a ideologia, diz M. Pêcheux (1982), é um ritual com falhas, sujeito a equívoco, de tal modo que, do já dito e significado, posso irromper o novo, o irrealizado. No movimento contínuo que constitui os sentidos e os sujeitos em suas identidades na história.

[...] o real histórico faz pressão, fazendo que algo irrompa nessa objetividade material contraditória (a ideologia), o que foi censurado não desaparece de todo. Ficam seus vestígios, de discursos em suspenso, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com as margens dos sentidos, suas fronteiras, seus dêslimites. (ORLANDI, 2015, p.67).

O não-dito diz respeito às diversas facetas da linguagem; perpassa e ultrapassa todo o dito; “[...] é subsidiário ao dito. De alguma forma, o complementa, acrescenta-se”. (ORLANDI, 2005, p. 82)

Portanto, o sentido do discurso não está apenas no que é dito, mas também no que não é dito, no silenciamento, entendidas por Orlandi (1992, p. 20) como:

[...] diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como às posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes.

Portanto, o sentido do discurso não está apenas no que é dito, mas também no “não dito”, no silenciamento, ou seja, a produção do sentido se dá na relação entre o dizível e o não-dizível; que tanto o sujeito como os sentidos de seus discursos, o

dito e o não-dito são determinados pelas formações discursivas, as quais operam através dos saberes constituídos na memória do dizer. As formações discursivas, como lugar de construção dos sentidos, são inscritas numa formação ideológica e determinam “o que pode ou deve ser dito.

No final dos anos 1970, a ditadura mostrava que seu fim era próximo. A crise econômica corroía as bases sociais, e as vísceras do sistema político estavam cada vez mais visíveis. Com a ascensão do general Ernesto Geisel à presidência do Brasil, uma série de iniciativas começam a ser tomadas. Obviamente, inerente a uma conjuntura que apontava para transformações nas bases de apoio do governo militar. Já em 1974, com a vitória do MDB sobre a ARENA, ocorria uma tênue sinalização em favor de uma abertura do regime político. De modo algum os militares autorizariam uma ruptura que levasse o país para os mesmos sintomas pré-1964. Objetivamente, havia uma disputa na caserna sobre o momento ideal da saída dos militares.

Entre 1978 e 1979, o processo de distensão vai se tornando mais abrangente, com os movimentos sociais organizados em torno de pautas factíveis, destacando ações variadas – como o caso de greves por melhores condições de trabalho e assalariamento - já que a crise política corroía o bolso do trabalhador e dos pobres, em especial, “bem como, um processo de afrouxamento do poder instituído pelas elites dirigentes” (MATHIAS, 1995, p.22). A luta pela Anistia se ampliava, inclusive com a participação da classe artística, tendo a lei sido alcançada em agosto de 1979. Neste momento havia muita discordância em torno do instrumento legal (em especial a partir do Comitê Brasileiro pela Anistia) e, principalmente, que formato haveria de ter.

O regime demonstrava que a abertura ocorreria dentro de ordens cabíveis, através da substituição de mecanismos políticos, sem a perda de um sensível controle dentro desta reorganização institucional, quer dizer, sem perder as rédeas de um processo vislumbrado desde a derrubada do governo de Jango em 1964. Assim,

o discurso de VEJA caminha em consonância com este parâmetro governamental e não apenas vocaliza o discurso oficial, pois seus dizeres vão além; eles “são efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz” (ORLANDI, 2005, p.30).

O objeto em questão foi trabalhado em conformidade com a metodologia da Análise de Discurso, nos termos teóricos de Michel Pêcheux e dos escritos de Eni Orlandi. Portanto, na edição escolhida, a Carta do Editor traz consigo questões emblemáticas a serem lidas sob a tríade Linguística, Materialismo e Psicanálise em seus deslocamentos pechêuxianos. Os efeitos desse discurso tornam a leitura do exemplar uma atividade intrigante no que tange aos destinos da sociedade brasileira no pós-ditadura. O circuito a ser percorrido por este trabalho leva em consideração os seguintes argumentos presentes no editorial: 1) a posição política em defesa do liberalismo e sua democracia; 2) a defesa da abertura política com base na ordem pública; 3) a discordância em torno das greves de trabalhadores e suas instituições.

VEJA evidencia um pressuposto básico a fim de demarcar o seu lugar de destaque neste debate e, enfim, delimitar como deve ser o processo de reconstrução democrática do país.

VEJA, muito mais que um projeto bem-sucedido, é hoje uma instituição na imprensa brasileira [...]. Nestes dez anos, enfim, VEJA granjeou o respeito e a admiração das faixas mais expressivas da opinião pública por ter cumprido à risca seu compromisso de manter o leitor bem informado com verdade, imparcialidade e equidistância. (CIVITA, 1978, p. 18 e 19).

2 Desenvolvimento Teórico

A análise de discurso se constitui num campo de pesquisa instrumentalizado por conhecimentos das diversas ciências humanas, em especial as Ciências Sociais e a Linguística. Os “estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da língua” (ORLANDI, 2005, p.16).

A linguística de Saussure, o Materialismo Histórico em Althusser e a Psicanálise lacaniana se encontram, mas não sem deslocamentos. Linguagem e história conjugam-se na produção de sentidos buscando compreender a língua não apenas enquanto uma estrutura, mas como acontecimento. “Aí entra então a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito” (ORLANDI, 2005, p.19).

Sendo assim é preciso compreender de que maneira o discurso produz efeitos de sentido. Para tanto, necessário é caminhar no rastro de seus vestígios. Ao analisar um discurso, é possível enxergar a fala do homem, a linguagem em prática. Entretanto, este falar não diz respeito a algo original, autônomo. O sujeito é interpelado, “há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer” (ORLANDI, 2005, p.32), num discurso que funciona em relação à ideologia da qual não se escapa porque nada a escapa.

“Pêcheux ocupou um lugar totalmente original, ao pensar o sujeito ideológico (reflexão iniciada por Althusser) na materialidade específica da língua”, diz Zoppi-Fontana (2014, p.28). Ademais é notável a sua compreensão em torno da dissimulação que a ideologia mesma provoca no interior de sua própria engrenagem. O sujeito então é constituído no tecido dessas “*evidências subjetivas*”, compreendidas como aquilo que “constitui o sujeito” e não como o que o afeta, simplesmente (PÊCHEUX, 1995, p.153).

A fim de evitar colocar o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso é preciso compreender de que forma “*todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem, dizem, leem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer dizer)*, enquanto “*sujeitos-falantes*” (PÊCHEUX, 1995, p.157). Esses indivíduos, por fim, são interpelados enquanto sujeitos de seu discurso “*pelos formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes*” (PÊCHEUX, 1995, p. 161).

Ao se compreender tais argumentos pêcheuxianos chega-se a uma questão inadiável: de que modo a Ideologia – sendo a mesma *exterioridade* – se realiza? Para Pêcheux seria através do complexo do interdiscurso, na interpelação dos indivíduos, fornecendo “*a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas*” (1995, p.162).

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, as expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). [Essas palavras, expressões e proposições] “mudam de sentido segundo as

posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1995, p.160).

A constatação de Eni Orlandi é que, embora se realizem em nós, os sentidos não significam por nossa vontade e sim “são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história” (2005, p.35).

Para além da linguagem e da ideologia de caráter althusseriano (numa perspectiva materialista, sócio-histórica), une-se à análise de discurso os conceitos lacanianos de subjetividade, mais particularmente o lugar do *Outro* na construção dos sentidos, realocando o conceito de ato falho numa perspectiva das *falhas da interpelação ideológica*: “a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica com o assujeitamento e a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente” (PÊCHEUX, 1995, p. 301). Conforme Guimarães (2016, p.807), “é pelo discurso que as lutas por sentidos afetados pela ideologia são materializadas na língua”.

Articular essa análise do inconsciente laciano e inscrevê-lo no processo histórico, a fim de compreender as formas pelas quais o sujeito é interpelado pela ideologia, é um debate complexo na análise de discurso. Partindo de um texto qualquer a ser analisado, por exemplo, ele não pode ser tomado como ponto de partida ou chegada em absoluto. De acordo com Orlandi, “um texto é só uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente” onde os não-ditos também denotam significado (2005, p.72).

3 Carta do Editor

Primeiramente, é preciso destacar que VEJA reconhece o momento importante do país ao final da década de 1970 e crê que é “necessário deixar explícito o que pode estar implícito”. Esse jogo entre explícito/implícito, pelas letras de Victor Civita, traz consigo um efeito notável; aparenta lançar luz sobre o que estaria nebuloso, como se fosse possível ao dito manter em total suspensão o não-dito. É como se a revista dissesse que até então ela fez seu jornalismo deixando entrever seus posicionamentos políticos (implícito), entretanto sem nunca ter deixado ver tal posicionamento (explícito).

Objetivamente, é nesta “falha” que VEJA sempre manteve seu discurso em movimento (nunca em suspensão!), mas nesta ocasião é importante frisar o que não estaria claro a fim de cumprir um objetivo – concatenado com os discursos do regime – neste tempo de “efervescência, dúvida, conflito de opiniões, de tendências, de idéias”.

O esforço do editorial em referendar a importância de VEJA (“muito mais que um projeto bem-sucedido, é hoje uma instituição na imprensa brasileira”) locupleta-se na tarefa da mesma em salvaguardar o regime, na figura de Geisel, em detrimento das medidas ditatoriais que tanto a afetaram no contexto histórico.

VEJA, sempre o recordamos, nasceu praticamente junto com o AI-5, com ele sofreu, apesar dele floresceu e a ele, finalmente, sobreviverá. De fato, ao completarmos dez anos, o governo do presidente Ernesto Geisel – cuja estratégia de aperfeiçoamento democrático nunca deixamos de apoiar – se prepara para extinguir esta *celula mater* do arbítrio que é o AI-5 e, a partir daí, permitir que o país avance no rumo das instituições democráticas (CIVITA, 1978, p. 18 e 19).

O tal “aperfeiçoamento democrático” em Geisel continha, por exemplo, o Pacote de Abril que, ao alterar regras eleitorais, mantinha sob controle a oposição institucional no Congresso (MDB). A “distensão”, com o mínimo de celeridade possível, é o que a VEJA referenda neste momento histórico, mas não sem deixar implícita sua parcela de contradição acerca do tipo de democracia e em qual momento a democracia deve prevalecer (tornando evidente sua *formação discursiva*⁸)

As questões sociais são, a nosso ver, terreno sobre o qual se formam as opções políticas – e a nossa sempre foi a da democracia.

[...]

[...] para harmonizar e permitir a convivência de interesses diversos, não conhecemos sistema melhor que o democrático – pois, com todos os seus defeitos, é o único que incorpora os mecanismos permanentes de autocorreção (CIVITA, 1978, p. 18 e 19).

A opção política da revista – *sempre* em defesa da democracia – não coincide com o discurso anterior, em torno da estratégia de Geisel. Dessa forma, onde residiria

⁸ “A formação discursiva, numa determinada formação ideológica, é o que determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

a “falha”, o que “escapa”, da *formação discursiva* da VEJA, presente nesta Carta do Editor? Na perspectiva do liberalismo, da ordem pública e, conseqüentemente, na crítica à luta dos trabalhadores. Tamanha parcialidade traz consigo efeitos de imparcialidade.

É também por isso que julgamos oportuno registrar, aqui e agora, os princípios básicos que nos vêm guiando desde a criação da Editora Abril, em 1950, e o nascimento de VEJA, em 1968.

Para começar, queremos afirmar que nos consideramos liberais. Muito se tem discutido, com variados graus de sofisticação, sobre se estas velhas e tradicionais definições ainda são válidas. Para nós são. E ser liberal, para nós, é querer o progresso com ordem, a mudança pela evolução e a manutenção da liberdade e da iniciativa individuais como pedra angular do funcionamento da sociedade. Acreditamos assim no capitalismo democrático e estamos convencidos de que a livre iniciativa é o meio mais eficiente para se promover o progresso social (CIVITA, 1978, p. 18 e 19).

O debate em torno do novo regime que prevaleceria após a ditadura colocava questões prementes ao país de então. Parte da crise socioeconômica estava condicionada a ausência de respostas governamentais para o momento político e econômico que o Brasil vivia.

A derrubada de João Goulart em 1964 se articulava em torno do cerceamento de determinadas pautas (como as Reformas de Base) que ascendiam entre os movimentos populares. O ônus do golpe – a ruptura democrática – pressupunha o controle social por parte de um governo militar extremamente rígido. A democracia deixava de ser um valor inegociável, mais uma vez. Era preciso manter aquilo que a democracia não mais conseguia sustentar, quer dizer, o *establishment* numa perspectiva econômico-liberal por intermédio do sistema político que fosse necessário. Liberalismo econômico e ordem democrática não estão imbricados e nesses termos o discurso de VEJA é peculiar, pois busca lançar confetes a uma democracia, todavia inebriada por liberalismo.

“Nossa convicção é a de que a democracia é a forma mais justa de conciliar a escassez de recursos com a multiplicidade de reivindicações [...]. Mas demandas exageradas não aproveitam a ninguém”.

[...]

[...] o problema essencial, agora, é muito menos gritar contra o arbítrio e muito mais assegurar uma passagem tranqüila do país para um regime democrático.

[...]

Neste momento crucial dos destinos nacionais, não hesitamos em afirmar que a caminhada para a democracia tem, como condição vital para seu êxito, a manutenção da ordem pública. E justamente por considerarmos inseparáveis a ordem e a liberdade é que estaremos permanentemente contra a agitação, o desrespeito à propriedade pública e privada, e a baderna (CIVITA, 1978, p. 18 e 19).

Estando a democracia amparada sob a insígnia da ordem pública, o que seria então esta “condição vital”? Onde residiriam estes elementos: agitação, desrespeito à propriedade e baderna? Por que gritar contra o arbítrio, de um estado que extrai liberdades, torna-se secundário em relação à passagem tranquila para a democracia? Em estando ordem e liberdade interligadas, qual tipo de ordem e liberdade VEJA fala? Se a democracia é a forma mais justa de conciliar interesses múltiplos o que seriam “demandas exageradas”? Pois bem. A formação discursiva pressupõe o silêncio, porquanto o mesmo acompanha as palavras (ORLANDI, 2005. p.83).

Desta feita, VEJA considera os “graves problemas sociais” e as “profundas desigualdades” que acometem o Brasil na chegada dos anos 1980, contudo “ninguém nega” as “consideráveis conquistas feitas nos últimos anos”. Portanto,

A greve deve ser o último recurso, não o primeiro instrumento de pressão. E é ilusório pensar que o prejuízo trazido por paralisações de trabalho ou reivindicações excessivas possa sair de graça: ele acaba sendo pago, e com juros por toda a comunidade. Por isso nos opomos, neste momento, a toda e qualquer iniciativa que leve à exacerbação ou à radicalização da questão trabalhista. Por isso nos opomos às greves gerais ou de solidariedade, de inevitáveis prejuízos materiais à nação. Por isso nos opomos à fundação de centrais sindicais tipo CGT, que fatalmente se concentram na ação político-ideológica (CIVITA, 1978, p. 18 e 19).

As greves são históricas ferramentas de luta dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida. Surgem como uma resposta urgente em meio a total precarização do trabalho. Com resultados no decorrer dos tempos, é considerável a sua relevância no enfrentamento a um sistema socioeconômico que não pede licença para retirar os meios de sobrevivência dos trabalhadores. No entanto, um discurso recorrente, que criminaliza o movimento paredista, ressoa nos seguintes termos: a conta da paralisação será paga “por toda a comunidade”, greves gerais trazem “prejuízos materiais à nação”.

Tal discurso em torno da ideia de unidade de pensamento (*ninguém* nega) e de pertencimento (*comunidade, nação*), enseja um sentimento de repulsa ao método grevista em especial quando o mesmo se concentra na “ação político-ideológica” – e, contraditoriamente, da própria democracia que pressupõe livre manifestação e diversidade de pensamento. Estariam apenas as centrais sindicais concentradas neste tipo de ação ou a revista VEJA não passaria incólume a isso também?

Segundo Orlandi, “tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. Desse modo, os sentidos são sempre determinados ideologicamente” (2005, p.43). É aqui, por entre estes enunciados, que o liberalismo de VEJA ganha alguma densidade. Ao se falar em “progresso com ordem” numa perspectiva da “livre iniciativa” compreende-se mais claramente porque a revista se opõe a determinados tipos de organizações sindicais, bem como é reticente em somar forças e “gritar contra o arbítrio”.

O final dos anos 1970 reservava um roteiro dramático para o governo que até pouco tempo se vangloriava de números de crescimento acima da média. O “milagre econômico” esgotara-se e com ele exauriu também a capacidade de consumo do trabalhador brasileiro. O arrocho salarial somado às progressivas perdas no padrão de vida acendeu na população o desejo por mudanças no sistema. Exigia-se dos militares respostas rápidas para problemas cada vez mais complexos. A greve no primeiro semestre de 1978 acendeu o sinal amarelo nos quartéis. Junto a outros elementos, o fim do ciclo militar no governo do Brasil chegaria logo.

Além disso, o enunciado acerca das centrais sindicais soma-se a um outro, de contrariedade à pauta da anistia e precisa ser compreendido na lógica das relações de poder e do interdiscurso.

Somos a favor da tolerância e da conciliação nacional, mas não vemos razão para se anistiar pessoas que infringiram o Código Penal alegando razões políticas, nem para se incentivar a reorganização de grupos políticos que não aceitam a convivência democrática (CIVITA, 1978, p. 18 e 19).

O que VEJA diz neste trecho ao não-dizer? A “tolerância” e a “conciliação nacional” estão condicionadas, abrindo espaço para que o silêncio entre as palavras faça sentido (ORLANDI, 2005, p.83). Daí não se ver razão para anistiar os grupos

políticos que infringiram o Código Penal, pois são os mesmos que se opuseram desde o início à ruptura democrática com a queda de João Goulart; são os mesmos que ao não aceitarem o cerceamento cultural e acadêmico foram exilados; e são os mesmos que se insubordinaram aos ditames do quartel e se armaram, numa tentativa de derrubar os que tomaram a república e romperam a ordem constitucional... democrática.

Ao mesmo tempo em que defende o respeito às leis e o constante combate à violência, VEJA argumenta que o estado precisa garantir os direitos humanos. Aqui reside um elemento histórico, da disputa entre castelistas e linha dura. Neste período acirrava-se a querela política no quartel, dada a crise socioeconômica. Sendo Geisel um moderado castelista, seu projeto de distensão era tido como temerário pelos radicais linha dura. Os níveis de tensionamento cresciam na medida em que a sociedade se rearticulava pelo fim da tortura e o estabelecimento de um estado de direito. O caso do jornalista Vladimir Herzog havia disparado uma série de insatisfações contra os dispositivos de coerção do estado e a grande imprensa, em particular, era atravessada pelo pleito dos movimentos sociais. VEJA, neste sentido, se posiciona ao lado de Geisel na defesa do projeto de distensão: “[...] nenhuma razão de segurança ou de Estado pode justificar a degradação dos direitos humanos”.

Eis no que acreditamos, por achá-lo melhor para o país. Confiamos em que, aqui, coincidimos com a maioria da sociedade brasileira. Não pretendemos ser donos da verdade [...] Mas o leitor sabe de que lado lutamos ao longo desses agitados, controvertidos, mas certamente estimulantes, dez anos de vida. E sabe, também, onde nos encontrará amanhã (CIVITA, 1978, p. 18 e 19).

Por fim, Victor Civita encerra a Carta do Editor trançando o discurso de VEJA com o desejo de uma maioria silente que, numa democracia futura, tão defendida pela revista, poderia estabelecer o “melhor para o país”. Ao afirmar uma não pretensão em ser dona da verdade a revista busca colocar sobre si mesma o ônus da dúvida, característica peculiar dos propagadores de uma “imparcialidade jornalística”, entendida neste estudo como um grande mito, obviamente, um efeito de sentido, sendo os efeitos desse discurso de imparcialidade bastante explícitos, em especial através dos silêncios de sua parcialidade no texto editorial.

4 Considerações Finais

Diante das questões apresentadas é possível avançar em outras reflexões na medida em que a pesquisa acerca do objeto estudado pressupõe maior volume de materiais, bem como um recorte temporal mais expandido. É necessário, ainda, categorizar historicamente os discursos em disputa no regime militar, e, em especial, no período da abertura. Percorrer tal caminho permite entender os elementos que levaram à crise da ditadura e ao seu término, bem como a institucionalidade que se estabeleceu posteriormente.

Ademais, os meios de comunicação de massa tem um papel preponderante no (re)fluxo do discurso político em seus múltiplos dizeres/não-dizeres e é uma ferramenta relevante no processo de análise de um momento histórico delimitado, bem como das ideologias que são postas em movimento por eles. Sendo assim, para além de um editorial, a pesquisa pode avançar sobre outros cadernos da revista VEJA, tais como economia, sociedade e política. Porque, enfim, as formações discursivas estão, em cada uma dessas partes, carregadas de formação ideológica, determinando os sentidos.

Meios de comunicação de massa, de caráter empresarial, tem no Brasil, geralmente, uma ligação umbilical com os governos. Em uma análise aprimorada por Louis Althusser, tais dispositivos funcionariam enquanto parte dos Aparelhos Ideológicos de Estado, ou seja, para além de uma ideologia governista qualquer, estaríamos diante de uma estrutura cuja mídia atuaria no sentido de retroalimentá-la (1985, p.27). Objetivamente a mídia buscaria a manutenção de um *establishment* legitimando que deve e o que não deve funcionar para o futuro do país.

No que tange ao recorte histórico e o debate historiográfico, o regime militar continua sendo um período chave para o entendimento do cotidiano social brasileiro, dada a sua ressonância em momentos de crise política como os que o país tem vivido atualmente sabendo que, como bem diz Orlandi (2005, p.95), “o sujeito do discurso se faz (se significa) na/pela história”.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado** - Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985;

BALDINI, Lauro José Siqueira. **A análise de discurso e uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)**. Santa Maria, RS. Revista Letras, v.24, n.48, 2014. p.117-129;

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, S. R: Editora da UNICAMP, 2004. 2ª reimpressão, 2006.

CIVITA, Victor. *Carta do Editor: Nos dez anos de VEJA, uma reafirmação de princípios*. In: OS MILITARES e a sucessão. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 10, n.523, 1978. p.18-19;

MATHIAS, Suzeley. **Distensão no Brasil: o projeto militar**. Campinas: Papius, 1995;

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio – no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995;

_____. **Maio de 1968: os silêncios da memória**. In: ACHARD, Pierre [et ali], *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999;

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995;

ZOPPI-FONTANA, Mónica. G. **Althusser e Pêcheux: um encontro paradoxal**. Conexão Letras, v. 12, 2014. p.23-35.

LITERATURA INFANTIL NO SÉCULO XIX: O SILENCIAMENTO ANTE A IDENTIDADE DA CRIANÇA

COSTA, Terezinha Andrade⁹
SILVA, Rosália Aparecida¹⁰

Programa de Pós-Graduação em Letras
Mestrado Acadêmico em Letras
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Campus - BR 364, Km 9,5
CEP: 76801-059 - Porto Velho – RO

terezinha.unir@gmail.com
rosalia.silva@ifro.edu.br

Resumo: *Este estudo é sobre o início da literatura infantil no Brasil, com suas primeiras publicações no século XIX, que se resumiram a literatura escolar, traduções e registros folclóricos. Por meio da Análise de Discurso (AD) estudada por Orlandi (2013; 2007), objetiva-se responder: Como a ausência da literatura infantil nos anos 1800, no Brasil, significa? Nas considerações parciais, é observado como as condições de produção da época propiciaram que não houvesse escritos específicos sobre a infância.*

Palavras-Chave: *Análise de Discurso. Identidade. Literatura Infantil Brasileira. Século XIX.*

Abstract: *This study is about the beginning of children's literature in Brazil, with its first publications in the nineteenth century, which are summarized in school literature, translations and folkloric records. Through Discourse Analysis (AD) studied by Orlandi (2013; 2007), the objective is to answer: How does the absence of children's literature in the 1800's in Brazil mean? In the partial considerations, it is observed how the conditions of production of the time propitiated that there were no specific writings on the childhood.*

Keywords: *Discourse Analysis. Identity. Brazilian Children's Literature. 19th century.*

⁹ Mestranda em Letras da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Especialista em Gestão de Educação a Distância, UFF/RJ, Bolsista da CAPES.

¹⁰ Mestranda em Letras da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Especialista em Administração Pública, FORTIUM/DF, Jornalista do Instituto Federal de Rondônia (IFRO).

1 INTRODUÇÃO

A língua possui um sentido não apenas nela mesma, como por muito tempo foi o direcionamento dado pelos estudos linguísticos. A partir dos anos 1960, novas teorias irão demonstrar que há mais debate além do que estava centrado na abstração da língua, havendo uma exterioridade e uma materialidade inerente a ela.

Quando, na década de 60, Michel Pêcheux faz uma releitura da linguística e alia esse conhecimento a duas outras disciplinas – o materialismo histórico de Karl Marx/Louis Althusser e a psicanálise de Freud/Lacan – se funda, na França, uma nova linha de estudo: Análise de Discurso, que passa a refletir sobre o modo no qual língua e ideologia estão em permanente intercruzamento, perpassando os sujeitos que se acreditam donos do que dizem ao mesmo tempo em que estes produzem sentido até mesmo sem o perceber.

No caso deste estudo, o *locus* é o Brasil até o século XIX, buscando o que se produziu neste período em território nacional de literatura de cunho infantil. Mais especificamente, a problemática levantada neste trabalho de Análise de Discurso de linha francesa é em torno de como a ausência da literatura infantil, nos anos 1800, no Brasil, significa? De que forma esse silenciamento a respeito do tema produz sentido? Com essas reflexões e questionamentos, o objetivo é chegar a constituição do discurso da literatura infantil brasileira.

Sobre as regularidades encontradas naquelas condições de produção se versará a análise do discurso emitido naquela época, sob amparo do que se antevê a ausência de produções específicas daquele período em relação ao tema criança, ou qualquer literatura que contemplasse a esse público enquanto ser leitor ativo. Se for nesta a época que mais se discute a formação de um estado nacional, ainda não será um terreno destinado à escrita para crianças, o que ocorrerá notadamente a partir da segunda década de 1900. Estará indisponível na maior parte do século, e quando o estiver, serão livros em suas línguas originais, seguidos por traduções ainda em texto literário sem linguagem “abrasileirada”, seguidos pelos primeiros textos de registro folclóricos, ou de imitação e de formação escolar. Estava ainda a se formar uma literatura que diferenciará os modos de pensar entre os ciclos etários criança-adulto.

Em solo europeu, de onde partiram os colonizadores do Brasil e do restante das Américas, o surgimento da literatura infantil data do século XVII, com as publicações de *Traité de l'éducation des files*, por François de Salignac Félenon (1651 – 1715), conforme estudo da evolução deste formato de literatura feito por Laura Sandroni (2001, p. 21). Nascia ali uma linhagem de livros destinados a instruir e divertir exatamente a crianças. Outros nomes que entrarão para a história são de La Fontaine (1621 – 1695) e de Charles Perrault (1628 – 1703) e as Fábulas de Esopo.

No Brasil, o sujeito que se constituía como nacional após a decretação de “independência” ante a Coroa Portuguesa, conforme o famoso grito do Ipiranga em 7 de setembro de 1822 (data até hoje comemorada oficialmente pelo Brasil), e posterior Proclamação da República (data oficial: 15 de novembro de 1889), não seria afetado pelo discurso ligado a crianças e seus direitos. Era ali espaço ainda de uma literatura de retorno a belezas naturais e exaltação de seu povo por meio de uma visão romântica e nacionalista, que passará ainda pelos períodos literários do parnasianismo, realismo, naturalismo e simbolismo, sem agregar títulos infantis de vulto. Os fatos de uma literatura infantil só ganharão forças mesmo é com as publicações de Monteiro Lobato.

O desenvolvimento da história do Brasil e da literatura em solo tupiniquim sob a teoria da Análise do Discurso é chamado, portanto, a conduzir este trajeto para se chegar aos limites da interpretação, após mais de uma centena de ano de ocorrência desses acontecimentos (1900 – 2017).

2 LITERATURA INFANTIL

No levantamento do *corpus* a ser analisado (os cem anos de literatura infantil se pensado em termos de seu surgimento depois de 1920; ou da ausência desta, no Brasil, compreendido entre 1800 e 1900), faz-se necessária a retomada da história desta caracterização literária. A vertente infantil da produção escrita brasileira é muito recente. Na verdade, ainda faltam na atualidade alguns poucos anos para o centenário se a visualização partir de que o “fundador” é Monteiro Lobato. “Rompendo com os padrões pré-fixados do gênero, Lobato estabeleceu uma ligação entre a literatura infantil e as questões sociais” (CADEMARTORI, 1986, p. 49).

Verifica-se, assim, que o início da literatura infantil no Brasil será verificado, de acordo com os estudos da área, em torno de três séculos após o surgimento específico dessa linha de criação em solo europeu. Na constituição dessa vertente literária, foram os franceses os primeiros a ter contato com histórias para o público mirim, com as fábulas de Jean La Fontaine, Charles Perrault e François Fénelon, após a segunda metade do século XVII. Em consequência da progressiva queda do modo de produção feudalista e entrada para a fase industrial. Será com a Revolução Industrial que haverá êxodo rural na Inglaterra e inchaço das cidades, ocorrendo simultaneamente com a França à expansão da literatura infantil. Na região inglesa “foi mais evidente sua associação a acontecimentos de fundo econômico e social que influíram na determinação das características adotadas” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 16).

Se a literatura infantil europeia teve seu início às vésperas do século XVIII, quando, em 1697, Charles Perrault publicou os célebres Contos da Mamã Gansa, a literatura infantil brasileira só veio a surgir muito tempo depois, quase no século XX, muito embora ao longo do século XIX reponte, registrado aqui e ali, a notícia de aparecimento de uma ou outra obra destinada a crianças. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 23)

Segundo as autoras, no decorrer do processo histórico, será sob a tutela do modo de produção capitalista que se destinará mais efetivamente bens para o público infantil, surgindo espaços para o mercado de brinquedos e de livros, ambos os objetos que advém de cadeias produtivas manufatureiras. Este ponto de vista também defendido na teorização de Sandroni (2011, p. 28), “[...] quando o público leitor se amplia e se transforma: é uma massa de leitores anônimos que substitui o restrito círculo da nobreza e do clero”, ligando esse acontecimento àquela conjuntura econômico-social criada em meio a famílias burguesas. Antes de se estabelecer a criança enquanto público leitor e sob tudo que isso há de reflexos em uma sociedade capitalista, porém, precisou a literatura infantil ser criada como instrumento didático e servindo a outros poderes ideológicos.

Se houve atraso para a chegada da literatura infantil no Brasil, atualmente é possível verificar no mercado editorial inúmeras obras destinadas a crianças. O que

pode parecer algo cotidiano neste momento, nem sempre foi visto da mesma forma. Lígia Cademartori (1986) levanta outro problema: a exemplo de outras literaturas, poder ser determinado ou filtrado o que se chegará ao público leitor. Bem como o livro ser também um produto do sistema capitalista. Publicado na década de 80, “O que é literatura infantil?” foi escrito durante o “boom da literatura infantil”, e a autora mantém análise sobre o “subdesenvolvimento nacional”. Sobre a produção nacional, ela comenta a forte influência externa sobre autores brasileiros, segregando manifestações da cultura oral, em que se podem enquadrar as histórias indígenas e africanas, povos que aqui viviam e que pelos padrões colonizadores foram aliados perante a europeia. De um lado o elitista e livresco e de outro a nativa, popular e á gráfica (CADEMARTORI, 1986, p. 44).

E será apenas a partir de Monteiro Lobato que a literatura infantil nascerá no Brasil, juntamente com uma maior identificação com as peculiaridades locais. Subjugado enquanto colônia de Portugal, sem tradição literária própria, terá como consequência a adoção tardia da escrita destinada ao público infantil com características literárias de ficção. No geral, “a evolução de nossas letras debateu-se entre a importação pura e simples dos modismos literários e a tentativa de afirmação da nacionalidade” (SANDRONI, 2011, p. 29).

Soma-se a estas observações acima como estava em funcionamento no século XIX algumas ideologias, o que se irá verificar junto a dois temas subjacentes à época. O primeiro relaciona-se à produção literária nacional estar se firmando naquele período. E, em segundo, que a questão da infância era assunto controverso, em pouco ainda se distinguia ser adulto da fase criança. A própria revolução industrial deixou registros, na Inglaterra notadamente, do grande uso da mão de obra infantil. Aqui é importante rever o que significa ter filhos anteriormente a esse período, desvendando a carga histórica que há sobre o tema.

Para as sociedades tradicionais o “sentimento” (entre o casal de esposos ou na relação entre pais e filhos) era diferenciado do atual. Ariès (2006, p. X) mostra que não era “necessário” e que “se ele existisse, tanto melhor” seria. A constituição da identidade infantil tal qual pode ser descrita hoje, com direitos registrados e “cuidados” pelo Estado e pela família carregando toda uma formação histórica. “Um homem do

século XVI ou XVII ficaria espantado com as exigências de identidade civil a que nós nos submetemos com naturalidade” (ARIÈS, 2006, p. 01). Espanto esse, conforme o autor, ligados apenas aos registros de nome, sobrenome, sexo e número de identificações, imagine o lugar dado à infância na atualidade. Para a família medieval, apenas fatores ligados à altura diferenciava os primeiros anos de vida de uma pessoa, numa época em que era grande a taxa de nascimento em cada família, e do mesmo modo a taxa de mortalidade infantil.

Naquele período, ainda que “engraçadinhas” quando pequeninas, serviam apenas como diversão. Ariès faz referência comparativa a pequenos animais, do tipo macaquinhos. Porém, para uma leitura crítica dessa comparação, é importante ressaltar que não significava de outro modo que as crianças estivessem abandonadas à própria sorte, apenas era um olhar diferenciado o existente, omitido, naquela sociedade, que não as viam por suas diferenças sociais. Até mesmo em relação às vestimentas, uma vez que as roupas eram iguais (após a fase de bebê), pois seus trajes eram como os de adultos.

Em análise, a partir do século XIV, Ariès mostra como se chegou às vestimentas especializadas para crianças, que no caso das não nascidas nas classes burguesa ou nobre demorou mais a ocorrer: “Elas conservaram o antigo modo de vida que não separavam as crianças dos adultos, nem através do traje, nem através do trabalho, nem através dos jogos e brincadeiras” (2006, p. 41). Será nesta transição que a criança passará a ser melhor acompanhada não pela sociedade, mas num âmbito mais privado e educativo da família moderna.

Na Idade Média, no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram considerados capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio – ou seja, aproximadamente aos sete anos de idade. A partir desse momento, ingressavam na comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias. (ARIÈS, 2006, p. 193)

Realidade esta que será observada para a grande maioria das crianças brasileiras, pois nem todas pertenciam à aristocracia. Com agravante de que até a

chegada da família real no Brasil eram proibidas as atividades relativas à imprensa e de publicações em geral. Só em 1808 se implantará a imprensa régia (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 23). Dessa forma, haverá um grande período a ser vencido para as publicações nacionais passarem a ser um filão para os negócios editoriais, mais ainda as da literatura infantil, que precisará aguardar um século todo para esse florescimento.

Antes da constituição de um modelo familiar burguês, surgido com a revolução industrial, adultos e crianças participavam das mesmas atividades de trabalho e lazer. A educação neste contexto, limitava-se a um processo imitativo e dispensava sistematizações. A própria noção de infância não existia. (SANDRONI, 2011, p. 174)

Como se vê nessa conclusão de Laura Sandroni, haverá uma memória em funcionamento em torno do papel “pedagógico-moralizante”, o que conduzirá as primeiras literaturas para crianças e jovens também no Brasil dentro de um mundo ainda hegemonicamente “adulto”. Como mão de obra em formação era por meio de personagens exemplares que se transmitiam a eles - seres passivos de aprendizagem espectadora e aprendizes situados diante de um mundo de agentes protagonistas - padrões de comportamento a serem utilizados conforme cresciam em estatura. Por isso, seja iniciada via escola: “[...] a literatura infantil está ligada historicamente à pedagogia e, portanto, à escola” (SANDRONI, 2011, p. 110), outro aparelho ideológico além da família.

As primeiras obras no Brasil do século XIX, que Sandroni credita a escritores “fundadores”, pois iniciam o processo literário por meio da literatura escolar, das traduções para o português do Brasil, de obras de imitação, de registros do folclore e das tradições orais. Destacam-se entre outros autores: Alberto Figueiredo Pimentel, que além de ser um dos precursores da tradução brasileira também escreveu “Álbum de crianças, poesias (1897); Os meus brinquedos, folclore (s.d.); Teatrinho infantil, teatro (1897); A queda de um anjo (1897); O livro das crianças (1898); Contos do tio Alberto (s.d.)” (SANDRONI, 2011, p. 37). E já na virada do século, a educadora Alexina de Magalhães Pinto inovou na alfabetização com as seguintes publicações: “As nossas histórias (1907); Os nossos brinquedos, contribuições para o folclore (1909);

Cantigas de crianças e do povo e danças populares (1916); Provérbios populares (1917); Cantigas das crianças e dos pretos (s.d.)” (SANDRONI, 2011, p. 40).

Ainda no fim do século XIX, seja porque professores reclamaram leituras menos pesadas (dos livros clássicos de várias línguas), seja porque a escola também passará por processo de desenvolvimento, ganhará destaque a literatura escolar que terá grande importância, enquanto educador, Olavo Bilac, com “Contos pátrios (1904), Teatro infantil (1905) e A pátria brasileira (1910), escrita com Manoel Bonfim” (SANDRONI, 2011, p. 45). Até aquele momento, as narrativas da literatura escolar, em geral, deixarão claro “o conceito de criança miniatura do homem, por exemplo, já que os meninos são perfeitamente capazes de tomar decisões ou enfrentar dificuldades de forma adulta” (SANDRONI, 2011, p. 46).

Passada essa fase inaugural, a literatura infantil ganhará novos espaços. “O crescimento quantitativo da produção para crianças e a atração que ele começa a exercer sobre escritores comprometidos com a renovação da arte nacional demonstram que o mercado estava sendo favorável aos livros” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 47). Conquista visível a partir da consolidação de uma classe média nacional e do exponencial êxodo rural, incrementado pela industrialização das cidades, aumento progressivo da escolarização e modernização social, incluindo aí a da literatura a partir da Semana de Arte Moderna, em 1922.

Cabe incluir que mesmo com a maior participação econômica da Amazônica em âmbito nacional, visto com o Ciclo da Borracha, e toda riqueza produzida no período, a região não figurava entre os temas visitados, o que ocorrerá somente mais recentemente. “Até os anos 40, no entanto, a literatura infantil não recorreu ao material amazônico de cunho folclórico, nem encampou o projeto nacionalista de que o tema se revestia” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 108).

Lajolo e Zilberman (1991, p. 29) informam que no Brasil, até os anos 1880, só havia traduções de obras europeias, como “Cônego (Christoph) von Schmid: O canário (1856), A cestinha de flores (1858) e Os ovos de páscoa (1860). Traduções e adaptações essas que se ampliarão nos últimos 20 anos do século XIX. São os chamados por Sandroni de fundadores que trarão como contribuições as primeiras traduções didáticas ou de pura criação, aproximando-se o público por meio de um

linguajar “abrasileirado”. “No Brasil Colônia, o ensino estava totalmente nas mãos dos estrangeiros, e esse é sem dúvida o fator de maior peso no atraso da formação de uma literatura infantil própria” (SANDRONI, 2011, p. 29). A autora também ressalta que a inauguração da chamada fase literária da produção brasileira destinada a crianças e jovens se dará em 1921, com Monteiro Lobato, a partir da publicação de “A menina do narizinho arrebitado” (p. 48).

Esta obra inaugural será escrita predominantemente em tom coloquial, a diferenciando do que havia de livros até aquele momento. Assim, as obras passarão a ser compostas por reflexões, questionamentos e críticas ampliando o sentido educativo a escrita.

3 ANÁLISE DE DISCURSO

A maior expoente da Análise de Discurso da linha pechetiana no Brasil é a professora Eni Orlandi. É ela quem traz a assertiva de que “Análise de Discurso não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica” (ORLANDI, 2013, p. 59), pois se trabalha com a lógica de que a linguagem não é transparente para obter dela uma literalidade, pois está atravessada por diversos outros discursos, sendo necessário buscar seus equívocos, suas falhas e materialidades, por meio da atuação das ideologias. “Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi” (ORLANDI, 2013, p. 30). O que estiver à margem, portanto, também fará parte do dizer, do discurso.

Há uma incompletude e um equívoco a ser encontrado. “Se o real da língua não fosse sujeito à falha e o real da história não fosse passível de ruptura, não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos” (ORLANDI, 2013, p. 37). Portanto, é possível que se irrompam sentidos diferentes, em condições de produções outras, atravessadas por memórias, que apresentarão processos iguais – parafrásticos – ou diferenciadas por deslocamentos e rupturas – polissêmicos, porque não haveria sentido sem a repetição.

Também em Orlandi (2011, p. 87) se verá que “o silêncio faz parte da constituição do sujeito e do sentido”. Porém, o que seria o silêncio? Opressão, mudez?

A autora assim considera o silêncio “como parte da incompletude que trabalha os limites das formações discursivas, produzindo tanto a polissemia (o a-dizer) quanto o já-dito. Isto é, o silêncio trabalha nos limites do dizer, o seu horizonte possível e o seu horizonte realizado” (ORLANDI, 2007, p. 91), podendo representar rupturas, incompletudes, contradições, continuidades, entre outros sentidos.

Outro ponto chave para a Análise de Discurso se refere às condições de produção em diferentes formações ideológicas, que “implicam o que é material (a língua sujeita a equívocos e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário” (ORLANDI, 2013, p. 40). É por este viés que se analisará o funcionamento do discurso ou discursos.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

Para proceder à análise, traz-se como recorte um texto entre os que compõem o livro “Histórias da Avozinha, de Figueiredo Pimentel. Na obra estão 50 histórias, tidas pelos editores como as “mais célebres, primorosas, divinas e lindas histórias populares, morais e piedosas”. Traduzido como “O patinho aleijado”, por Figueiredo Pimentel, levou ao público brasileiro o que atualmente é mais reconhecido como “O patinho feio”, escrito originalmente por Hans Christian Andersen.

Ora, uma vez, estava uma velha pata chocando alguns ovos que pusera, deitada num ninho de folhas. [...] No entanto, o infeliz palmípede vivia modestamente, sem fazer mal a ninguém, sabendo nadar melhor que todos, mas sempre repellido [...]. O patinho aleijado, que ouviu chamarem-no de cisne, e de bonito, ficou maravilhado de tanta felicidade, e começou a nadar garbosamente, à semelhança dos outros, com as asas levantadas, parecendo as velas enfunadas de uma embarcação. (PIMENTEL, s/d, p. 14-17)

Como finalização da história, Pimentel faz a seguinte explicação à história:

Mais tarde explicou-se o caso. O ex-patinho devia ser filho de algum cisne, que, passando por acaso pela morada dos patos, pusera um ovo no ninho da velha pata. O aleijado, agora transformado em magnífico, lindo cisne, ainda viveu muito feliz em companhia de seus dois irmãos, os cisnes do lago. (PIMENTEL, s/d, p. 17).

Como visto, Figueiredo Pimentel é tido como um pioneiro da literatura infantil, da fase que ainda não havia nascido de fato um modelo nacional para crianças. Estando a história em tela de “O patinho aleijado” enquanto exemplo de como era essa literatura de tradução, que estava interligada a outras obras de imitação, de registros do folclore e das tradições orais. E que como se vê anuncia “lindas histórias”, contudo, silencia o reconhecimento de um público diferenciado que, espera-se, faria a leitura do texto traduzido. Omitindo a criança, enquanto leitor com características próprias desta faixa etária, como visto atualmente com todas as responsabilidades de cuidado e respeito.

Para analisar discursos situados em uma linguagem não transparente e inscritos numa historicidade, Orlandi (2013, p. 26) lembra que não há método específico, “compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc) produz sentidos”. Há, assim, múltiplas possibilidades de leituras. Por outro lado, ao analisar o presente fato enunciativo e suas redes de significação, (o objeto linguístico-histórico aqui é a literatura infantil brasileira no século XIX, ou a sua ausência), os analistas devem se saber inscritos e também presos a um sentido, que se dirija pelas teorias da Análise de Discurso.

Conforme proposto a este artigo de cunho científico, mobilizam-se conceitos da história de configuração da Literatura Infantil para explicar que não há transparência na linguagem, mas há toda uma materialidade histórica do processo que irá acompanhar a constituição dos sujeitos em determinadas condições de produção.

Marca-se, assim, que há filiações de sentido inscritas nesse silenciamento em torno do infantil (o dito e o não-dito). Não tem literatura diferente, tem literatura sob efeitos de sentido. O que foi dito? Foi dito, em relação à produção brasileira de literatura infantil até o século XIX apenas traduções de obras vindas da Europa, apenas o mesmo e a paráfrase e os embates que dela podem ser escamoteados. Ficaram ainda nas entrelinhas o ensinamento pedagógico, o direcionamento à resignação e o alinhamento ao que já vinha sendo ditado pelo colonizador.

E o que não foi dito, portanto, foi à criação nacional, que se calou, que não visualizou a própria produção oral que haveria na época, de adaptações de histórias

não só de portugueses, mas de africanos e indígenas, que também compunham o povo estabelecido em terras brasileiras.

E não foi dito por que as condições de produção não eram adequadas a uma literatura infantil por que o “adulto” não os via ainda como “importantes” naquela disputa política de se firmar enquanto nação brasileira, ou por que também faziam parte da mão de obra familiar de um país ainda notadamente rural? O quanto a infância se diferenciava da fase adulta durante o século XIX no Brasil? A preocupação com a criança será mesmo um fato do modo capitalista de produção, que ainda não se havia consolidado nesta região?

Destarte, debateu-se neste estudo como se deu esse apagamento de uma literatura de fato voltada à infância, buscando compreensão para o fato do não desenvolvimento dessa linha de escrita e da não inclusão à preocupação nacionalista (dos próprios escritores, dos leitores ou do Estado) para essa faixa etária. Quem sabe assim se poderá debater a ideologia funcionando na/por meio da linguagem quando não se produz o novo na literatura brasileira em relação à área da infância, apenas repete-se, copia-se o mesmo da Europa. É o Brasil ainda uma “ex-Colônia” que decretou independência num grito junto ao rio Ipiranga e que busca se estruturar identitariamente enquanto nação brasileira.

Conforme Orlandi (2007, p. 31), o silêncio significa, portanto, é. Para a autora, “[...] falar do silêncio traz, em si, uma dificuldade maior, já que ele se apresenta como absoluto, contínuo, disperso” (ORLANDI, 2007, p. 32). Dessa maneira, expandindo essa possibilidade se vê silenciamento dos brasileiros escritores quanto a livros para crianças no século XIX. Viu-se que a literatura infantil até aquele momento não havia sido enunciada, concretizada, era cópia da estrangeira sem criação própria e de vocabulário distanciado de seu público.

E o silêncio poderia ser aplicado a uma não visibilidade da diferença criança X adulto nos primeiros séculos do Brasil Colônia, especialmente no momento de “libertação” nacional, enquanto efeito ideológico em ação naquele momento. Diante das condições de produção desse discurso (ou de seu apagamento), uma memória registrada e em funcionamento ainda hoje.

Buscou-se, assim, o que há de significação neste acontecimento por meio dessa elipse literária. Como desdobramento desse silêncio que constituiu o povo brasileiro pode ser lido também como um silenciamento que resultou em lei específica para o público infantil muito mais recentemente, com o Estatuto da Criança e Adolescência somente sendo aprovado em 1990¹¹. Pista e conjecturas que mostram materialidades significativas da história de constituição nacional.

Se a infância ficava silenciada à época enquanto possibilidade de criação literária própria e específica, há formações ideológicas e rupturas em jogo, demonstrando que a produção da história é tomada de sentidos. Os textos tidos como da expressividade brasileira de uma literatura infantil surgirão mais recentemente, e seu primeiro centenário ainda se aproxima (considerando aqui a publicação de “A menina do narizinho arrebitado”, de Monteiro Lobato no ano de 1921). Esperamos que o poder criativo dos autores possa continuar a ser a tônica da produção nacional pelos próximos centenários.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

CADEMARTORI, Lígia. **O que é literatura infantil?** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: História & Histórias**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1991.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. 11 ed. Campinas: Pontes Editora, 2013.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6 ed. Campinas: Unicamp, 2007.

PIMENTEL, Figueiredo. **O patinho aleijado**. In: Histórias da Avozinha. s/d. Disponível em < <http://livros01.livrosgratis.com.br/bn000137.pdf> > Acesso em: 20 Jul 2017. 14:20:20

¹¹ Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>, acesso em 20 Jul 2017.

SANDRONI, Laura Constância. **De Lobato a Bojunga**: as reinações renovadas. 2 ed.
Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

ESTÉTICA MODERNA E SUBJETIVIDADE: O CABELO COMO SÍMBOLO DO (AUTO)RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE NEGRA

JOELY COELHO SANTIAGO
WASHINGTON LUIZ DOS SANTOS ASSIS

Programa de Pós-Graduação de Mestrado Acadêmico em História e Estudos
Culturais
Universidade Federal de Rondônia
Campus José Ribeiro Filho, rodovia BR 364, Km 9,5, Bloco 2K, sala 208, CEP
76801-059, Porto Velho, Rondônia

joelicoelhosantiago@live.com
was.assis@gmail.com

Resumo. *Este trabalho problematiza algumas situações experimentadas por homens negros e mulheres negras durante um processo chamado de “Transição Capilar” – processo que ocorre no período em que pessoas de cabelos crespos e cacheados abandonam o uso de produtos químicos para alisamento, a fim de naturalizá-los, resgatando um dos traços mais representativos da identidade negra. Durante a pesquisa, buscou-se compreender como a decisão dos entrevistados, em deixar seus cabelos naturais, tem sido apreendida por uma sociedade em que a beleza e a estética são determinadas por estereótipos eurocentrados (brancos) que, desde a modernidade, constituem um conceito hegemônico de beleza. A pesquisa contou com a participação de vinte pessoas, das quais, quatorze são mulheres e seis são homens, compreendidos entre as faixas etárias de vinte e sessenta e quatro anos. Os dados levantados foram analisados à luz de teorias contemporâneas sobre estudos raciais, pós-coloniais e decoloniais. Nessas sendas, foram utilizados textos de autores como Frantz Fanon (2008), Anibal Quijano (1999), Muniz Sodré (2015), Neuza Souza (1990), Sérgio Souza (2010), Amanda Melo King (2008, 2015), dentre outros; por meio dos quais, percebeu-se como os processos sócio-histórico-culturais influenciaram, e ainda influenciam, significativamente, a aceitação e o (auto)reconhecimento da beleza e da estética (natural) negra na sociedade.*

Palavras-chave: *Estética. Beleza. Identidade Negra.*

Resumen. *Este trabajo problematiza algunas situaciones experimentadas por hombres negros y mujeres negras durante un proceso llamado “Transición Capilar” – proceso que ocurre en el período en que personas de pelo rizado abandonan el uso de productos químicos para alisamiento,*

a fin de naturalizarlos, rescatando uno de los rasgos más representativos de la identidad negra. Durante la investigación, se buscó comprender cómo la decisión de los entrevistados, en dejar sus cabellos naturales, ha sido aprehendida por una sociedad en la que la belleza y la estética son determinadas por estereotipos eurocentrados (blancos) que, desde la modernidad, constituyen un concepto Hegemónico de belleza. La investigación contó con la participación de veinte personas, de las cuales, catorce son mujeres y seis hombres, comprendidos entre las edades de veintiocho y cuatro años. Los datos levantados fueron analizados a la luz de teorías contemporáneas sobre estudios raciales, postcoloniales y decoloniales. En estos caminos se utilizaron textos de autores como Frantz Fanon (2008), Anibal Quijano (1999), Muniz Sodré (2015), Neuza Souza (1990), Sérgio Souza (2010), Amanda Melo King (2008, 2015), entre otros; por medio de los cuales, se percibió cómo los procesos socio-histórico-culturales influenciaron, y aún influyen significativamente la aceptación y el (auto) reconocimiento de la belleza y de la estética (natural) negra en la sociedad.

Palabras clave: Estética. Belleza. Identidad Negra.

1 Introdução

A existência de diferentes raças humanas é uma invenção europeia que permeia as sociedades ocidentalizadas, acompanhando a trajetória de seus povos, desde o século XVI, cujos efeitos nocivos podem ser observados até os dias atuais (QUIJANO, 1999).

Este trabalho aborda algumas questões relacionadas à influência dessas construções sociais na concepção da beleza e da estética negra, considerando, para isso, a ideia de “raça” como resultado de processos históricos, políticos e sociais, surgidos desde a modernidade, com o ideário capitalista de dominação dos povos colonizados pelas grandes nações europeias.

Nessa senda, são apresentadas reflexões sobre o processo de construção – e reconstrução – da beleza negra a partir de diálogos e entrevistas realizadas com interlocutores (negros) do município de Guajará-Mirim e a capital Porto Velho (RO). A pesquisa foi realizada entre os meses de fevereiro a agosto de 2017, embora alguns dados tenham sido levantados em meses anteriores. Participaram da pesquisa cerca de vinte pessoas, cujas identidades foram preservadas pela utilização de nomes fictícios.

Todavia, é relevante ressaltar que um intelectual honesto – antes de realizar quaisquer ilações sobre questões que envolvam temáticas relacionadas à “raça” ou racismo –, necessita, também, apropriar-se dos conceitos e teorias (co)relacionados, sem os quais, certamente, teria dificuldades em melhor compreender a constituição das hierarquias e desigualdades na construção das discriminações envolvendo esse objeto de estudo. As relações sociais racializadas são constituídas em contextos de diferenças, nos quais os sujeitos das relações têm seus comportamentos moldados e definidos conforme a cosmovisão dos grupos dominantes, que por intermédio de lógica própria determinam um modelo único de dever ser para toda sociedade.

Assim, as concepções de estética e beleza seguem a mesma orientação lógica, pois são influenciadas e moldadas pelos mesmos padrões hegemônicos (eurocentrados), no qual sujeitos negros, com seus traços fenotípicos “indesejáveis” são deslocados para as margens, as chamadas zonas de não-ser.

2 Diferenciar e valorar é discriminar

Apesar de nos finais do século XIX terem surgido intelectuais que defendiam teorias racistas e eugenistas, com o intuito de justificar os processos de desigualdades e racialização das relações sociais, bem como a escravidão dos sujeitos de pele negra, há muito, sabe-se que não há nenhuma qualificação, desqualificação ou propensão humana inerente a qualquer diferença biológica nos seres humanos. As desigualdades sociais fundamentadas nas supostas diferenças existentes entre os “homens” encontram explicações unicamente nas relações de poder, pois são constituídas no seio das relações sociais, definidas por interesses sociopolíticos que objetivam a distribuição de vantagens, hierarquizando, para isso, a sociedade em grupos mais abastados e menos abastados, que são definidos por suas diferenças fenotípicas, tendo como ideal o padrão europeu.

Nessa esteira, com o objetivo de proporcionar melhor compreensão e direcionar as discussões propostas neste artigo, apresentam-se três conceitos fundamentais, quais sejam, “diferença”, “valor” e “diferenciação”.

Entende-se por diferença todas as características excedentes no “outro”, que o tornam não idêntico àquilo que se toma por referência, ou seja, é toda característica

encontrada naquilo ou naquele que se observa, possibilitando ao observador realizar distinções entre duas partes não semelhantes. Desse modo, no que se refere aos seres humanos, “diferença” pode, também, ser compreendido como a inequidade de atributos físicos e sociais, representados por marcas coloniais tipo cor, “raça”, gênero, origem, classe social e geração, dentre outras particularidades encontradas em cada sujeito. Todavia, o que deveria ser apreendido como aspectos que evidenciassem a multiplicidade humana é utilizado para constituir desigualdades em (des)favor de determinadas minorias.

Para definição de valor, este trabalho segue o mesmo direcionamento que o sociólogo Muniz Sodré (2015), para quem valor é “a orientação prática do sujeito para a ação, obtida por comparação de termos dentro de um quadro em que se confrontam e se escalonam equivalências diversas” (p. 17), ou seja, é a atribuição de importância de forma hierarquizada às diferenças existentes entre duas desigualdades.

Por fim, entende-se por diferenciação a atribuição discriminada de valores às diferenças existentes entre os sujeitos dentro de uma relação socialmente hierarquizada. Assim, diferenciar escalonando diferenças é discriminar.

Assim, acredita-se que é no momento da diferenciação que se gera a discriminação, pois quando a sociedade atribui os valores hierarquiza as diferenças, se colocando numa posição incapaz de percebê-las como particularidades ou características equivalentes, que deveriam ser aceitas e respeitadas por representarem os aspectos que evidenciam a multiplicidade de características inerentes aos (diferentes) indivíduos e aos grupos por eles constituídos.

Do mesmo modo, ao se estabelecer noções e padrões de estética e beleza em uma sociedade excluimos as noções e os padrões diferentes, discriminando-os por não se encaixarem no perfil pré-estabelecido, que ao longo das relações se torna o único desejável, o que faz com que “fora do padrão” desejem, a qualquer custo, aproximar-se do estereótipo desejável, em busca de uma suposta aceitação social.

Nesse sentido, “nenhum valor é neutro, pois espelha as convicções e as crenças de um sistema particular” (SODRÉ, 2015, p. 17), que, na maioria das vezes, por estar imbricado em concepções pré-estabelecidas de estética e beleza, não conseguem perceber as qualidades existentes em todas as outras possibilidades, pois

seus referenciais são definidos por um único parâmetro, o europeu. Definidos por colonialidades consolidadas em diferentes momentos e contextos histórico-sociais, favorecendo, assim, a discriminação dos diferentes sujeitos por fenótipos como a cor da pele, a textura dos cabelos a cor dos olhos, o formato do nariz e outros aspectos físicos atribuídos a questões relacionadas à “raça”.

3 Cabelo, objeto de discriminações

Em quase toda sociedade conhecida, os cabelos representam um dos caracteres físicos mais utilizados para definir critérios de estética e beleza, quando não de status. Do oriente ao ocidente, da Ásia à Oceania, da Europa à África, bem como por todas as Américas é possível encontrar diferentes formas de representação simbólica que destaquem essa parte do corpo.

No entanto, excluindo-se algumas sociedades da África, para o sujeito negro, o cabelo é um forte símbolo de estigma, posto que é, na maioria das vezes, visto como característica física inferior. Assim, as marcas coloniais refletidas nos cabelos crespos lhes atribuem e reservam um lugar subalterno nas escalas de beleza, que são pré-definidas pelos mesmos critérios eurocêntricos que definem o racismo.

O resultado obtido por esse processo duplo, tanto político quanto social, é a constituição de sujeitos negros alienados, homens e mulheres que rejeitam suas próprias características físicas devido a imposição de uma sociedade hegemônica, que define como critério de beleza os estereótipos inerentes aos sujeitos brancos. Demonstrando que Frantz Fanon, apesar do passar dos anos, continua atualizado, pois, segundo o intelectual martinicano, “por mais dolorosa que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco” (FANON, 2008, p. 28).

Nesse sentido, os cabelos crespos e cacheados têm sido objetos de constantes insatisfações para os “sujeitos de cor”, principalmente para as mulheres, para quem “os cabelos são considerados em diversas culturas como elementos marcantes na construção da beleza feminina” (KING, 2008, p. 8).

Nessa mesma perspectiva histórico-político-social, se constitui a identidade negra. Mas, como todo e qualquer processo identitário, a constituição da identidade

se dá em contraste de um sujeito com o outro, quer no conflito (dialética), quer no diálogo. De acordo com Neuza Santos Souza (1990), ser negro no Brasil não é apenas ser, e sim tornar-se. Sendo assim, para entender o “tornar-se negro” num clima de discriminação é preciso considerar a constituição dessa identidade no plano simbólico. Após o fim da escravidão as anulações e opressões aos corpos negros de mulheres e homens não cessaram, continuaram no plano simbólico, tomando formas e expressões que se enraizaram em todas as sociedades, inclusive na brasileira, que por muito tempo disse acreditar não ser racista. O racismo é evidente, e por esse motivo “defendemos, de uma vez por todas, o seguinte princípio: uma sociedade é racista ou não o é. Enquanto não compreendermos essa evidência, deixaremos de lado muitos problemas” (FANON, 2008, p. 85).

Nesse contexto, ao apresentar o cabelo (crespo) como parte de um corpo não apenas físico mas também social, pretende-se obter uma melhor compreensão das construções sociais e das relações sociopolíticas constituídas na inter-relação do sujeito negro com a sociedade, pois o cabelo é:

Definido por muitos como “a moldura do rosto”, o cabelo pode dar informações sobre as origens, pertencimento a grupos sociais e hábitos de uma pessoa, aproximando ou afastando indivíduos enquanto elementos de identidade corporal. Eles possuem uma grande capacidade de expressão simbólica vinculados a um contexto sociocultural (KING, 2015, p. 8)

A capacidade de expressão simbólica existente no cabelo, ao que se refere King, teve papel marcante em diversos momentos históricos, dos quais destacamos o movimento Black Power na década de 1960, que representou força e resistência negra diante de uma sociedade estadunidense fortemente racista, o movimento foi tão significativo que se estendeu para muitos países do continente.

Precursor dos movimentos de resistência, um dos questionamentos do movimento Black Power era a “imposição” (cultural) de que o negro deveria alterar a estrutura de seu cabelo, em nome de uma beleza e estética determinada pelo desejo da sociedade dominante, o que fez mulheres e homens negros alisarem seus cabelos,

numa tentativa impensada de adequarem-se aos padrões europeus, que implicavam em sujeitos possuidores de cabelos lisos.

Nessa busca constante pela aceitação, homens e mulheres de pele escura e cabelos crespos passaram a “amenizar” os problemas sociais gerados por essa indesejada marca colonial, utilizando-se de diversos processos físicos e químicas de alisamento, na tentativa de “adequarem-se” aos critérios (pré)estabelecidos de estética e beleza, seguindo sempre o imaginário social constituído por uma visão ocidental (eurocentrada).

Não obstante, homens negros e mulheres negras, pais e mães de famílias, permitiram, por muito tempo, que seus filhos e filhas fizessem uso de químicas e outras técnicas de alisamento, expondo-os a procedimentos e produtos perigosos, muitos deles nocivos à saúde.

Os negros estiveram sujeitos à ditadura dos padrões hegemônicos baseados em concepções de beleza eurocentradas. Ditadura esta aprofundada pela falta de condições financeiras e mesmo de técnicas e, ainda, por não existirem espaços destinados ao cuidado com o cabelo da população negra. Esse contexto gerava situações trabalhosas de serem contornadas, principalmente para as mulheres negras, que usavam até mesmo gordura animal para “fritar os cabelos” (SOUZA, 2010, p. 298)

Com o passar dos anos, a busca pelo alisamento dos cabelos crespos e cacheados influenciou a indústria, que aprimorou suas técnicas influenciando e incentivando a produção de cosméticos voltados para esse fim. Tendo em vista que “o saber técnico do alisamento, desenvolveu-se de acordo com a história da construção do corpo e de seus padrões de beleza no país e novas necessidades em matéria de alisamento foram criadas” (KING, 2015, p. 3).

Diante desse quadro, observa-se, nos últimos anos, uma tendência cada vez maior de negros e negras na aceitação de seus fios capilares. E mais, tem-se notado, ainda, que essas pessoas não aceitam mais terem seus cabelos alterados por quaisquer tipos de técnicas ou produtos de alisamento, inclusive, muitas delas, que outrora submeteram seus fios e seu corpo às alterações químicas e físicas, hodiernamente, optam por deixar os cabelos retornarem ao estado natural, tendo que passar pelo processo de “Transição Capilar” – momento em que a pessoa deixa seu

cabelo crescer naturalmente, cortando-os de forma gradual, até que todas as partes submetidas aos processos químicos e físicos sejam removidas, deixando-os totalmente natural.

Outro ponto a ser observado é um certo empoderamento de sujeitos negros, pois, através da livre decisão de assumirem seus cabelos naturais, vão de encontro a postura dominante que, desde muito tempo, tem feito com que as pessoas negras não aceitem a estrutura natural de seus cabelos, adequando-se ao um padrão hegemônico de beleza.

4 Meus cabelos, minhas raízes

No que tange às questões abordadas neste artigo, é relevante mencionar que a realidade do sujeito negro não pode – e nem deve – ser compreendida por partes, mas desde sua totalidade. Nesse sentido, a busca do sujeito negro não é por reconhecimento ou pelo ódio da situação que se encontra, e sim pelo esclarecimento das coisas e sua reposição ao seu devido lugar (FANON, 2008), tanto no campo simbólico quanto no campo material. Somente assim, as sociedades contemporâneas restituirão a humanidade usurpada pela situação colonial e pelas colonialidades impostas a partir delas, e isso inclui o reconhecimento ao seu direito de ser e se sentir belo como ele é.

Ainda que para muitos possa parecer óbvio, é sempre relevante reafirmar que o problema que aflige o sujeito negro nunca foi ontológico, pois é se trata de uma construção epistêmica, que desde a modernidade tem envidado esforços no intuito de constituir a figura de um sujeito negro subalterno em todas as suas qualidades, inclusive no campo da estética e da beleza.

Todavia, ao decidirem deixar os cabelos naturais muitas pessoas desistem, pois o processo é longo e desestimulante no início, em especial para as mulheres, por se sentirem “feias” devido a significação que o cabelo tem para elas no meio social, pois algumas mulheres são interpeladas, até mesmo, sobre seu estado de saúde. Muitas delas são confundidas com pacientes em tratamento de doenças imunodepressoras e câncer, devido aos assessórios que utilizam para cobrir a

cabeça, a exemplo, turbantes, lenços, toucas ou coisas do gênero, como é o caso de Márcia (27 anos), uma de nossas interlocutoras.

Durante a transição, escutei muitas críticas sobre a decisão que tomei, senti na pele o preconceito de assumir meu cabelo natural. Passei por inúmeras situações constrangedoras. (...). Uma delas enquanto eu usava turbante, ao sair pelas ruas as pessoas me olhavam estranho, e as que me conheciam perguntavam se estava fazendo algum tipo de quimioterapia.

É nessa fase que surge a segunda grande decisão, a de cortar os cabelos, pois os fios crespos sem químicas, crescem de forma a ajustar-se no couro cabeludo, dando a impressão que não estão se desenvolvendo, parecendo não crescer. Como relatou Lizandra (29 anos).

No dia em que cortei os cabelos foi muito difícil, tentei não mudar nada em minha rotina, mas ao chegar na academia para realizar meu treino semanal, tive minha primeira situação constrangedora, o professor da academia olhou para mim e, com um olhar debochado e uma voz sarcástica, disse: “Hum! Mas que mi-ni-ni-nha linda!” Percebi na hora que a piada era por causa do meu cabelo. Me senti horrível.

É possível encontrar pessoas que falam não terem sofrido preconceitos ou constrangimentos por causa da atitude em deixar os cabelos naturais. Ainda assim, quando tomamos seus relatos, não demora muito para encontrarmos marcadores sociais que inferiorizam essas mulheres, fato que transcorre com tanta naturalidade que elas mesmas nem percebem que estão sendo discriminadas. Esta situação pode ser percebida na história contada por Dona Neuza (45 anos).

Alisei os cabelos dos 12 aos 45 anos de idade, eu estava cansada de usar química e meus cabelos caíam muito. Os três primeiros meses foram cruéis, as pessoas ficavam curiosas querendo saber se eu não iria mais alisar os meus cabelos. Eu não lembro de ter sofrido alguma situação constrangedora, mas quando optei em abandonar a química, e decidi cortar os cabelos à máquina, fui chamada pela minha família por “**mais um homem da casa**”.

Todo esse processo tem influenciado de forma bastante significativa na decisão de pessoas, em especial mulheres, em deixar seus cabelos voltarem à sua estrutura

natural, inclusive, esse é um dos principais fatores que fazem com que as pessoas não levem seus tratamentos até o fim.

5 Considerações finais

Dito isto, concluímos que a constituição dos valores sociais influencia diretamente na forma como seus sujeitos são representados. Nesse sentido, a representação da beleza negra, em seu estereótipo singular e indesejado, diferentemente de outras representações, recebe a forte influência do pensamento social hegemônico, no que tange à apreensão e constituição do estético e do belo. Assim, cabelos lisos e “perfeitos” são buscados até mesmo por mulheres que já possuem essa característica física natural.

A indústria da beleza movimenta a economia e dá muitas oportunidades às mulheres brasileiras que buscam empreender e ter seu próprio negócio no ramo. Esses são alguns dos motivos de pouco se questionar sobre os padrões impostos às mulheres, afinal de contas tudo é assimilado como muito normal, lucrativo e até empolgante quando se trata do objetivo de ficar “mais bela”. No entanto, na busca do mais belo, há muito tempo, vem-se constituindo o seu oposto, o mais feio, destinado ao sujeito negro que dentro de uma relação social racializada é deslocado para as margens em todos os seus atributos físicos, estéticos e morais.

Como forma de resistência, homens e mulheres de cabelos crespos e cacheados têm gerado certo ativismo no sentido de não apenas requerer o direito de serem reconhecidos como naturalmente belos, mas também de (re)afirmar a sua identidade negra.

Alguns de nossos interlocutores informaram, também, haverem descoberto uma outra pessoa após o processo, recuperando a autoestima, redescobrimo-se principalmente como possuidoras de uma beleza especial e singular, considerando o conceito ocidentalizado de beleza. Muitos são os relatos de empoderamento baseado no ato de se assumir como negro e naturalizar seus cabelos crespos, no entanto é preciso analisar como o processo de reificação tem gerado um novo padrão pronto para ser imposto e como faltam os elementos de politização que pautaram o

movimento Black Power nos anos 60, que fortemente se utilizou da estética do cabelo no sentido de resistência e identidade.

Referências

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Geledés Instituto da Mulher Negra, 2015. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/os-cabelos-como-fruto-do-que-brota-de-nossas-cabecas/#axzz3ZBeYdmWu>>. Acesso em: 16 de junho de 2017.

KING, Ananda Melo. **Os cabelos como fruto do que brota de nossas cabeças**. Geledés Instituto da Mulher Negra, 2015. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/os-cabelos-como-fruto-do-que-brota-de-nossas-cabecas/#axzz3ZBeYdmWu>>. Acesso em: 16 de junho de 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. **Problematizando o conceito de empoderamento**. In.: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

SANTOS, Nádya R. Braga. **Do Black Power ao cabelo crespo: a construção da identidade negra através do cabelo**. Acesso em 20 de junho de 2017.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SOUZA, Sérgio Luiz de. **Fluxos da Alteridade: Organizações negras e processos identitários no Nordeste Paulista e Triângulo Mineiro (1930 – 1990)** Araraquara. 2010. 450 páginas. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **¡Que tal raza!** En: Ecuador Debate. “Etnicidades e identificaciones”. Quito: CAAP, nº 48, diciembre 1999.

HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA TEÓRICA DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA DA AUTORA MARIZA VIEIRA DA SILVA

CARLA VANESSA VIEIRA

ELIZETE RAMOS BRAVO

Universidade Federal de Rondônia-UNIR
Campus - BR 364, Km 9,5
CEP: 76801-059 - Porto Velho - RO

carlavanessa@hotmail.com
zetebravo@hotmail.com

Resumo. Neste trabalho, o tema da alfabetização é trabalhado em uma extensão histórica, da perspectiva da Análise do Discurso, constituída nos trabalhos de Michel Pêcheux, visando envolver o processo de constituição dos sentidos e a partir do trabalho da pesquisadora e autora Maria Vieira da Silva, em seu livro sobre a História da Alfabetização no Brasil¹², tomando como referência no mundo da(s) história(s) coletiva e individual: o mundo da memória e do esquecimento marcado para todo o sempre tanto pelo dito, como pelo não-dito e o já-dito em outro lugar. Na constituição do corpus, optou-se por re-visitar obras conhecidas do grande público de dois tipos de discursos historicamente datados: o discurso religioso dos séculos XVI e XVII e o discurso científico de diferentes áreas do conhecimento dos séculos XIX e XX, considerando a escassez de estudos e pesquisas sobre o tema e a raridade e fragmentação de arquivos e acervos no País. Busca-se compreender como este sujeito composto pela linguagem constrói, como discurso a história da leitura e da escrita de um país colonizado, sob o olhar das mesmas marcas propostas pela autora sobre a tematização.

Palavras-Chave. 1.Análise do Discurso. 2.Alfabetização. 3.História da alfabetização.

ABSTRACT: In this work, the theme of literacy is worked on a historical extension, from the perspective of Discourse Analysis, constituted in the works of Michel Pêcheux, aiming to involve the process of constitution of

¹² SILVA, Mariza Vieira da. História da Alfabetização no Brasil: sentidos e sujeitos da escolarização. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015. 432p.

the senses and from the work of the researcher and author Maria Vieira da Silva , In his book on the History of Literacy in Brazil, taking as reference in the world of collective and individual history (s): the world of memory and oblivion forever marked by both said and unsaid And the already-said elsewhere. In the constitution of the corpus, it was decided to re-visit works known to the general public of two types of discourse historically dated: the religious discourse of the sixteenth and seventeenth centuries and the scientific discourse of different areas of knowledge of the nineteenth and twentieth centuries, And the rarity and fragmentation of archives and collections in the country. It seeks to understand how this subject composed by language builds, as a language, the history of reading and writing of a colonized country, under the Same marks proposed by the author on the thematization.

Keywords: Discourse analysis . Literacy. History of literacy

1 Introdução

A linguista Mariza Vieira da Silva¹³ fala sobre a história da alfabetização no Brasil e sobre como se constituem os sujeitos analfabetos e alfabetizados em sua tese: *História da Alfabetização no Brasil: Sentidos e sujeito da escolarização* (2015). A partir dessa análise do processo histórico, ela espera auxiliar a criação de novas políticas públicas, programas e projetos de práticas linguísticas e pedagógicas.

Além de belíssima e inaugural, como afirma Orlandi¹⁴ no prefácio do livro, a obra é indispensável para todos aqueles que anseiem pensar como se compõe a história e o sujeito da escolarização num país determinado pelo processo de colonização, por uma sociedade escravista. Um produto que retoma, não apenas sua tese de doutorado defendida em 1998, mas quase vinte anos de trabalho em torno do tema da alfabetização/escolarização do português como língua nacional, com articulações teóricas e construção de um dispositivo de análise, “um objeto discursivo em que o simbólico e o político se articulam” (SILVA, 2015, p. 26). Obra que se

¹³ Mariza Vieira da Silva é doutora em linguística pela Universidade Estadual de Campinas, na área de análise de discurso. Realizou estágios pós-doutorais como integrante do projeto internacional “História das Ideias Linguísticas no Brasil”, na École Normale Supérieure de Lettres et Sciences Humaines de Lyon, na França. Seus estudos, pesquisas e publicações têm como foco de interesse a relação entre linguagem, educação e sociedade no processo de escolarização do português como língua nacional. É professora da Universidade Católica de Brasília desde 1997.

¹⁴ Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi (São Paulo) é uma pesquisadora (1A do CNPq) e professora universitária brasileira. Foi a introdutora, no final dos anos 70, da análise do discurso no Brasil

apresenta como presente para nós leitores interessados em pensar sentidos possíveis para (a transformação da) educação. A autora estabelece, discursivamente, um arquivo de obras de diferentes autores, de momentos distintos que tratam da alfabetização/do analfabetismo, avaliando, a partir de sinais linguísticos presentes nos textos, o trabalho da memória na construção de indicativos, de sentidos e de posições sujeito, pelo movimento da paráfrase e da polissemia, pelo estabelecimento de fronteiras típicas instáveis e nas práticas pedagógicas e linguísticas de uma sociedade colonizada e letrada, envolvendo, assim, as ações características e políticas, a eficácia da escrita em suas possibilidades de coerção e, ao mesmo tempo, de liberdade, de poesia.

De acordo com ela, a aprendizagem da leitura e da escrita age como alusão fundamental para o imaginário do país. “Ser alfabetizado¹⁵ é, pois, assumir uma função de autoria e construir um lugar de interpretação. No Brasil, isso tem sido para poucos”, acredita.

Uma pessoa alfabetizada é aquela que sabe ler e escrever; em compensação, o analfabeto é aquele que não contém nem escrita nem a leitura. Essas definições estão vastamente difundidas e, mais do que isso, são seguidas como referência para políticas educacionais, avaliações de professores em sala de aula e até nos relacionamentos cotidianos, delimitando modos de influência mútua entre as pessoas.

No entanto, por trás desses conceitos, aparentemente fundamentados em ênfases baseadas na experiência, existe uma história. Uma história que não se limita aos conceitos e aos métodos pedagógicos, mas diz respeito à maneira como a coletividade brasileira se estrutura e que remonta ao Brasil Colônia.

A autora analisou diversos tipos de textos – desde discursos dos séculos XVI e XVII (especialmente os dos jesuítas), nos quais retira um conjunto de formulações fundadoras do discurso sobre a alfabetização e do processo de escolarização, até textos acadêmicos e científicos sobre o tema dos séculos XIX e XX. O leque de autores analisados é amplo e diversificado: Sergio Buarque de Holanda, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Nelson Werneck Sodré, Serafim Leite, Gilberto

¹⁵ <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/663/civilizacao-e-barbarie-marcam-discursos-sobre-alfabetizacao>

Freyre, Florestan Fernandes e também teóricos clássicos da educação, como Emilia Ferreiro e Lev Vigotski.

Para Eni Orlandi, as análises e reflexões da autora remetem à questão de como compreender os outros sentidos que os sujeitos “teimam em dar”, para além daqueles já estabelecidos – por exemplo, o padre, o colonizador – escapando à ordem estabelecida. “Nessa equação, educar é escolarizar. E escolarizar é ler, escrever e contar em língua nacional”, explica Eni Orlandi.

A autora do Livro História da Alfabetização no Brasil esclarece que a concepção política de cristianização-colonização, presente nesses discursos dos textos dos de autores analisados, nomeou dois espaços de ação: a escola e a língua. E, neles, a alfabetização não pode ser pensada como uma arte, mas deve ser vista como um processo histórico-social, uma prática linguística, social e política, na qual o absurdo diz respeito a um sujeito que deve se conter ao significante em sua configuração material, mas também, e ao mesmo andamento, a uma língua nacional una, desconexa e espalhada diferentemente.

2 Análise do Discurso

Quando entramos no campo das teorias da análise do discurso, nos deparamos com diversos conceitos, metodologias e aplicações que se diferem, e assim, visualizamos a heterogeneidade de seus estudos. Duas vertentes teóricas de maior abrangência estudam e analisam a constituição do discurso: a Análise do Discurso (AD) de linha teórica francesa, que surgiu no final dos anos 60 e tem como um dos seus representantes principais Michel Pêcheux; e a Análise Crítica do Discurso (ACD), de linha teórica britânica (anglo-saxã), que tem como expoente o teórico Norman Fairclough. Nesta pesquisa, nos delimitaremos aos estudos da AD francesa desenvolvida por um grupo de pesquisadores em torno de Michel Pêcheux (MALDIDIER, 1997).

Michel Pêcheux constrói o conceito de discurso a partir da tríade Linguística, Marxismo e Psicanálise. Ele critica e reformula o conceito da dicotomia *Langue*(língua) e *Parole*(fala) da Linguística Moderna Geral de Ferdinand Saussure, por acreditar que esses conceitos não conseguem explicar o conceito de linguagem e

também produz uma nova teoria. Pêcheux propõe um nível intermediário entre a *Langue* (universal) e *Parole* (individual). Para Pêcheux, o discurso não é universal, nem individual, constitui das particularidades sendo determinadas pelos interesses de classes.

Na AD, o discurso é estudado a partir dos “efeitos de sentidos”, o sujeito nesta vertente é afetado pela língua e pela história e, assim, labora pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2001). Ainda segundo a autora, “na análise do discurso procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2001, p.15).

Para Michel Pêcheux um enunciado não é um discurso único, há outros dentro dele e, somente a análise linguística não é suficiente para a compreensão, é necessário ir além da frase, observar o extralinguístico.

[...] se pensamos o discurso como efeito de sentidos entre locutores, temos de pensar a linguagem de uma maneira muito particular: aquela que implica considerá-la necessariamente em relação à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos. Isto quer dizer que o discurso supõe um sistema significante, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade já que sem história não há sentido, ou seja, é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique. Daí os efeitos entre locutores. E, em contrapartida, a dimensão simbólica dos fatos. (ORLANDI, 1994, p.52)

De acordo com a autora, a análise do discurso não se limita à linguística imanentista, mas procura entender o sentido que produz, observando a materialidade histórica do discurso.

Para averiguar o extralinguístico e assim compreender o sentido do discurso, é necessário observar as condições de produção do discurso. Orlandi (1999, p.30) afirma que “(..) em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”. Quando o analista, busca observar as condições de produção de um discurso pelo viés dos estudiosos da linha francesa, ele terá de verificar em que momento foi dito? Quem produziu? Qual o lugar? O que está pré inserido? Por que ele produz determinado sentido?

Orlandi (2001, p.26) afirma que “A análise do discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentido, como ele está investido de significância

para e por sujeitos.” O sujeito para a AD é o produto de uma subjetivação da sociedade, ou seja, é o resultado de um processo histórico. O discurso produzido pelo sujeito é a materialização das ideologias internalizadas consciente ou inconscientemente. Nenhum discurso é único, ao contrário é repetitivo, por que já foi dito antes por alguém, e singular na condição de acontecimentos. (FOUCAULT, 2013).

O conceito de memória discursiva elaborado por Pêcheux é essencial para entender porque certos enunciados produzem sentidos em determinados lugares e em outros não. O autor afirma que,

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊUCHEUX, 1999, p.52).

A memória discursiva é um saber que possibilita um sentido para as palavras do enunciado, que já foram ditas anteriormente, palavras utilizadas em outros momentos e contextos sócio-históricos.

3 Materiais e Métodos

Encontramos a tese de Mariza Vieira da Silva intitulada “História da alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização”, defendida em 01/05/1998, no curso de Doutorado em Linguística da Universidade Estadual de Campinas – SP, e desta tese em 2015, a autora escreveu o livro que foi a que melhor se aproximou com o diálogo nesse momento sobre a alfabetização no Brasil. No referido livro, Silva (2015), trabalha o tema história da alfabetização, [...] em uma dimensão histórica, da perspectiva da análise do discurso, fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux, visando compreender o processo de constituição dos sentidos e do sujeito da escolarização no Brasil, e tomando como referência as políticas e as práticas linguísticas e pedagógicas de leitura e de escrita dos séculos iniciais da colonização. Daí, procederam, aceitáveis contextos e assuntos sobre a alfabetização no período colonial, e leitura sobre a alfabetização no período colonial em sua dimensão histórica, é praticamente inexistente no Brasil. Silva (2015) aconselha que [...] é importante não tratar pedagogicamente a própria "História da alfabetização" -

reconstruir sentidos e acontecimentos, propor começos e fins -, fazendo o sujeito viver como se sua história não fosse como foi, refazendo a história do alfabetizado e do analfabeto: produzindo magicamente um novo sujeito.

A materialidade histórica, denominada por Pêcheux de memória discursiva, é importante para compreendermos a ideologia reproduzida no discurso. Em seu livro Silva (2015) espalha que seu objetivo é abranger a história de constituição dos sentidos sobre a leitura e a escrita como uma referência para o país, ou seja, em relação aquilo que ficou. Este foi o campo discursivo a ser analisado pela revelação dos trabalhos explorados.

Assim, em relação à pedagogia utilizada pelos Jesuítas, a autora também evidencia o bilinguismo: as línguas indígenas ao lado do português e do latim. No entanto, a autora também aponta para a enorme escassez, “raridade mesmo”, de pesquisas, estudos, arquivos e acervos sobre o tema, da alfabetização no Brasil, no período colonial.

Assim, não se pode negar a partir das fontes que se dispõe que, apesar da violência do silenciamento do imaginário como unidade histórica e cultural, a chegada da escrita alfabética portuguesa ao Brasil pela Companhia de Jesus, possibilitou a criação de novos referenciais e o estabelecimento de outra relação com o real aos nativos e colonizadores aqui presentes.

Entretanto, a autora adverte-nos sobre a necessidade de precaução diante da escassez, incompletude, fragmentação e dispersão das fontes disponíveis, para que não caiamos na armadilha de determinar interpretações e justificar resultados, tornando evidente que “a história real o conhecimento histórico são coisas totalmente distintas”. (THOMPSSON, 1981, p. 28).

Nesse sentido, corrobora também Azevedo (1963, p. 27-28) ao dizer que,

[...] ainda mesmo quando falamos sobre o país como objeto dado à observação, e não o fazemos falar como uma pessoa e, por maior que seja o nosso esforço de objetividade, não raramente acontece cedermos, aqui e ali, sob a pressão de nossas lembranças e de nossa própria formação intelectual, aos sentimentos e às apreciações subjetivas o lugar que devia caber aos juízos fundada em observações.

Ao pesquisar entre textos a história da alfabetização no Brasil, desde o séc. XVI até os dias de hoje a autora esclarece que os portugueses praticamente abriram

mão da alfabetização no Brasil no início da colonização, a ideia principal era formar sacerdotes brancos para catequizar os índios. Naquele momento, apenas 0,1% da população estava nos colégios. Ao longo dos séculos, a pedagogia da alfabetização passou por reformas importantes: Surgiu o ensino público, a profissionalização do professor, a entrada das mulheres na escola e novos métodos e ideologias. O número de alunos na escola cresceu e o analfabetismo diminuiu. Durante a entrevista, a professora lembrou de importantes nomes da educação, como John Dewey e Paulo Freire.

4 Análise

Ao longo da história, os sentidos de alfabetizado e analfabeto se deslocaram, ora mudando, ora se mantendo. “Ler e escrever não significava mais só ler e assinar o próprio nome, embora, mesmo hoje, ainda seja tomado como referência, quase que única, principalmente nas matérias publicitárias, como alvo a se atingir”, pontua Mariza e buscando compreender essa movimentação, a linguista procurou acompanhar mudanças e estabilizações de sentidos – um processo no qual o “equilíbrio de tensões” possibilita a perpetuação de uma formação social, a saber, a formação social brasileira.

Como explica Mariza, as políticas públicas, sustentadas por teorias e práticas linguístico-sociais, determinam o “modo” de apropriação da escrita e, também, de estabelecimento de relações sociais, marcadas por conflitos, confrontos e alianças. Nesse espaço social, político, econômico de uma política pública de escolarização estabelecem-se as bases para uma relação educativa entre sujeitos. Essas relações se dão em função do real existente - quer dizer, da história e da língua - e de suas contradições

Embora muitos especialistas insistam em abordar a questão da alfabetização no Brasil do século XIX em diante, ou pior, a partir da década de 1930; a história da educação brasileira é bem anterior.

O início da alfabetização entre nós remonta à época em que sequer existia uma nação em torno do Brasil, foi iniciada no período colonial. Na Europa, a Companhia de Jesus havia sido fundada, por Inácio de Loyola em 1534, com o

objetivo de evangelizar através da educação, sendo seus membros considerados soldados intelectuais de Cristo.

Em 1540 a Companhia foi instituída em Portugal, pouco depois os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil, fundando o primeiro colégio em 1551, declarando a intenção de “recolher os filhos dos gentios e cristãos para os ensinar e doutrinar”.

Em uma época em que Portugal, estima-se, menos de 5% da população era alfabetizada, os jesuítas pensaram a alfabetização das crianças indígenas e lusitanas como estratégia de conversão plena ao cristianismo e a cultura europeia Ocidental.

Apenas as crianças deveriam ser ensinadas, já que os jesuítas consideravam-nas como um papel em branco, onde o que fosse escrito permaneceria. Para eles, as crianças, livres dos vícios dos adultos, não tinham malícia ou más intenções e possuíam uma curiosidade natural que deveria ser aproveitada em benefício da fé.

Neste sentido, pensavam não só um novo método de alfabetizar, como propuseram um currículo baseado na gramática, matemática, humanidades, retórica, filosofia e teologia.

Observando o cotidiano dos indígenas, os jesuítas compuseram uma metodologia pedagógica baseada em elementos lúdicos: jogos, brincadeiras, teatro e música utilizados para ensinar. Os ameríndios utilizavam os mesmos elementos na educação informal existente no interior das aldeias, quando as crianças aprendiam com os mais velhos, observando e brincando, buscando o conhecimento livremente no seu próprio ritmo. É evidente que a metodologia jesuíta foi um acontecimento, cumprindo o papel de catequizar os nativos, mas também atraindo os portugueses.

Os colonos matriculavam os filhos nos colégios e faziam doações generosas para a Companhia de Jesus, pois os padres não cobravam nada pela educação, o ensino era oferecido gratuitamente. O que fez os jesuítas se tornarem muito poderosos dentro da ótica do sistema colonial, multiplicando colégios e missões.

A Companhia de Jesus se tornou rica e poderosa que o rei de Portugal, passou a compor em vários Estados. Ao mesmo tempo, os jesuítas criaram uma zona de tensão com os colonos, ao se colocarem contra a escravização dos ameríndios. Igualmente, enfureceram a Coroa portuguesa ao ensinar os indígenas em sua própria

língua, chegando a rezar missa em tupi-guarani, um sacrilégio em uma época em que na Europa a missa era em latim.

Os atritos foram se somando até que em 1759, o Marquês de Pombal, primeiro ministro do rei D. José, expulsou os jesuítas do Brasil e de Portugal, apoderando-se de todos os bens da Companhia.

Portugal passava por um período delicado, em 1755 um grande terremoto havia destruído Lisboa e boa parte do país, a Coroa precisava de recursos para se reerguer dos escombros, Pombal aproveitou as diferenças com os jesuítas, inventou um pretexto, tomando posse dos recursos da ordem.

O grande problema é que no Brasil, em sua maioria, os professores eram jesuítas, uma vez que um dos requisitos para se ordenar era passar por um curso equivalente a formação superior docente.

Expulsos os jesuítas do Brasil, passaram a faltar professores, sobretudo, alfabetizadores. Pombal resolveu o problema colocando os sargentos das milícias militares como professores nos colégios para substituir os jesuítas.

O ensino no Brasil sofreu um grande atraso, adquirindo um caráter autoritário e militarizado.

A alfabetização passou a fazer uso de uma metodologia arcaica, baseada em decorar o alfabeto e na aprendizagem forçada por castigos físicos cruéis, herdados por 3 séculos de escravidão africana.

Além disto, como parte das reformas no ensino, iniciadas um ano antes da expulsão dos jesuítas, portanto em 1758, Pombal nomeou diretores encarregados de cristianizar e civilizar os índios. Passou a ser uma obrigação destes ensinar os nativos a falar somente o português, ficando proibido o uso do tupi-guarani mesmo na conversa entre os próprios ameríndios.

O mesmo decreto instituiu a obrigatoriedade da separação de gêneros, sendo eliminado o contato com a música, jogos e brincadeiras.

Juntamente com a doutrina cristã, os meninos deveriam ser ensinados apenas a ler, escrever e contar; enquanto as meninas aprenderiam a fiar, fazer renda e costurar, algo que foi denominado como ministério próprio do sexo feminino.

A educação no Brasil, que caminhava para a facilitação do acesso à alfabetização, mudou seu rumo, o letramento foi elitizado, cada vez mais restrito aqueles que tivessem posses para custear.

Posteriormente, este panorama criou um dualismo, em que a educação de qualidade ficou restrita a elite, sendo oferecido um ensino péssimo aos mais pobres.

Cabe lembrar que, no período colonial, o ensino público e gratuito não era uma preocupação e muito menos uma obrigação do Estado.

Melhorias no sistema educacional brasileiro só começaram a surgir com a vinda da família real portuguesa em 1808, ou seja, no século XIX.

Até então a imprensa estava proibida no Brasil e os livros tinham que ser importados, passando por uma rigorosa censura.

A chegada de D. João VI ao Brasil fez com que os livros pudessem ser impressos por aqui, a despeito da primeira cartilha só ter sido editada na década de 1950.

D. João VI fundou centros de formação no Brasil e diversas instituições culturais, responsáveis pelo fomento a melhoria do sistema educacional.

Porém, no que diz respeito à alfabetização, o predomínio do academicismo não fez mais que referendar, sob o verniz da modernidade, práticas arcaicas.

Poucas escolas gratuitas voltadas para as primeiras letras foram fundadas, em sua maioria restritas à população urbana de origem europeia.

O ideal francês iluminista, baseado na Revolução Francesa, tendo por pressuposto igualdade, liberdade e fraternidade; não chegou ao Brasil.

Neste prelúdio do período Imperial, o Estado não assumiu a obrigação de fornecer educação para todos.

Depois da independência do Brasil, em 1822, quando se iniciou o período Imperial, sob o governo de D. Pedro I e II, alguns avanços foram registrados quanto ao letramento.

D. Pedro I promulgou um ato adicional a Constituição, em 1834, transferindo para as províncias a responsabilidade pela organização de seus sistemas de ensino e formação de professores.

Apareceram as Escolas Normais, onde qualquer um poderia requerer matrícula por intermédio do juiz de paz de seu domicílio, o qual, mediante julgamento do mérito, recomendava ou não a aceitação do aluno ao diretor da escola.

As Escolas Normais eram locais autorizados, custeados pelo Estado, que deveriam oferecer o conhecimento normatizado, na prática, centros alfabetizadores.

Foi neste momento que o modelo educacional britânico foi oficialmente adotado, embora os professores da época não estivessem adequadamente preparados para implementá-lo na prática.

Destarte, as Escolas Normais proliferaram, a despeito de terem ficado restritas às províncias da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

O resto do Brasil ficou entregue a meia dúzia de estabelecimentos de ensino, em sua maior parte particulares.

Neste período, a profissão docente foi se transformando em predominantemente feminina, o magistério passou a ser visto como uma extensão da maternidade, de onde se originou a expressão tia para designar a professora.

Dentro deste contexto, visando poupar custos, em 1849, o nível intelectual do professor do ensino regular normal foi rebaixado para a exigência da formação primária, antes era necessário possuir ensino superior.

A reboque, os salários dos professores também sofreram redução significativa, algumas outras funções, como de inspetor, deixaram até mesmo de ser remuneradas, tornando-se voluntárias.

Seria necessário que D. Pedro II fundasse um colégio que levaria o seu nome para que fosse implantado um novo modelo.

A partir de então seria exigida a formação equivalente ao ensino médio, equivalente ao antigo magistério, para habilitar professores para alfabetizar.

Mesmo assim, fora dos centros urbanos, a educação era assumida pelas elites locais rurais, custeando escolas nas fazendas que funcionavam nas casas dos professores.

No que diz respeito ao método de alfabetização, predominou a metodologia chamada mútua que consistia em um método desenvolvido pelo educador inglês Joseph Lancaster, cuja característica principal era usar os próprios alunos como

auxiliares do professor, de modo que os mais adiantados ficavam responsáveis por aqueles que apresentavam dificuldades de aprendizagem.

Porém, a imensa maioria da população brasileira continuou analfabeta, a educação pública era um privilégio oferecido pelo Estado, não um direito dos súditos do Imperador.

O Brasil precisou aguardar até a proclamação da República, em 1889, para que esforços de organização de um sistema de instrução pública e gratuita fossem implementados.

Somente durante o período republicano é que o ideal iluminista, mesclado a ideias liberais, foi colocado em prática no Brasil, quando a escola assumiu a função de equalizadora de oportunidades.

A escola se consolidou como lugar institucionalizado para preparar as gerações futuras, dentro do âmbito de um projeto de formação da nacionalidade, quando finalmente a alfabetização se tornou obrigatória.

O Estado passou a oferecer ensino público e gratuito para todos os cidadãos, garantido desde a promulgação da Constituição de 1891, segundo o qual todos passaram a ser considerados iguais perante a lei.

A partir de então, iniciou-se um intenso debate sobre a questão educacional, principalmente em torno dos altos índices de analfabetismo.

Os novos métodos de alfabetização se multiplicaram e, ao longo das décadas, oficialmente o índice de analfabetismo foi caindo. No entanto, a cultura do ensino dualista, dividindo a sociedade entre pobres e ricos, continua existindo.

5 Considerações Finais

Concluimos que a alfabetização nem sempre foi entendida como um processo no qual o indivíduo constrói a gramática e suas variações. Ao contrário disso, o que se tinha em tempos não tão distantes assim era que alfabetização incidia no simples ato de aprender a ler e escrever, além disso, a educação não era direito de todos e dever do Estado e da família, e isso fez com que o ensino, principalmente nas escolas públicas, não fosse de qualidade. Porém, mudanças começaram a ocorrer, fazendo um traçado histórico no Livro História da alfabetização no Brasil: a constituição de

sentidos e do sujeito da escolarização, da autora Mariza Vieira, é possível perceber momentos marcantes desses acontecimentos, sendo o primeiro, logo na chegada dos portugueses ao Brasil, pois, mesmo os índios sendo considerados “selvagens”, era possível perceber um modelo de educação existente, que tinha como principal característica, a liberdade, diferente da educação europeia que tinha caráter repressivo. Nas aldeias, os conhecimentos eram passados de pai para filho, o respeito dos índios mais jovens para com os mais velhos, etc.; e assim sua cultura era preservada. Porém, esse modelo de educação é interrompido com os colonizadores, que construíram escolas jesuítas nas comunidades locais, interferindo nos costumes indígenas e implantando novas maneiras de ensinar e aprender. É imaginável apreender que a alfabetização em si mudou bastante, não só na sua significação, mas também no modo como ela era dirigida, levando em consideração os materiais didáticos, a mudança de técnicas de memorização e métodos empregados, além, é claro, dos fatores sociais, econômicos e políticos. O que exigiu não só da escola, mas também dos professores em sala de aula, uma postura diferenciada, com novas didáticas e ainda embasamento teórico para se ter mais qualidade em sua prática pedagógica, pois os objetivam absorver e transportar para sala de aula os novos paradigmas que surgem a cada dia.

Referências

- AZEVEDO, Fernando de. **O sentido da educação colonial**. In: A cultura brasileira. Parte III. 4 ed. Brasília: Editora da UNB, 1963. P 501-551
- FERREIRA, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1990.
- MALDIDIER, D. **Elementos para uma história da AD na França**. Em: Orlandi, E. (org). Gestos de Leitura. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso. Princípios e procedimentos**. 3.ed., Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, Pontes, 2001.

_____ **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em Aberto, 14, n. 61, p.52-59.1994.

PÊCHEUX, Michel. "Ler o arquivo hoje". Trad. M. das Graças L. M. do Amaral. Em: Gestos de leitura: da história no discurso. Org. Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, 55-66.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução Eni Puccineli Orlandi [et al.]. 2.ed. Campinas: editora da UNICAMP, 1995.

_____ PÊCHEUX, M. *Papel da memória.* In: Achard, P. et al. **Papel da memória** (Nunes, J.H., Trad. e Intr.). Campinas: Pontes, 1999.

_____ **O discurso, estrutura ou acontecimento.** Tradução Eni Puccineli Orlandi. 3.ed. Campinas: Pontes, 2002.

_ Resenha do Livro **Alfabetização no Brasil**, uma história de sua história, organizado por Maria do Rosário Mortatti (São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011. 312p. ISBN 978-85-7983-178-2).

SILVA, Mariza Vieira da. História da Alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização (1998). Disponível em: <http://www.ucb.br/sites/100/165/TeseseDissertacoes/HistoriadaalfabetizacaonoBrasil.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2017. 15:25h

<http://univesptv.cmais.com.br/historia-do-brasil/historia-da-alfabetizacao-no-brasil>. Acesso em 12 de junho de 2017. 09:45h

IDENTIDADE E CULTURA SURDA: A INFLUÊNCIA OUVINTISTA

ANDREIA CRISTINA SIQUEIRA
NEIDE ALEXANDRE DO NASCIMENTO

Programa de Pós-Graduação de Mestrado Acadêmico em História e Estudos
Culturais

Universidade Federal de Rondônia

Campus Jose Ribeiro Filho, rodovia 364, Km 9.5 Bloco 2k, sala 208, CEP, 76801-
059, Porto Velho, Rondônia.

andreia.libras06@hotmail.com

neidenascimentopvh@gmail.com

RESUMO. *O sujeito surdo transita entre duas culturas, a surda e a ouvinte. No entanto, em contato necessariamente com esse espaço intercultural, em geral busca constituir uma identidade a partir da apreensão de mundo através exclusivamente das experiências visuais, isso ao mesmo tempo em que o torna diferente, faz nascer um rechaço da ideologia ouvintista, que o quer agregar à sociedade envolvente, que se diz “normalizada”. O presente trabalho tem como objetivo analisar através da história, a influência da cultura ouvinte na constituição da identidade cultural surda. O quadro conceitual analítico dessa pesquisa caracterizou-se pela utilização de parâmetros analíticos e interpretativos da Filologia Política como alternativa teórico-metodológica para pesquisar os modos como se desenvolvem os principais embates entre a cultura surda e a cultura ouvinte, uma vez que a pessoa é vista num contexto coletivo em que o seu ser histórico e social somente se resolve como um todo unívoco culturalizado. Fundamentados em Eagleton (2012), Strobel (2016) e Gesser (2009), destacamos características culturais que predominam no jeito de ver, de sentir e de se relacionar do povo surdo com a comunidade surda e com o mundo que o cerca, por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e, secundariamente, da língua portuguesa escrita. Ao analisarmos o percurso histórico dos surdos, percebemos que a cultura surda foi, contudo, marcada por muitos padrões da ideologia ouvintista, impostos desde a Antiguidade e somente quebrados (e ainda de modo incompleto) na modernamente com os discursos dos Direitos Humanos. Assim pode-se afirmar que, a história da cultura surda foi marcada por muitos estereótipos, seja através imposição da cultura dominante, ou das representações sociais que narram o povo surdo como seres deficientes, essa agressão contra a cultura surda pode levar a conflitos das identidades.*

PALAVRAS-CHAVE. Surdo. Cultura Surda. Ideologia ouvintista. Libras. Filologia Política.

ABSTRACT. *The deaf subject travels between two cultures, the deaf and the listener. However, in necessarily contact with this intercultural space, in general it seeks to constitute an identity from the apprehension of the world through exclusively visual experiences, this at the same time that makes it different, it gives birth to a rejection of the listener ideology, which wants it To the surrounding society, which is said to be "normalized". The present work aims to analyze through history, the influence of the listener culture on the constitution of the deaf cultural identity. The analytical conceptual framework of this research was characterized by the use of analytical and interpretative parameters of Political Philology as a theoretical-methodological alternative to investigate the ways in which the main clashes between the deaf culture and the listener culture, once the person is seen In a collective context in which its historical and social being is only solved as a unified culturalized whole. Based on Eagleton (2012), Strobel (2016) and Gesser (2009), we highlight cultural characteristics that predominate in the way of seeing, feeling and relating to deaf people and the world around them. Of the Brazilian Sign Language (LIBRAS) and, secondarily, the written Portuguese language. In analyzing the historical background of the deaf, we see that the deaf culture was, however, marked by many standards of the listener's ideology, imposed from antiquity and only broken (and still incompletely) in modernity with human rights discourses. Thus, one can affirm that the history of the deaf culture was marked by many stereotypes, either through imposition of the dominant culture, or of the social representations that narrate the deaf people as deficient beings; this aggression against the deaf culture can lead to conflicts of identities.*

KEY WORDS: Deaf. Culture Surda. Listening ideology. Pounds. Political Philology.

INTRODUÇÃO

O sujeito surdo transita entre duas culturas, a surda e a ouvinte. No entanto, em contato necessariamente com esse espaço intercultural, em geral busca constituir uma identidade a partir da apreensão de mundo através exclusivamente das experiências visuais, isso ao mesmo tempo em que o torna diferente, faz nascer um rechaço da ideologia ouvintista que o quer agregar à sociedade envolvente, que se diz “normalizada”.

O presente trabalho tem como objetivo analisar através da história, a influência da cultura ouvinte na constituição da identidade cultural surda. O quadro conceitual analítico dessa pesquisa caracterizou-se pela utilização de parâmetros analíticos e interpretativos da Filologia Política como alternativa teórico-metodológica para pesquisar os modos como se desenvolvem os principais embates entre a cultura surda e a cultura ouvinte, uma vez que a pessoa é vista num contexto coletivo em que o seu ser histórico e social somente se resolve como um todo unívoco culturalizado. Fundamentados em Eagleton (2012), Strobel (2016) e Gesser (2009), destacamos características culturais que predominam no jeito de ver, de sentir e de se relacionar do povo surdo com a comunidade surda e com o mundo que o cerca, por meio da Língua Brasileira de Sinais - Libras e secundariamente da língua portuguesa escrita.

Este artigo está dividido em três momentos, o primeiro traz o conceito de cultura e comunidade surda, embasando-se no pensamento de Terry Eagleton, filósofo, professor e crítico literário britânico, Karin Strobel, Pedagoga Surda e Doutora em Educação e o segundo momento aborda a representação imaginária da cultura surda, utilizando o pensamento de Strobel (2016) e Wrigley (1996), e por último apresenta o discurso das Identidades surdas, pautada nos teóricos em Hall (2002).

1 Cultura e comunidade surda

O termo cultura, vindo do latim, significa cuidado dispensado à terra cultivada, segundo Eagleton (2005), de acordo com a realidade nos dias atuais, pode-se afirmar que esta deve ser compreendida como o cultivo de estudos linguísticos, bem como de identidades dos indivíduos que vivem sob sua defesa.

Partindo dessa concepção pode se compreender cultura como um processo de desenvolvimento histórico-social, que se dá por meio da construção de uma linguagem e identidades próprias, em um determinado espaço físico, por um determinado período, um grupo de indivíduos que interagem entre si.

Os sujeitos surdos são vistos, às vezes, pelos sujeitos ouvintes, quando não com curiosidade, como pessoas defeituosas, doentes, deficientes, incapazes, que necessitam de tratamento clínico para se enquadrarem nos padrões de normalidade.

Aliado ao tratamento é necessário que os surdos adquiram a cultura dos ouvintes, pois, para alguns, surdos são seres aculturados.

Já entre os surdos, os mesmos não são diferenciados pelo grau, ou mesmo de surdez. Para eles o que difere um sujeito surdo é “o pertencimento ao grupo usando a língua de sinais e a cultura surda que ajudam a definir as suas identidades surdas”.

Assim compreende-se cultura surda como:

O jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modifica-lo a fim de torna-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas, isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (STROBEL, 2016, p. 29).

Muitas vezes o processo de transmissão cultural de surdos ocorre com muitos sujeitos surdos somente na idade mais avançada, já adultos, porque a maioria deles são de famílias ouvintes, ou pela imposição ouvintista, nem frequentam as escolas e associações de surdos e ficam sem contato por muito tempo com a comunidade surda.

As comunidades surdas surgiram da necessidade do povo surdos de se organizar e ter um espaço para reunirem e resistirem contra as práticas que desejam impor a cultura ouvinte aos sujeitos surdos, por meio de mecanismos clínicos, proibindo, por exemplo, o uso da Língua de Sinais.

2 A representação imaginária do ouvinte sobre a cultura surda

O primeiro contato do ouvinte com uma pessoa surda costuma causar espanto, sentimento de pena ou incompreensão. No entanto, após uma pequena aproximação, estes indivíduos, tão parecidos e ao mesmo tempo tão diferentes de nós ouvintes, provocam curiosidades. A sociedade muitas vezes afirma que o povo surdo tem sua cultura, mas não a conhece. Comentam e afirmam que como na sociedade a maioria dos sujeitos é ouvinte, o sujeito surdo tem que viver e submeter-se a essa maioria que o rodeia.

A doutora surda Karin Strobel em seu livro “As imagens do outro sobre a cultura surda” (2016), traz uma importante contribuição para se refletir a representação imaginária sobre a cultura surda:

Há uma grande dificuldade da sociedade em entender a existência da cultura surda, porque a maioria das pessoas baseia-se num “universalismo”. A representação social julga a cultura dos surdos pela cultura ouvinte e tem a pretensão de achar que só aquilo que as pessoas ouvintes fazem é que está correto. (STROBEL, 2016, p. 99).

E conforme Wrigley (1996, p.35),

[...] os universalismos, em todo discurso, são alimentados pela noção de que os seres humanos compartilham propriedades comuns. Esta busca de universalismos é acompanhada por atitudes de acomodação ou por estratégias usadas para neutralizar os desafios às definições hegemônicas. É aí que as culturas nativas dos surdos sugerem formas para falarmos de um “universalismo vivido”, “de experiências da surdez”. Ora, os surdos “ podem espelhar certos aspectos da cultura dominante que os circunda, mas também possuem raízes epistemológicas pelas quais esses aspectos foram legitimamente “declarados” ou compreendidos dentro da experiência nativa dos Surdos.

A ênfase na dimensão centralizadora de uma cultura universal tem impossibilitado que crianças surdas possam ter uma inserção em processos culturais existentes em comunidades de surdos. Por outro lado, são escassos, nos contextos escolares, materiais que tematizem a diversidade cultural, tendo em vista a possibilidade de leitura de outros textos, de outras imagens e de outras histórias do que significa ser diferente. Enfim, uma abordagem que possibilite outras representações sobre os surdos. Ao afirmarmos que os surdos brasileiros são membros de uma cultura surda não significa que todas as pessoas surdas no mundo compartilhem a mesma cultura simplesmente porque elas não ouvem. Os surdos brasileiros são membros da cultura surda brasileira da mesma forma que os surdos americanos são membros da cultura surda norte-americana. Esses grupos usam línguas de sinais diferentes, compartilham experiências diferentes e possuem diferentes experiências de vida. No entanto, há alguns valores e experiências que os surdos, independentemente do local onde vivem, compartilham ou seja: “todos são pessoas Surdas vivendo em uma sociedade dominada pelos ouvintes” (WILCOX e WILCOX, 2005, p. 78).

É possível compreender através da citação acima explicitada que durante muitos anos os surdos aceitaram a opressão da camada ouvinte, estigmatizados

sofreram preconceitos, e aceitaram sem questionar a nomenclatura de deficiente. Mas estudos recentes, não só de pesquisadores envolvidos no assunto, mas também dos próprios surdos surgem novas ideias de que essa deficiência auditiva na verdade é uma cultura, a “cultura surda”.

3 Identidades Surdas

A construção da identidade e da cultura dos surdos surgiu através de lutas, reivindicações e conquistas travadas pelos surdos contra a sociedade majoritária ouvinte. No Brasil, isso começou institucionalmente por meio do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras como idioma oficial da comunidade surda brasileira, através da Lei Federal nº 10.436 em 24 de abril de 2002:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

As políticas linguísticas que procuram dar visibilidade aos direitos linguísticos da comunidade sinalizam as necessidades para que se garantam, efetivamente condições de acesso à língua e à cultura surda por parte dos surdos brasileiros. A diferença, como significação política, é construída histórica e socialmente, é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais de resistências às assimetrias de poder e de saber de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante.

Os surdos que priorizam a língua de sinais como forma de interação e comunicação, unem-se para lutar por seus direitos. Para eles, a língua de sinais é um importante fator que os caracterizam como grupo. Como todo ser humano, as pessoas surdas também sentem a necessidade de comunicar uns com os outros, e através da língua de sinais eles têm essa oportunidade, procuram reivindicar seus direitos e crescerem como povo para provarem seu potencial e também construir sua cultura.

Para Bernardino (2000), a Libras não é considerada somente um meio de comunicação, mas também um fator de identidade do surdo

. “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987). Ainda sobre esse prisma (HALL, 2006) afirma que a identidade “é definida historicamente, e não biologicamente. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”. Strobel (2016, p. 44), em seu livro intitulado *As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda*, afirma: A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

Diante dessa vertente podemos perceber que o sujeito surdo tem suas características culturais que marcam seu jeito de se incluir e relacionar com o mundo dos ouvintes, uma delas é a linguagem que difere dos grupos de ouvintes, assim como afirma Gesser, na sua obra *Libras que Língua é essa? Enfatiza que é:*

Através da língua nos constituímos plenamente como seres humanos, comunicamo-nos com nossos semelhantes, construímos nossas identidades e subjetividades, adquirimos e partilhamos informações que nos possibilitam compreender o mundo que nos cerca e é nesse sentido que a linguagem ocupa um papel essencial na organização das funções psicológicas superiores (GESSER, 2009, p. 77).

A identidade de um determinado grupo social se fortalece e revela aspectos culturais importantes e estruturantes de um determinado grupo. Argumenta (Hall, 2002), a identidade nacional faz parte de uma construção que tenta encontrar sentido entre o passado e o futuro, formando o que o autor chama de comunidades imaginadas, sendo assim as identidades são representações marcantes em um grupo que dela faz parte, visto que as identidades não são capazes de se construir no vazio, tanto as identidades como as diferenças nelas encontradas estão ligadas as representações sociais.

A afirmação das identidades das identidades surdas é hoje uma das principais forças-motrizes das lutas desses grupos minoritários em diferentes países do mundo.

4 Metodologia

O quadro conceitual analítico dessa pesquisa caracterizou-se pela utilização de parâmetros analíticos e interpretativos da Filologia Política como alternativa teórico-metodológica para pesquisar os modos como se desenvolvem os principais embates entre a cultura surda e a cultura ouvinte, uma vez que a pessoa é vista num contexto coletivo em que o seu ser histórico e social somente se resolve como um todo unívoco culturalizado. Fundamentados em Eagleton (2005) e Strobel (2016), destacamos características culturais que predominam no jeito de ver, de sentir e de se relacionar do povo surdo com a comunidade surda e com o mundo que o cerca, por meio da Língua Brasileira de Sinais - Libras e, secundariamente, da língua portuguesa escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o percurso histórico dos surdos, percebemos que a cultura surda foi, contudo, marcada por muitos padrões da ideologia ouvintista, impostos desde a Antiguidade e somente quebrados (e ainda de modo incompleto) modernamente com os discursos dos Direitos Humanos. Assim pode-se afirmar que, a história da cultura surda foi marcada por muitos estereótipos, seja através imposição da cultura dominante, ou das representações sociais que narram o povo surdo como seres deficientes. Essa agressão contra a cultura surda pode levar a conflitos das identidades.

É preciso manter estratégias para a cultura surda dominante de não reforçar as posições de poder e privilégio. É necessário manter uma posição intercultural mesmo que seja de riscos. A identidade surda se constrói dentro de uma cultura visual. Percebe-se desta forma que a identidade e a cultura surda devem ser valorizadas a partir da compreensão de que fazem parte de um processo social discursivo, haja vista que são características distintivas de um grupo social e cultural, dentre outros, no caso de natureza ouvinte.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO, Elidéa Lúcia Almeida. **Absurdo ou Lógica? Os surdos e sua produção linguística**. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

BRASIL. **Decreto de Lei nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n. 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm Acesso em: 16 abril de 2016.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: editora Unesp, 2005.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

WILCOX, SHERMAN. PHYLLIS PERRIN WILCOX. **Aprender a ver**. Tradução por Tarcísio Leite. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

WRIGLEY, Owen. **The politics of deafness**. Washington: Gallaudet, University Press, 1996.

A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DE MULHERES E CRIANÇAS NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS DA AMAZÔNIA RONDONIENSE

JOELTON REZENDE GOMES
CLÉCIA PEREIRA CRUZ

Programa de Pós-Graduação de Mestrado Acadêmico em História e Estudos
Culturais

Universidade Federal de Rondônia

Campus José Ribeiro Filho, rodovia BR 364, Km. 9,5, Bloco 2K, sala 208
CEP: 76801-059. Porto Velho, Rondônia.

joe_rezende@hotmail.com, clecia_cruz@hotmail.com

Resumo. *As transformações ocorridas na formação da identidade das mulheres e crianças, que geralmente foram tratados como sujeitos secundários, permanecendo assim de forma oculta na escrita da história dos processos migratórios é a inspiração do artigo apresentado. A partir da notoriedade das narrativas onde o homem é individualizado como o desbravador, colono e escritor da história da Amazônia, questiona-se se a mulher e a criança não merecem o reconhecimento e os créditos por sua participação como pilares sustentadores daquele que é exclusivamente referenciado nos acontecimentos dos processos migratórios, o marido/pai migrante. O objetivo central da presente proposta de artigo é compreender as experiências vividas pelas mulheres e crianças durante processos migratórios para a região do atual Estado de Rondônia e de que forma a nova realidade experimentada contribuiu para a construção de uma identidade híbrida do cidadão rondoniense. O artigo foi desenvolvido a partir de análises bibliográficas para discutir conceitos acerca da formação identitária em áreas de colonização, além de apresentarmos características da colonização rondoniense a partir do olhar feminino e infantil. Para a elaboração da discussão teórico-metodológica tomamos por base HALL (2015), SODRÉ (1999), FREYRE (2006), CUNHA (2006) e outros que abordam essa temática. Os resultados do artigo apontam para a importância dos dois personagens abordados no processo de colonização de Rondônia, concluindo que não só um gênero, no caso o masculino, pode ser enaltecido como “desbravador” e “formador de história”, pois pretendemos apresentar que homens, mulheres e crianças, foram responsáveis pela formação do cidadão rondoniense.*

Palavras-Chave. *Mulher. Criança. Identidade. Migração.*

Abstract. *The transformations that occurred in the identity formation of women and children, who were generally treated as secondary subjects, thus remaining hidden in the writing of the history of migratory processes, is the inspiration of the article presented. From the notoriety of the narratives where man is individualized as the pioneer, settler and writer of the history of the Amazon, it is questioned whether the woman and the child do not deserve the recognition and credits for their participation as sustaining pillars of the one that is exclusively referenced in the events of migratory processes, the migrant husband / father. The central objective of the present article proposal is to understand the experiences lived by women and children during migratory processes for the region of the present State of Rondônia and how the new reality experienced contributed to the construction of a hybrid identity of the Rondonian citizen. The article was developed from bibliographical analyzes to discuss concepts about identity formation in colonization areas, besides presenting characteristics of the Rondonian colonization from the feminine and infantile gaze. For the elaboration of the theoretical-methodological discussion we take as basis HALL (2015), SODRÉ (1999), FREYRE (2006), CUNHA (2006) and others that approach this theme. The results of the article point to the importance of the two characters addressed in the process of colonization of Rondônia, concluding that not only a genre, in the masculine case, can be exalted as "pioneer" and "history maker", since we intend to present that men, Women and children, were responsible for the formation of the Rondonian citizen.*

Keywords. *Woman. Child. Identity. Migration.*

Introdução: As adversidades enfrentadas no processo de colonização

No que concerne o processo de colonização, é sabido que o homem atua como principal modificador do meio e por esse motivo a todo o momento é exaltada sua coragem relacionando-a ao ato heroico mesmo envolto em contradições como o desmatamento e o desrespeito à cultura nativa. Adentrar o desconhecido e se surpreender a cada passo, eis o significado de colonizar.

No que diz respeito ao contato do homem com a floresta, temos como referencial teórico Euclides da Cunha que relata sua própria experiência em sua obra *À Margem da História* (2006, p. 18):

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido - quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem...

Adentrar, domar, desbravar e assim escrever a história de um povo destemido e repleto de esperança. A Amazônia desde os primórdios apresenta-se como uma dádiva desconhecida. Envolta em seus mistérios, suas lendas e tradições nativas, ela fascina, atrai e recebe mesmo que com certa dificuldade aqueles que ousam pisar no admirável paraíso que enchia de brilho os mais diferentes olhares conforme palavras de Euclides da Cunha (2006, p. 25):

A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante. Desde os primeiros tempos da colônia, as mais imponentes expedições e solenes visitas pastorais rumavam de preferência às suas plagas desconhecidas. Para lá os mais veneráveis bispos, os mais garbosos capitães-generais, os mais lúcidos cientistas.

Desde o bandeirante do século XVII, que em nome da sorte, buscava a cada légua a riqueza tão almejada, passando posteriormente por aqueles que fugiam da violenta seca do nordeste e que contemplou no ouro branco da industrialização, o látex, a saída para seu flagelo sem saber que era seduzido para uma jornada ainda mais sofrida e até chegar ao colonizador da década de setenta do século XX que sonhou com um amanhecer mais promissor em terras desconhecidas, a maior parte desses homens se depararam com o amargo gosto das adversidades da floresta. Animais ferozes, confrontos com os indígenas que por sua vez também se deparavam com o novo e desconhecido acrescidos das doenças típicas da região como a mortal malária foram os grandes encalces na jornada extenuante do viajante.

O que, no entanto não podemos colocar de forma secundaria nessa história é a situação enfrentada pela família e principalmente a vida experimentada pelas mulheres e crianças. Nesse contexto, onde é por diversas vezes reconhecido o legado e a memória dos homens migrantes, o papel da companheira e dos descendentes que eram arrastados pelos esposos e pais rumo ao desconhecido se faz importantíssimo instrumento para a compreensão daquele momento histórico, uma vez que os que outrora foram os filhos da colonização são hoje os que denominamos memórias vivas daquele período que com muita dificuldade e sofrimento traçavam e escreviam em meio à mata fechada e aos perigos do desconhecido o que viria a ser atualmente uma terra rica em diversidades e lembranças.

Euclides da Cunha (2006) ainda descreve as dificuldades relatando que há o incoercível da fatalidade física onde aquela natureza soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, é uma adversária do homem e mesmo sendo esse homem formado fisicamente e destemido a luta é repleta de sofrimento, acrescenta-se a esse sacrifício a presença da mulher amante e dos filhos, pois é do conhecimento de todos que em muitos casos a família acompanhava o chefe da família na esperança de dias melhores. Conforme Euclides da Cunha (2006) nos apresenta, “aquele tipo de lutador é excepcional. O homem leva àqueles lugares a imprevidência característica da nossa raça; muitas vezes carrega a família, que lhe multiplica os encargos; e quase sempre adocece, mercê da incontidência generalizada”.

Segundo Gilberto Freire (2006) relata, não é o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio que desde o século XVI é o grande colonizador do Brasil, mas sim a família. Ela é a unidade produtiva, o capital que trabalha o solo, instala as fazendas, compra bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política.

Outra característica destacada por Gilberto Freire (2006) acerca do nosso país e que é digna de observação em áreas de colonização é o fato que o Brasil formou-se com colonizadores despreocupados da unidade ou pureza de raça, o que proporciona atualmente uma grande diversidade cultural nas regiões de colonização, inclusive na área do atual Estado de Rondônia.

1 A migração feminina e a identidade.

No processo de migração, constatamos relatos na história oficial, da figura do homem sendo o protagonista das transformações tanto no país de onde emigra, quanto nos que imigra. As mulheres sempre são apresentadas em segundo plano e estão ainda longe das lentes de muitos historiadores no quesito serem reconhecida e conhecidas enquanto participante da revolução ocorrida no fenômeno social de imigração. Estas vêm de seu país de origem com uma bagagem de conhecimento ao qual são empregados no país a que se escolheu enquanto destino fixo ou temporário. Causando em tal localidade transformações sociais e econômicas tão plausíveis quanto as dos homens migrantes, fator que de acordo com Sodré Muniz ocasiona em

mudanças na identidade, dado que está figura global está exposta às interações com outros indivíduos e também com outros sistemas sociais.

Dizer identidade humana é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela interseção de sua história individual com a do grupo onde vive. Cada sujeito singular é parte de uma continuidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências (naturais, psicossociais) e de relações com outros indivíduos, vivos e mortos. (SODRÉ, 1999, pg. 34)

Em meio a esse processo de adaptação social, esta também vive, assim como os homens e crianças o fenômeno da transformação de sua identidade. A mulher que sai de seu país de origem, abandonando parte de si e agregando parte de outras culturas por onde passam, se deparam com a mesma crise de identidade que qualquer outro ser independente do sexo está exposto a passar durante o processo de adaptabilidade a uma nova realidade cultural. Sobre essas transformações de identidade, Stuart Hall relata que:

“Essa perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou desconcentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – desconcentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultura quanto de si mesmos – constitui uma crise de identidade para o indivíduo”. (HALL, 2015, pg. 09).

No mercado de trabalho na Amazônia as literaturas tangentes ao tema imigração trazem relatos de que assim como hoje esses migrantes em geral estavam sujeitos aos empregos menos qualificados e à comercialização clandestina, porém também houveram aqueles migrantes que vieram com algum capital no momento econômico em que a Amazônia atravessava e aplicaram suas economias na comercialização de produtos e serviços de alto consumo no dado momento saindo dali grandes comerciantes estrangeiros que fizeram nome marcando a história da localidade. Com as mulheres não foi diferente, estas puseram e põem em prática seus conhecimentos artesanais, incluía-se aqui a culinária como meio de sobrevivência no caso daquelas que não atingiram os espaços mais vantajosos economicamente da

localidade, mas também as que assim como seus maridos que conseguiram ter êxito, foram bem-sucedidas, ainda que da maneira menos visível imposta pelo modelo social europeizado e machista. Este movimento de expor suas habilidades artesanais se constitui em um meio muito importante de afirmação de sua identidade original, pois leva aos países por onde passam um conhecimento do outro ainda não experimentado por muitos cidadãos que não tem a possibilidade de viajar para o conhecimento das diversas culturas no mundo.

Percebe-se então nesta atitude a luta dessa imigrante em buscar o pertencimento ao local de destino “escolhido” sem deixar de lado sua identidade um fator positivo para ambas culturas, pois ao utilizarem seus conhecimentos para tentar sobreviver em um novo lugar geopolítico, também são causadoras de um novo produto social obtido pelas trocas de informações culturais entre a migrante e a sociedade que lhe recepcionou. Sob essa ótica é de suma importância reivindicar inclusão da mulher no contexto histórico oficial de transformações culturais a nível global.

Na Amazônia podemos ver que durante o ciclo da borracha, mesmo tendo trabalhado tão arduamente na extração do látex o reconhecimento deste fato foi posto às escuras à luz da história pelo sentimento social machista que penetram até no fazimento da história. Independente de qual fosse o espaço ao qual a mulher na Amazônia estivesse inserida, a luta, tanto da Imigrante quanto da mulher local tinha um ponto incomum: o do reconhecimento, afirmando assim aquilo que os estudiosos da imigração internacional apontam como uma tendência pós-moderna e contemporânea – a transculturalidade. A mulher imigrante além de tudo que é historicamente, também é um ícone do fenômeno transcultural. À luz de Linda Bash, Nina Glick Schiller y Cristina Blanc-Szanton :

Los transmigrantes toman medidas, toman decisiones, tienen intereses y desarrollan identidades dentro de las redes sociales que los conectan con dos os más sociedade simultáneamente (Bash, Glick Schiller y Blanc-Szanton, 2005, p. 02)

Estas tornam-se agentes de transformações nos ambientes aos quais se deslocam, tomando medidas, decisões, transformam suas identidades se conectando às demais sociedades. Demonstrando assim que seu papel na história das migrações é tão plausível de reconhecimento que dispensa a diferenciações de gênero ao qual a História submete os atores históricos.

2 A mulher e sua Luta Social.

Assim como em toda a história oficial, a história da migração, também posiciona a mulher aos espaços sociais marginais e até mesmo não vistos. A aceitação das migrações nos diversos países que abrigam esses seres está pautada na ideia de os adequarem como força de trabalho. Nesse quesito já se pode pensar na figura masculina e com idade própria para o trabalho pesado. A figura da mulher ao longo da história da humanidade é negligenciada, numa tentativa de não dar conhecimento à sociedade e reconhecimento a esse ser social que também tem um papel fundamental na aldeia global, papel esse que é transparecido no bem-estar da família, no êxito do homem de negócios e porque não dizer na boa situação da economia do país onde vivem estas. O conhecimento da história da humanidade está cheio de rastros da violência humana cometida contra as mulheres, tentativa de as apagarem do cenário histórico.

É perceptível nos relatos de Charles Wagley sobre uma comunidade amazônica, o papel da mulher na sociedade no ano de 1948. “Uma das casas da rua Segunda é também uma padaria onde o padeiro e sua mulher fazem pão de trigo, quando este é encontrado”. (WAGLEY, 1988, p. 48)

É conhecida a figura masculina como o personagem histórico principal enquanto a mulher apreça como mera coadjuvante, conhecida somente enquanto mulher do padeiro, ou seja, uma figura que só existe porque o padeiro existe.

As transformações sociais ao longo da história e o posicionamento de algumas mulheres de coragem como Lucy Lippard mostra que isto vem sendo mudado, Lippard em um ato de reivindicação aos direitos das mulheres na arte organizou o “Social Strategies by Women Artists” em 1980 no qual, através da arte trouxe à tona alguns dos problemas que assolavam e ainda assolam as mulheres nos dias atuais, tais

como: o aborto, os anti- concepçionais, os cuidados domésticos, os perigos do trabalho, o sexo e as profissões¹⁶. Desde o princípio das reivindicações das mulheres por seus espaços sociais, a contrapartida masculina dominante é de mais repressão, podemos ver rastros dessa repressão na sociedade amazônica durante o Segundo Ciclo da Borracha, por exemplo, como aponta Charles Wagley: “Escreviam-se editoriais sobre os perigos da crescente independência das mulheres nos Estados Unidos e a posição do Brasil no cenário internacional”. (WAGLEY, 1988, pg. 67).

Este era o noticiário veiculado pelo jornal de uma comunidade muito carente da região amazônica que veio a ter contato com o cenário internacional durante os anos 40, especialmente enquanto durou o Segundo Ciclo da Borracha naquela localidade. É notório que o embate entre Mulher e a Dominação social falocêntrica transcendem os limites geográficos, alcançando até mesmo os lugares mais longínquos do globo em relação aos grandes centros urbanos desenvolvidos mundialmente.

A luta da mulher por reconhecimento histórico é um ponto em que deixa o ser do sexo feminino com o sentimento de pertencimento em qualquer parte do mundo, pois esta luta é de diversas formas a luta de qualquer mulher em qualquer parte do mundo.

3 Ser criança em áreas de colonização.

As pessoas que chegavam a Rondônia traziam consigo seus hábitos e memórias de toda a vida que em outro momento e situação haviam se formado em seu caráter e personalidade. Mudar de local, deixar suas origens não significa formatar sua existência, mas sim agregar àquilo já adquirido com o passar dos anos anteriores aos novos conhecimentos.

Conforme Stuart Hall (2015) relata em A identidade cultural na pós-modernidade:

Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades.

¹⁶ Ver em O olhar predador: a arte e a violência do olhar, página 75. Por Angélica Lima Cruz.

No processo de formação do atual cidadão rondoniense encontramos essa realidade. Os migrantes que aqui chegavam à procura de um amanhã mais promissor traziam seu “eu” formado que seria transmitido às suas futuras gerações que por sua vez estavam em um local totalmente novo e desconhecido pelos seus próprios pais. E é exatamente esse cidadão que buscamos aqui desvendar. Nessa fusão de cultura originária de outras regiões do Brasil e costumes nativos busca-se conhecer a verdadeira identidade da criança da década de setenta que hoje compõe a sociedade rondoniense.

Se comparadas as realidades vividas pelas crianças do período colonial com as da contemporaneidade perceberemos as surpreendentes diferenças. Ser criança hoje é sinônimo de aprendizado, crescimento, felicidade e segurança. Embora os propósitos citados anteriormente não atinjam cem por cento da nossa infância atualmente, na década de setenta a situação era bem mais alarmante, uma vez que a criança mesmo estando no seio familiar formado era conduzida a um crescimento e responsabilidade precoce.

Stuart Hall (2015) descreve esse cidadão como “o produto das novas diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais. Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas”.

É sabido que ser criança consiste também em estar inserida socialmente. Como ser um adulto honrado, de caráter digno e de boa conduta se não houver uma infância que tenha contribuído para tal? Conhecer a meninice daqueles que desbravaram a floresta amazônica revela fatos importantes que passariam despercebidos aos olhos adultos, uma vez que a criança traz consigo essa dinâmica no olhar conforme Pinto e Sarmiento (1997, p.25) relatam:

“Que olhar das crianças permite revelar fenômenos sociais que o olhar dos adultos deixa na penumbra ou obscurece totalmente. Assim, interpretar as representações sociais das crianças pode ser não apenas um meio de acesso à infância como categoria social, mas às próprias estruturas e dinâmicas sociais que são desocultadas no discurso”.

Atualmente migrantes em evidência social, econômica, política ou nos mais diversificados campos do Estado de Rondônia e em específico do município de Ji-

Paraná foram, em muitos momentos, visualizados e tratados como um adulto que no lugar do lápis e caderno empunhavam enxadas, foices e outros instrumentos para contribuir com o sustento familiar e foi nesse cenário e realidade que a identidade desses cidadãos se construiu.

Portanto é importante localizar essa criança no cenário vivido e no tempo, pois conforme Peter Burke (2010, p.153) relata:

“para entender qualquer item cultural precisamos situá-lo no contexto, o que inclui seu contexto físico ou cenário social, público ou privado, dentro ou fora de casa, pois esse espaço físico ajuda a estruturar os eventos que nele ocorrem”.

Sem tempo para ir à escola e muito menos brincar, maior característica da infância, essas crianças eram tidas apenas como mais uma boca a ser sustentada e um braço a ser lapidado através do trabalho, pois conforme entendimento de Costa (1989) “no sistema colonial o filho ocupava uma posição puramente instrumental dentro da família, sua posição instrumental é no sentido secundário.” (COSTA, 1989, p.153).

Em sua tese de Doutorado, Lílian Maria Moser destaca a realidade familiar abordando a situação das crianças em áreas de colonização. A situação das crianças na grande maioria dos casos alternava-se entre colaborar com o pai nas atividades se já houvesse uma capacidade física ou se submeter aos cuidados da mãe quando ainda muito pequenas segundo a autora expõe:

Na maioria das vezes, os homens deixavam a família no seu local de origem e “vinham na frente”, para dar início ao roçado, construir um barraco e num período de 3 a 6 meses, buscavam a família ou mandavam buscá-la através dos seus parentes ou conhecidos, e nesse retorno já vinham mais outras famílias. O procedimento adotado dessas famílias era o seguinte, a mulher com os filhos, geralmente de menores, ficavam na rodoviária e enquanto o marido com um dos filhos maiores, do sexo masculino, saía à procura de trabalho, ou de um lote de terra para comprar ou ainda uma data, dependendo das oportunidades encontradas (MOSER, 2006).

É certo que muitos relatam as lembranças da sua infância de forma saudosa, enaltecendo a imagem do pai que trabalhava arduamente para garantir a sobrevivência da família e a posição da mãe companheira e submissa ao esposo que

apenas de forma passiva acatava o que lhe era imposto, todavia o problema desse modo de vida aqui indagado está na abnegação que a criança era submetida quanto ao estudo, saúde e qualidade de vida, mesmo porque em muitos casos esses pequenos cidadãos não recebiam nem a dignidade de serem vistos como ser social e sim como propriedade, uma vez que muitos pais viam na verdade uma boa oportunidade em uma quantidade maior de filhos, pois assim seriam mais braços no desempenhar do trabalho rural. Conforme Costa, (1989 p.58), “do ponto de vista da propriedade, a criança era um acessório supérfluo. Ao pai-proprietário interessava o filho adulto, com capacidade para herdar seus bens, levar adiante seu trabalho e enriquecer a família (...)”.

Conclusão

A história de um povo tem a importante função de contribuir para o sentimento de “pertencimento” a um grupo de passado comum, que compartilha memórias de acontecimentos marcantes. Ela garante o sentimento de identidade de um povo com seu país, estado, enfim com a realidade a que se pertence, portanto se torna fundamental o ser humano conhecer a sua história para através disso conhecer e valorizar os elementos que compõem a sua trajetória seja social, política ou cultural apresentada aqui a partir do olhar e da realidade feminina e infantil em áreas de colonização.

Em uma sociedade machista e excludente que constrói sua memória a partir de valores que nem sempre eram colocados em prática encontramos figuras de mulheres crianças que na maioria dos casos suportavam e ainda toleram humilhação e agressões físicas e psicológicas e que, no entanto eram grandes responsáveis pelo sucesso no sustento financeiro da família.

Vimos no decorrer deste artigo situações experimentadas pelas mulheres e crianças que ao acompanharem os esposos e pais no processo de migração acabavam por encarar realidades desconhecidas e que a partir desse cenário ofertado necessitaram adaptar-se ao novo, agregando assim a cultura já adquirida em seus lugares de origem com os costumes nativos desta terra.

É importante destacar e concluir que embora a situação feminina e a infância no então Território Federal de Rondônia tenham sido envolta na exclusão da mulher, no trabalho precoce e dificuldades, foi nesse contexto que a identidade do cidadão rondoniense se formou, garantindo assim um cenário rico em diversidade cultural na sociedade contemporânea.

Referências

- BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- CRUZ, Angélica Lima. **O olhar predador: a arte e a violência do olhar**. Revista Crítica de Ciências Sociais. 89 (2010) Estudos feministas e cidadania plena.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.
- KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- MOSER, Lílian Maria. **Formação de Capital Social e o Ideário do Desenvolvimento Sustentável no Mundo Rural Rondoniense: A Organização dos Sistemas Alternativos de Produção dos Produtores de Ouro Preto D'oeste – RO**. Tese de doutorado NAEA. UFPA/2006
- PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. (coord.) **As crianças: contexto e identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança - Universidade do Minho, 1997.
- BASCH, Linda; SCHILLER, Nina Glick e BLANC-SZANTON, Cristina. **Tansnacionalismo: um nuevo marco analítico para compreender lá migración**. Bricolage: Revista de estudantes de antropología social y geografía humana/Universidad autónoma metropolitana. Año 3. núm. 7. Enero-Abril 2005.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil** - Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**
/ Charles Wagley; tradução de Clotilde da Silva Costa. – 3. ed. – Belo Horizonte:
Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

O QUE É SER PORTOVELHENSE: IDENTIDADE E CULTURA

ANTÔNIO C ÂNDIDO D A SILVA
EDUARDO AUGUSTO MELO DE S A N T A N A J ÚNIOR
P ATRÍCIA HELENA DOS S A N T O S C A R N E I R O
V A L D I R A P A R E C I D O D E S O U Z A

Universidade Federal de Rondônia
Curso de Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais
Campus José Ribeiro Filho, Rodovia BR 364, Km 9,5, Bloco 2K, sala
208, CEP: 76801 -0 59 Porto Velho-RO

a.candido.silva@hotmail.com
edujr.portovelho@gmail.com
patriciacarneiro@unir.br
valdir@unir.br

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar o processo de formação identitária da cidade de Porto Velho, a partir do artigo jornalístico intitulado “O que é ser porto velhense”, publicado no Jornal *Alto Madeira*, em edição de 13 e 14 de novembro de 2016, de autoria de Yêdda Pinheiro Borzacov, tendo, aqui, como referencial teórico os Estudos Culturais a partir de Raymond Williams e Stuart Hall. No texto, a autora desenvolve uma concepção de uma cultura de minoria, presente em seu discurso, com uma narrativa histórica ressaltando o cunho identitário da cidade de Porto Velho, calcada em personalidades políticas e empresariais, como Percival Farquhar e Jorge Teixeira de Oliveira, num processo excludente da cultura comum, formadora do povo e das suas manifestações culturais. As duas concepções da cultura, de minoria e comum, foram um dos primeiros embates na formação dos Estudos Culturais na Grã-Bretanha na análise histórica e cultural da sociedade. A partir dessa concepção de base foi elaborada uma discussão em torno do resgate e da visibilidade dos elementos culturais das classes menos favorecidas, invisibilizadas nas entrelinhas do texto de Yêdda Borzacov, valorizando, agora, esses setores da história. A partir de estudos de Stuart Hall, sobre a questão da identidade cultural na pós-modernidade, poderemos ver que esta situação de “ser porto velhense” é um processo muito mais amplo, proveniente de contribuições culturais diversas advindas de contradições em vias de resolução e transformação nos sistemas culturais em que o homem amazônico está inserido historicamente.

Palavras-chave: Cultura; Identidade; Memória; Amazônia; Porto Velho.

Abstract: *This article aims to analyze the process of identity formation of the city of Porto Velho, based on the journalistic article titled "What is being an old port", published in the newspaper Alto Madeira, edition of November 13 and 14, 2016, authored by Yêdda Pinheiro Borzacov, with theoretical reference to Cultural Studies from Raymond Williams and Stuart Hall. In the text the author develops a conception of a minority culture present in his speech, since it develops a historical narrative of the identity of the city of Porto Velho, based on political and business personalities, such as Percival Farquhar and Jorge Teixeira de Oliveira, in a process excluding the common culture that forms the people and their manifestations Cultural activities. These two conceptions of culture, of minority and common, were one of the earliest blows in the formation of Cultural Studies in Britain in the historical and cultural analysis of society. From this concept will be elaborated a discussion about the rescue and the visibility of the cultural elements of the less favored classes, invisible in the lines of the text of Yêdda Borzacov, valuing these sectors of history. From the studies of the sociologist Stuart Hall on the question of cultural identity in postmodernity, we can see that this situation of being an old port is a much broader process coming from diverse cultural contributions arising from contradictions in the way of resolution and transformation in the cultural systems in which the Amazonian man is inserted historically.*

Keywords: *Culture; Identity; Memory; Amazônia; Porto Velho.*

Introdução

A força da identidade europeia estabelece a hegemonia de um pensamento universal sobre os demais países que passaram a receber os seus influxos, calcando verdades filosóficas a definir conceitos expostos, tal como o de “civilização ocidental”, determinando a ação dos sujeitos na sociedade, a partir de estruturas de pensamento que se consolidaram durante o Iluminismo, no século XVIII.

O Brasil, como produto dessa ação colonialista, absorveu todo o ideário da mentalidade eurocêntrica e em termos de cultura, implementado pelas elites durante o século e reestruturado pela produção intelectual, através de autores como Joaquim Nabuco para o estabelecimento de um paradigma identitário nacional. Muniz Sodré alertou quanto a essa falsa consciência, pois afirma que no Brasil não há apenas uma ou duas

identidades, mas “uma dinâmica múltipla de identificações, evidenciadas pela forte heterogeneidade socio cultural da realidade sul -americana ” (SODRÉ, 2015, P .35), que vai possibilitar a formação identitária brasileira, no campo da singularidade e das relações étnico - raciais.

Para chegarmos a compreender a identidade de um povo , precisamos entender algo das suas origens, da sua história, desde o começo do povoado erguido , da cidade criada administrativamente, e os motivos primeiros de sua construção. Sabemos que a cidade moderna é o espaço demográfico dedicado à produção industrial, às atividades sociais, mercantis, culturais e financeiras, movimentada pela iniciativa humana, representando diversos modos de vida , e gerando conflitos de costumes, de poder, de ideias, as suas interações, conceitos, preconceitos e tudo o mais onde se possa observar as maneiras diversas, enfrentadas ou complementares, de agir e de pensar, configurando grupos sociais, que dão ao final uma movimentação ao espaço que habita a coletividade.

Das experiências individuais e coletivas do dia a dia, as pessoas vão dando significados positivos e negativos ao espaço urbano em que vivem, através de seus ideais, sonhos e desejos. O espaço urbano, portanto, é formado pelo modo de ver, dos significados e das experiências de cada camada social que o constroem e determinam os planejamentos e a maneira de administrá - lo. No entanto, desde a criação das primeiras vilas até as grandes cidades atuais, três fatores se associam: a escolha e a fixação permanente do local, a expansão desses assentamentos e a organização social.

No Brasil, as cidades fundadas no período colonial atenderam ao interesse imediato do colonizador cuja preocupação era o estabelecimento de um porto que fomentaria o comércio e a defesa desses interesses , contra os ataques estrangeiros. Não havia um planejamento nem a preocupação futura com o arruamento, geralmente composto o plano da cidade de ruas estreitas , que nem sempre

obedeciam a um alinhamento previamente estudado. Geralmente escolhia-se uma elevação do terreno para a construção de uma igreja, a moradia dos administradores e os prédios administrativos em volta dos quais passavam a se instalar mais moradores, ampliando-se mais rapidamente e em local mais privilegiado do que antes escolheram os primeiros habitantes. E na parte mais baixa, tomando-se o exemplo de Porto Velho, se construíam os armazéns e as instalações portuárias.

1 Caminhos de ferro

Com relação ao assunto que vamos abordar faz-se necessário tratar do surgimento desse tipo de cidades no Brasil, nascidas na beira de um rio, de onde partem estradas de ferro ou estrada de ferro, sempre como o objetivo principal de ligar uma cidade a outra ou interligar-se determinada região. Esse propósito obedecia a dois fatores importantes: ao transportar pessoas, buscava-se escoar a produção agrícola-extrativista e favorecer o comércio importador. As cidades responsáveis pelo comércio e exportação, como regra, já existiam, mesmo assim, passavam a experimentar as benesses do progresso, que mudava o ritmo de vida das pessoas e, muitas vezes, as tradições e os costumes.

Com relação ao outro extremo da linha férrea, geralmente era um pequeno vilarejo ou simplesmente um ponto de parada ou de apoio para concentração da produção que chegava das fazendas, enquanto no trajeto das ferrovias também se construíam estações destinadas ao embarque de produtos e, nos dois casos, as construções iam sendo feitas em volta da estação, dando origem a vilas, que mais tarde se transformariam em cidades, das quais temos exemplos vários nos dias de hoje.

As cidades ribeirinhas existentes às margens dos rios amazônicos surgiram a partir de um porto de embarque de produtos coletados, depois num armazém, com um prédio de administração, uma igreja e um

povoado , formados com as ruas principais margeando o rio e suas transversais , formadas de acordo com o crescimento populacional do povoado. Uma cidade pequena às margens de um rio da Amazônia é como uma paisagem pintada sobre tela e “ vista do rio, a cidade é uma pausa repousante na monótona sucessão de matas que cobrem as margens do Amazonas.” (WAGLEY, 1988, p.45).

Porto Velho nasceu da construção da Estrada de Ferro Madeira - Mamoré na passagem do século XIX para o XX, uma ferrovia em plena selva amazônica, diferentes de outras do eixo sul-sudeste , porque Porto Velho era apenas um nome em determinado ponto da margem direita do rio Madeira, sete quilômetros abaixo de Santo Antônio, na primeira cachoeira de quem sobe o rio, lembrando o local do acantonamento de uma ala de pelotão da Guarda Nacional, vindos da Província do Mato Grosso, estacionado ali por ocasião da guerra do Paraguai. O nome da cidade de Porto Velho tem algumas explicações, como a lenda do velho Pimentel e na expressão “ponto velho”, mas a versão mais aceita é a sua origem na relação oposta com o Porto dos Vapores, localizado em Santo Antônio, conhecido também como “porto novo”, desativado logo após a transferência da estação inicial da ferrovia para onde hoje é o pátio da EFMM, ou seja, “ do velho porto, a população deu a designação ao povoado, à vila, à cidade e, finalmente, ao município, criado em 2 de outubro de 1914” (MATIAS, 1998 p. 83). No outro extremo, Guajará - Mirim, era mais conhecido pelo nome da última cachoeira (FERREIRA , 1987, p. 20) do que pela existência de um aglomerado humano que lembrasse um povoado ou vila, acontecimento que só veio se efetivar a partir da inauguração da ferrovia.

A literatura do final da primeira década do Século XX relatava o espanto de quem dobrava a curva do Rio Madeira e encontrava não a monotonia do cartão postal (Wagley, 1988), mas o palpitar de uma cidade industrial, com suas chaminés, apitos e o barulho de máquinas em

movimento. Este novo cenário industrial em plena selva amazônica, no início da República brasileira, mostra

o transtorno que a máquina a vapor produzia na quietude da selva era um dos símbolos da transição industrial. Um artefato toma posse da terra virgem, afugenta com seu som a velha natureza e navega o rio como se tivesse alma própria. [...] Que maior encantamento, para quem padecia o vazio do deserto, do que essas máquinas capazes de formar o novo mundo a golpes de energia? (BOTANA, 1984, p.314 apud HARDMAN, 1988, p. 108-109).

Esta via sendo implantando um complexo ferroviário pelos norte-americanos, que o administravam e, para lentamente, exploravam a riqueza e extensas regiões dos rios Madeira, Guaporé, Mamoré e Beni, por um período de sessenta anos. A área para construção do parque ferroviário fora cedida pelo governo federal brasileiro através do Decreto nº 8.776, de junho de 1911, fundamentado no Decreto nº 4.956, 9 de setembro de 1903. Assim, depreendem os documentos de leitura e interpretação de ambos os documentos legais que a área da Estrada de Ferro Madeira - Mamoré era um terreno cedido que, com as regras da empresa privada, passava a ser referida como um “território estadunidense”, cujas normas ditadas pelos construtores determinavam o que se podia fazer ou não no interior do parque ferroviário. (NOGUEIRA, 1913, p. 9-16).

Nos anos de 1908 -1909, desconhecendo os detalhes legais que davam à empresa gestora da construção da ferrovia o direito sobre uma área quadrada de cinco mil metros quadrados, para construção das estruturas e das residências necessárias ao bom funcionamento do empreendimento, com trabalhadores sediados em Santo Antônio. Daí, começaram a construir suas moradias, improvisadas nos arredores das primeiras construções da ferrovia, mantendo, por imposição dos construtores, certa distância do conglomerado americano.

Em 2 de outubro de 1914, “dois anos após a conclusão da ferrovia, foi criado o município de Porto Velho através da Lei nº. 757 sancionada

pelo governador do Estado do Amazonas Jonathas de Freitas Pedrosa ” (DANTE; TEIXEIRA, 1998, p. 145) e, a partir de então, com a implantação do poder executivo oficial, cumpria-se os requisitos necessários para o reconhecimento de uma cidade: a escolha e a fixação permanente do local, a expansão desse assentamento e a organização social. A partir de então, pode-se pensar em uma identidade institucionalizada como porto velho se. Mas que identidade poderia ser atribuída a uma população formada pelos trabalhadores braçais de várias nacionalidades e nacionalidades, sem recursos para voltar aos seus destinos de origem, onde as línguas, as culturas, os costumes e as religiões se misturavam?

Todo esse conglomerado de trabalhadores, mão de obra de reserva, recrutados em diversos lugares do mundo, estava ao interesse dos grandes capitalistas da época, não obedeciam a nenhuma obrigação trabalhista ou ordenamento sanitário adequado à insalubridade da selva. Somente com a construção do Hospital da Candelária em 1909, teve-se um aliado do capital, pois a saúde passou a prejudicar os investimentos, porque relacionada diretamente com a produtividade capitalista no empreendimento da EFMM, por isso “ Farquhar contratou o médico Carl Love lace, que adquirira experiência nos Andes e no Canal do Panamá, para construir e organizar o hospital da EFMM, que com trezentos leitos, ficaria no quilômetro dois numa elevação de áreas saudáveis chamada Candelária ” (GAULD, 2006, p. 179). Com isso o empreendimento passou a contar com pessoas especializadas, importantes para o sucesso do maquinismo e da engenharia civil em meio à selva.

Porto Velho, em um determinado período, fora considerada uma cidade cosmopolita, apresentando aspectos culturais comuns a vários países, mas

ao mesmo tempo, sua condição de cidade ainda não se distinguia muito bem; pois permanecia, nesse momento, a rigor, como núcleo isolado sob controle e jurisdição de uma empresa

privada, algo distante do conceito formal de espaço público. (Ibidem, p.143).

Separadas pela “linha divisória”, a rua erguida na Avenida Presidente Dutra, tinhamos na realidade, duas cidades de Porto Velho, conforme nos informam alguns autores, “Nesse sentido social Santo Antônio, enfim, havia se transferido para Porto Velho. Esta vanguarda o caos e a ordem muito próximos, separados apenas pelo limite físico da Avenida Divisória (FONSECA, 2007, p. 116). A cidade era “americana”, com luz, água encanada, esgoto, fábrica de gelo, tipografia e outros itens de conforto e a cidade -sede do município, com todas as mazelas de uma comunidade nascida sem planejamento e que, só então, começava a fazer o ordenamento de suas ruas. A cidade americana foi elogiada por escritores e pessoas importantes que a visitaram nas duas primeiras décadas do século XX, deixando registrados em livros e relatórios a modernidade trazida pelos americanos à rudeza da selvagem zona, como iluminação pública e uma fábrica de gelo.

Com relação a Porto Velho Brasileira, o lado “composto pela ‘escória’ que buscou a sobrevivência, ou foi exilada para o Madeira” (Ibidem, p. 116), ou seja, a cidade que se formava sem um planejamento urbano, habitada pelos operários, lavadeiras, serviços domésticos, prostitutas e pequenos comerciantes, era como se esta estivesse escondida pela parede imaginária da linha divisória, era algo invisível aos olhos dos participantes da “cultura criada”, tal como a descrita por Bosi, quando escreve:

os intelectuais puramente acadêmicos assim como os profissionais tecnicistas estão, em geral, satisfeitos com as suas conquistas no esforço de se adequarem ao estilo internacional de vida e contentes com os rendimentos econômicos e sociais que lhes tem dado o seu status. Por isso, podem passar a vida sem conhecer a cultura popular, sem ocupar-se dela, sem entrar em contacto real com ela, bloqueados que estão, além do mais, pela própria barreira de classe ou de cor. (BOSI, 1992, p. 334).

Tal como se observa acima, a idealização da Estrada de Ferro Madeira - Mamoré atravessa a história da criação de Porto Velho, sendo

valioso o estudo dos motivos jurídicos e econômicos manejados naquele momento pelo Estado brasileiro e pelos Estados Unidos, cujas consequências transformariam a cidade em um ponto de encontro de várias nacionalidades, o que corrobora aquele matiz de cosmopolitismo.

2 No oeste do Brasil

Vinte e nove anos depois da criação do município, Porto Velho ascendia à condição de capital do Território Federal do Guaporé, poderíamos dizer, acompanhando pensamento da escritora Yêdda Pinheiro Borzacov, que começava a existir naquele momento uma identidade porto-velhense, a partir da liderança de Percival Farquhar, Major Guapindaia e Aluizio Pinheiro Ferreira, seguidos estes de uma pequena lista de outros nomes ilustres, que comandavam o poder administrativo, educacional, comercial e produtivo do Território Federal, conforme a autora cita no jornal *Alto Madeira*:

ser porto velhense é bater no telhado da memória e reverenciar a obra dos homens que construíram a nossa História... Percival Farquhar... Octavio Reis... Pe. Ângelo Cerri... Marize Castiel... Fernando Guapindaia de Souza Brenjense... Jonathas Pedrosa... Aluizio Pinheiro Ferreira... Paulo Nunes Leal... Pe. João Nicoletti... Ary Tupinambá Penna Pinheiro... Rubens da Silveira Britto... Edgar de Souza Cordeiro... Humberto da Silva Guedes... Jorge Teixeira de Oliveira e tantos outros mais... (BORZACOV, 2016, p. B1).

É importante destacar que a autora, Yêdda Pinheiro Borzacov, filha de Ary Pinheiro e sobrinha de Aluizio Ferreira, pertence à classe administradora e, como tal, teve parte na vivência das agruras da classe subalterna, abrangida pela cultura comum. Se considerarmos a manifestação da autora a partir desta linha genealógica do poder político, jurídico, intelectual e militar porto-velhense, podemos inferir que a construção da identidade de Porto Velho estaria vinculada inevitavelmente a um plano de cultura de uma minoria representada por

uma elite dominante ocupante dos principais espaços de poder na nascente Porto Velho. Paralelamente a este mundo minoritário, configurado pelos “grandes vultos da memória porto velhense”, estaria o povo, a massa, o sem nome, ou a classe subalterna, detentora de uma cultura popular (comum), que não teve (ainda) uma participação forte na formação identitária porto velhense, e em virtude das relações de poder estabelecidas.

Essas concepções de cultura, de minoria e comum, estiveram em debate, na formação dos estudos culturais na Grã-Bretanha. Naquele país, de um lado fixou-se uma minoria intelectual iluminada, capaz de preservar e conduzir a cultura longe da democratização da educação e do acesso às artes, liderada por intelectuais literários como, F. R. Leavis e T. S. Eliot (na década de 1930), baseado em uma tradição inglesa, tendo o poeta e crítico britânico Matthew Arnold (1822-1888) uma referência para as suas posições sobre cultura, que a pensava enquanto solução para o desenvolvimento da civilização e alternativa para a anarquia de uma sociedade utilitarista industrial nascente na Inglaterra.

Esse ponto de vista foi criticado por Raymond Williams, um dos fundadores dos estudos culturais, por ver neste tipo de pensamento uma forma elitista da cultura inglesa. Williams nos lembra que,

Arnold não só popularizou a tradição, mas fez cair sobre ela as acusações permanentes de pedantismo e orgulho espiritual. O dano causado pela noção banal de riqueza é seu estreitamento dos ideais humanos, transformando-os em um único fim, que, na verdade, é apenas um meio. (WILLIAMS, 2011, p. 140).

Por outro lado, como forma de combater esta alta cultura, Williams propunha uma concepção mais inclusiva de cultura, em uma época de desconstruções e releituras da sociedade como um todo, pois “a cultura para Williams é todo um modo de vida” (CEVASCO, 2016, p. 49).

Uma cultura sem padrões hierárquicos deveria prevalecer, visando o fim das divisões sociais, devendo-se pautar cada estudo da cultura sem estar dissociado da organização econômica, social e política. Uma

cultura mais democrática e igualitária não deve ter como referentes apenas “pessoagens importantes” da História como objeto de estudo, mas sim o povo e em suas diversas instâncias na sociedade, isto é, as classes trabalhadoras, minorias discriminadas, mulheres, imigrantes, tudo reunido naquilo que os estudos culturais chamam de cultura comum.

Relembramos a contribuição de Gramsci, em análise do papel dos intelectuais na formação da cultura, quando escreve: “Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos” (GRAMSCI, 1982, p. 10). O pensamento de Gramsci parece representar um contraponto à construção identitária em Porto Velho imbuída por autores como Borzacov, que reverenciam os grandes vultos, despreocupados com os elementos mais humanos, não concedendo prioridade de a outros cujos nomes nunca estariam registrados no Panteão dos Heróis ou que jamais receberiam a Medalha de Mérito Marechal Rondón.

No diálogo que podemos traçar entre cultura de minoria e cultura comum, observa-se que, a principal contribuição desta última é a chance da democratização da cultura para toda sociedade, e não apenas a grupos sociais privilegiados, onde certos atos como ribeirinhos e indígenas na história de Rondônia permaneçam invisíveis em quanto sujeitos da história.

Quando tudo se ajusta para o surgimento de um modelo identitário, mesmo depois do segundo ciclo da borracha, com o esvaziamento dos seringaais, que trouxe mais nordestinos para Porto Velho, vamos constatar que com a descoberta da cassiterita em 1955 iniciou-se um novo ciclo econômico na região “ao se alastrar a notícia do minério pela região do Amazonas e Mato Grosso e ao se dar continuidade aos trabalhos de abertura da BR-29 uma onda de garimpeiros invadiu Rondônia e a produção teve um grande aumento” (SOUZA, 2011, p. 16). Após a mecanização dos garimpos na década de

1960 com a criação do DNP M – Departamento Nacional de Pesquisas Mineiras e com a instalação de grandes empresas, o Estado de Rondônia recebeu uma nova onda migratória de pessoas vindas de várias partes do país.

Na área cultural, mesmo sem apoio do poder governamental, as manifestações artísticas conseguiram se manter graças ao empenho dos brincantes de quadrilhas, bois-bumbás e as festas juninas realizadas, principalmente nas escolas, com as fantasias improvisadas pelos próprios participantes.

Na década de 1970, antes mesmo de uma pausa para retomada da formação de sua identidade, veio o processo migratório com a implantação dos projetos de colonização do governo federal que, em vinte anos, elevou a população do estado de 70.000 para 500.000 habitantes e, segundo estimativa do IBGE, em 2016, Porto Velho passaria a ter uma população de 511.219 habitantes, ou seja, estabilizou-se.

Com a elevação de Rondônia a condição de Estado federado, em 1981, Porto Velho ganha o *status* de capital a par de suas congêneres, e, pelo aumento populacional verificado, constata-se que aquela antiga identidade cultural em formação reconfigurou-se com migrantes oriundos de todos os rincões da Federação e, até mesmo, o embrião de uma elite política regional reformada, a partir dos anteriores, “peles curtas e cutubas”, que fora dizimada pelo governo militar e não conseguiu se soerguer em meio a esmagadora força do invasor. Sobre esses grupos políticos,

“os primeiros eram os membros da elite seringalista e administrativa, representados pelo Coronel Aluizio Ferreira. Os peles curtas – alusão a escassez de roupas e à pobreza – eram os ferroviários, profissionais liberais e trabalhadores em geral, representados pelo médico Renato Medeiros, os Renatistas” (Ibidem, p. 36-37).

Como em todos os municípios do estado, Porto Velho é constituída e possui por pessoa de todas as regiões do Brasil, com os nordestinos que para cá vieram em levadas migratórias desde o século XIX. Assim, o que existia e poderia ser considerada como representação identitária no campo cultural, desde os primeiros movimentos, como as quadrilhas, os bois-bumbás e as festas juninas, continuaram a existir, mas o “Flor do Maracujá”, festa junina com mais de trinta anos, recreação exclusiva de porto-velhenses, começou a sofrer intervenção forânea, com a inclusão da “dança do carimbó”, de origem paraense, música sertaneja e apresentação de danças gaúchas, entre outras.

Dos antigos carnavais que remontam às décadas de 1960 e 1970, restam apenas lem-branças; das antigas escolas de samba, os blocos de sujeitos, bloco da cobra, os bailes do Ba-ncre-vea Clube, Danúbio Azul e Ferroviário, pouco sobrevive na memória; foram substituídos pelos trios elétricos, tradição importada de Salvador. Da tradição porto-velhense, ainda resistem poucos blocos, alguns deles criados já por migrantes. A “Banda do Vai Qu em Quer”, criada por um grupo de amigos em 1980, que chega a somar, segundo estimativas, por volta de cem mil pessoas no desfile que promove durante o carnaval, ficou como marca registrada das festas periódicas do município.

Na culinária, o peixe local e os pratos nativos da região Norte mantêm o seu lugar na mesa porto-velhense, permanecendo na preferência dos recém-chegados. Figuram nos cardápios entre a moqueca capixaba, os pratos mineiros, a comida japonesa, os vários tipos de pizzas e o churrasco gaúcho, como em quase toda parte. Por outro lado, o tacacá e o açaí convivem com o chimarrão e o tereré, e, enfim, tudo vai se acomodando para o surgimento não de uma nova identidade cultural, mas configurando uma sociedade culturalmente diversificada na resultante final.

Podemos perceber nesse contexto de pós-modernidade, a influência da globalização influenciando as identidades culturais locais,

produzindo “novas identificações globais e novas identificações locais” (HALL, 2014, p. 45). Dentro destes aspectos apresentados, correíamos o risco de uma homogeneização cultural, com o processo de globalização suplantando a cultura local? A dinâmica cultural em que se insere a história de Porto Velho traz nos seus ciclos migratórios o movimento, a articulação entre o antigo e o novo, entre o nacional e o regional, e entre o regional e o local, resultando novas formas de identidades calcadas na diferença e no pluralismo cultural.

Isto suscita um estudo mais profundo sobre a questão da identidade, decorrente da cultura em quanto processo histórico e seus atores envolvidos pois

o próprio conceito com o que estamos lidando – identidade – é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova. (Ibidem, p. 9).

A rigor, o vocábulo “portovelhense” (ou “portovelhense”, para a nossa autora), adjetivo uníforme (que comporta ambos os gêneros, conforme o substantivo que o antecede), é tudo aquilo que é de, é pertencente ou relativo a Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. O título do artigo jornalístico de Borzaco induz-nos a pensar que o texto a ser lido tem relação com a ligação à representativa identidade do povo de Porto Velho. Porém, o conteúdo nos remete ao “amor a Porto Velho”, um sentimento subjetivo, cuja intensidade é variável de um indivíduo para outro.

A escritora citou vários exemplos de pessoas que supostamente contribuíram para o mosaico identitário de Porto Velho: uma delas, Percival Farquhar, indivíduo que nunca veio a Porto Velho, cujo único interesse com a cidade era utilizá-la para aumentar seus lucros, através da exploração dos seringaais, em enormes áreas que lhes foram cedidas pelo governo do Brasil. A autora apresenta, por outro lado, em seguida a Farquhar, uma relação de “antigos pioneiros” e ex-governadores, os

quais teriam de deixar do discursivas pro va de amor à terra, cada um a seu modo, e escreve ram assim os seus nomes na História da cidade e do Estado de Rondônia.

Mas, cabe observar, todas essas pessoas eram ligadas ao poder político e participantes da elite, possuidoras de uma “cultura universitária” (erudita) e mesmo quando sobre a citação Bolívar Marcelino, de José Calixto, de Afonso Ligório, de Ramundo Nonato e de Rita Queiroz, devemos nos lembrar de que essas pessoas, se não pertenciam à elite, faziam parte da segunda classificação de Alfredo Bosi (1992), ou seja, eram ligados à “cultura criada e extra-universitária”, composta de escritores, compositores, artistas plásticos e cineastas pertencentes à intelectualidade local.

Se a intenção da escritora foi citar exemplos de “amor à cidade”, vale lembrar que esses sentimentos eram nutridos pela grande maioria dos habitantes ao longo dos tempos, inclusive hoje, pelos migrantes. Entendemos que a interpretação dada à cultura para homologar por ela uma identidade local é diferente do sentido de identidade cultural e o que se observa na História de Porto Velho, é a comprovação de que a cultura pode existir independentemente de uma “formação” de “identidade cultural” do seu povo. Logicamente, toda Cultura é um processo, cada povo, cada sociedade, cada comunidade, sempre está em processo de criação, de reconfirmação.

Observa-se, finalmente, no artigo jornalístico de Yêdda Borzaco v, no tocante às personalidades históricas, que qualquer um dos dois sentidos que ela tenha dado ao tema, como “amor a terra” ou “identidade cultural”, estará respaldado em um fato muito importante que é a citação da “elite” dada como exemplo.

Considerações Finais

A narrativa histórica de cunho identitário com centro na cidade de Porto Velho, presente no artigo jornalístico intitulado “O que é ser portovelhense”, publicada no Jornal *A Tio Madeira*, em edição de 13 e 14 de novembro de 2016, de autoria de Yêda Pinheiro Bozaczov, em análise, no que diz respeito às personagens políticas de destaque no texto, não pode ser entendida como fundamento de uma identidade portovelhense, de maneira absoluta, como parecia ser o desejo da escritora, ao analisar o processo de formação identitária da cidade de Porto Velho. Há matizes nessa conformação de identidade cultural de Porto Velho ausentes nas versões dos textos que se dispõem a escrever a História Oficial, ou seja, a história dos vencedores.

Se por um lado a autora desenvolve uma concepção de uma cultura de minoria, presente em seu discurso, caberia, fundamentalmente, numa análise do discurso que busque raízes identitárias, verificar quais os referenciais “maiores” empregados para efetuar uma descrição histórica justificando a escolha, observando sobretudo referenciais passíveis de generalização que permitisse concluir, sem exceções de peso, quais seriam os paradigmas suficientes para essa caracterização.

Não podemos permitir, sem perda da explicação consistente, que sobrevenha um processo excludente da cultura comum, formadora do povo e das suas manifestações culturais, em favor de uma cultura de minoria. É preciso sobremaneira efetuar uma discussão mais apurada em torno do resgate e da visibilidade dos elementos culturais das classes menos favorecidas, invisibilizadas nas entrelinhas dos textos que preferem ressaltar sempre elites forâneas, em detrimento da ampla população amazônica local, os seus ribeirinhos, os seus indígenas, os seus quilombolas.

Bibliografia

- BORZA COV, Yêdd a Pinheiro . **Ser porto vel hense** . *Alto Madeira* . Porto Velho, 13 e 14 no v. Geral. p. B1.
- BOSI, Alf redo. **Dia léctica da col oni za ção** . São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOTANA, Natalio R., **La tradición republicana: Alberdi, Sarmiento y lãs ideas políticas de sutiempo**. Buenos Aires: Sudamericana, 1984.
- CEVASCO, Elisa Maria. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo: história de uma estrada de ferro na Amazônia**. São Paulo: Melhoramentos, 1987.
- FONSE CA, Dante Ribe rio da. **Estudos de História da Amazônia** . Porto Velho: Gráf ica e E ditora Maia . 2007 .
- GAULD, Charles A . **Farquhar O Último Titã** . São Paulo: Editora Cultura, 2006.
- GRAMSCI, Antonio: **Os intelectuais e a organização da cultura**, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MATIAS, Francisco. Porto Velho: nome e trajetória. In: **Porto Velho conta a sua história**. Porto Velho: SEMCE, 1998.
- NOGUEIRA, Julio. **A Madei ra- Mamoré**. Rio de Janeiro. Typografia do Jornal do Comércio . 1913 .
- SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia e cotas no Brasil**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa** . 2011. 192p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-

Graduação, Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues e FONSECA, Dante Ribeiro. **História regional (Rondônia)** . Porto Velho: Rondônia, 1998.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

POLÍTICA EDUCACIONAL E SOCIEDADE CIVIL: QUEM PARTICIPA DO PLANEJAMENTO?

JULIANA DOS SANTOS FIGUEIREDO E EDUARDO JOREU DE OLIVEIRA FREITAS

Núcleo de Ciências Humanas
Universidade Federal de Rondônia
Campus José Ribeiro Filho, Bloco 2C – em frente ao auditório Paulo Freire, Rodovia
BR-346, Km 723 – Porto Velho – RO.

julianatutorauab@gmail.com eduardo-joreu@hotmail.com

Resumo. *Este trabalho pretende suscitar uma discussão a respeito da participação da sociedade civil em face aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) no que tange a proposta de universalização da educação básica feita pelos ODM, e sua relação com os planos do estado brasileiro para a educação no início do século XXI. Para tanto utilizaremos os conceitos de Estado Ampliado e Sociedade Civil, de Gramsci, breve revisão da literatura acadêmica sobre o assunto e análise documental a partir do método de fichamento bibliográfico e de conteúdo. Encontramos algumas organizações da sociedade civil que representam grupos sociais com influência o suficiente para que seus interesses, suas falas e visões de mundo se tornassem preponderantes. Dentre elas, duas nos chamaram a atenção: o Todos Pela Educação e o Instituto Ethos. A universalização da educação primária foi o grande mote para a atuação do estado brasileiro no campo do planejamento educacional no início do século XXI. Ao menos duas organizações da sociedade civil se articularam nesse sentido para fazer valer suas visões de mundo frente aos objetivos propostos. Entretanto, novos estudos são necessários para aprofundarmos as discussões.*

Palavras-Chave. ODM, Educação, Sociedade Civil, Políticas Públicas.

Abstract. *This paper intends to raise a discussion about the participation of civil society in the face of the Millennium Development Goals (MDGs) regarding the proposal for universal access to basic education by the MDGs and its relation with the plans of the Brazilian State for Education At the beginning of the 21st century. In order to do so, we will use the concepts of Expanded State and Civil Society, by Gramsci, a brief review of the academic literature on the subject and documentary analysis based on the method of bibliographic and content registration. We find some civil society organizations that represent social groups with enough influence to make their interests, their speeches and their world views prevail. Among them,*

two drew our attention: o All for Education and the Ethos Institute. The universalization of primary education was the great motto for the Brazilian state in the field of educational planning at the beginning of the 21st century. At least two organizations of the civil society have articulated in this sense to assert their visions of world against the proposed objectives. However, new studies are needed to deepen the discussions.

Key Words. MDG, Education, Civil Society, Public Policy

1 Introdução

A ampliação do acesso ao sistema de ensino formal, público e gratuito há muito tempo tem sido alvo de muitas discussões no Brasil, principalmente no que tange à educação básica. Políticas públicas criadas nesse sentido já foram várias, a exemplo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) de 2012, e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014.

No limiar do terceiro milênio, o Brasil foi um dos signatários da Declaração do Milênio. Produzido durante a Cúpula do Milênio, em 2000, os mais de 190 países participantes do evento se comprometeram em estabelecer objetivos e metas com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas em seus respectivos países. Como fruto da Declaração do Milênio, foram criados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), um conjunto de oito objetivos e mais de vinte metas a serem incorporados às agendas nacionais e locais de forma a garantir sua execução entre os anos de 2000 a 2015.

A superação da fome e da miséria e a redução das desigualdades sociais, portanto, foram colocadas na agenda brasileira como principal objetivo da ação do estado ao planejar o desenvolvimento no início do século XXI. Nesse sentido incluiu-se a ampliação da oferta e do acesso ao ensino formal, público e gratuito, precipuamente à educação básica como uma das metas para a superação das desigualdades socioeconômicas.

Em se tratando de planejar o desenvolvimento, é preciso fazer uma reflexão sobre o que se entende por “desenvolvimento”.

2 O Modelo de Desenvolvimento

O debate sobre o desenvolvimento passou a ser mais intenso a partir da segunda metade do século XX. O período pós – II Guerra Mundial viu efervescer as teorias explicativas do desenvolvimento, seja em termos sociológicos ou puramente econômicos. O surgimento do tema teve como pano de fundo a construção do Welfare State (Estado de bem-estar) defendido pela social-democracia da Europa ao mesmo tempo em que se criavam organismos de cooperação internacional derivados da ONU.

José Eli da Veiga (2010) aponta três respostas possíveis para a indagação “o que é o desenvolvimento?”:

I–Desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Esse modo de pensar o desenvolvimento foi lugar comum até o início da década de 1960, já que não se via a necessidade de dissociar o desenvolvimento do crescimento econômico, uma vez que os países tidos como desenvolvidos eram os mesmos que haviam enriquecido com o processo de industrialização.

II–Desenvolvimento como quimera, mera ilusão ou mito. Veiga aponta que essa tese se propagou no Brasil a partir da publicação dos trabalhos do italiano Giovanni Arrighi, o qual alegava que na rígida hierarquia da economia do mundo capitalista, há um pequeno núcleo de países desenvolvidos e um extenso grupo de países periféricos e semiperiféricos, pobres e “em desenvolvimento”, de tal forma que torna-se improvável que o núcleo de países desenvolvidos absorva os países pobres e “em desenvolvimento”.

III – Desenvolvimento como expansão das liberdades individuais e coletivas, ou seja, liberdade de acesso ao emprego com remuneração digna, à educação escolar de boa qualidade, ao saneamento básico, a hospitais e a outros serviços básicos, de forma que as pessoas busquem a autorrealização e a felicidade, possibilitando a cada indivíduo viver da maneira que escolher, dentro de um projeto social que visa a melhoria das condições de vida da população.

Se o desenvolvimento como crescimento econômico for tomado como premissa, é possível identifica-lo com os pressupostos da Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) que exerceu grande influência no Brasil durante a segunda metade do século XX, pregando, à época, o incentivo estatal ao processo de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento. Entretanto, desde a publicação do Relatório Brundtland (VEIGA, 2010), e com mais força a partir do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, em 1990, esforços foram feitos em construir um novo paradigma, pois:

[...] o panorama já era completamente diferente. O crescimento da economia passara a ser entendido por muitos analistas como elemento de um processo maior, já que seus resultados não se traduzem automaticamente em benefícios. Percebera-se a importância de refletir sobre a natureza do desenvolvimento que se almejava. Ficava patente, enfim, que as políticas de desenvolvimento deveriam ser estruturadas por valores que não seriam apenas os da dinâmica econômica. (VEIGA, 2010, p.32).

A terceira proposição acima pode ser relacionada ao que Veiga chama de “caminho do meio”, ou seja, ampliar as fronteiras do que deve ser entendido como desenvolvimento, pondo em perspectiva o crescimento econômico não como um fim, mas como instrumento de emancipação individual e social, incorporando as dimensões ambientais, sociais e a diversidade cultural, a fim de garantir aquilo que ficou consagrado no Relatório Brundtland, o Desenvolvimento Sustentável.

Se o desenvolvimento é polissêmico, por tanto, em disputa, a incorporação do adjetivo sustentável adicionou mais uma variável ao já conflitante assunto, pois como afirma Maria Amélia Enríquez:

[...] o debate sobre o tema tem se intensificado, resultando em uma série de princípios e definições de processos sustentáveis, embora os indícios apontem que há mais intenção que efetivação prática e muito mais dissenso que convergência. A maior parte das discordâncias tem raízes na própria noção de desenvolvimento, cuja compreensão está longe de ser consensual. Tampouco há um entendimento comum sobre os motivos e as medidas necessárias para o seu alcance, especialmente por parte das sociedades pobres ou subdesenvolvidas. (ENRÍQUEZ, 2010, p.15).

Sendo assim, a fórmula mágica em direção à sustentabilidade social, ecológica e econômica

[...] não é algo que possa ocorrer no curto prazo, e muito menos de forma isolada, em certas atividades, ou em locais específicos. Por isso, nada pode ser mais bisonho do que chamar de “sustentável” esta ou aquela proeza [...] (VEIGA, 2010, p.113).

Ora, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, fruto das discussões acerca do modelo de desenvolvimento do planeta, estão eivados pela noção do desenvolvimento sustentável. Neste norte, o objetivo número dois propõe a universalização da educação primária.

3 O Planejamento da Política Educacional

A investigação das políticas públicas para a educação e consequente à escola pública no Brasil, exige outro olhar dos estudiosos comprometidos com seu trabalho. Visão que Marx ilustra na “Teoria da mais valia” (1980), no qual são feitas alusões ao ofício. Destinados a combater a ideia preconceito, essas alusões, derrubando essas idealizações que os homens produzem usualmente, a cerca de suas respectivas profissões.

(...) O Criminoso não produz apenas crimes, mas também o direito criminal e, com este, o professor que produz preleções de direito criminal e, além disso, o indefectível compêndio em que lança no mercado geral “mercadorias”, as suas conferências. Com isso aumenta a riqueza nacional, para não do gozo pessoal que, segundo uma testemunha idônea, Professor Roscher, os originais do compêndio proporciona ao próprio autor. O criminoso produz ainda toda a polícia e a justiça criminal, beleguins, juizes e carrascos, jurados etc.; e todos aqueles diferentes, que constituem tantas categorias da divisão do trabalho, desenvolvem capacidades diversas do espírito humano, criam novas necessidades e novos modos de satisfazê-las. Só a tortura suscitou as mais engenhosas invenções mecânicas e ocupou na produção de seus instrumentos muitos honrados artífices. (MARX *apud* ALVES 2001)

Assim “educadores” podem criar condições para destruir as fantasias e as ilusões que povoam suas cabeças e que se expressam em crenças e impressões acríticas sobre a instituição e o seu ofício. “Ou seja, o âmbito da escola, seria a educação, segundo os seus atributos e virtudes intrínsecas inquestionáveis, levaria, necessariamente, o homem seu amadurecimento pleno e a sociedade em desenvolvimento”. (ALVES, 2001 p.9)

Almeja-se também que a escola pública seja mais do que acessível, mas apresente uma instituição de qualidade, que instigue os indivíduos a serem agentes transformadores e não mero reprodutores de conhecimento. Para alcançar estes objetivos, ou seja, “uma escola comum que efetivamente cumpra com os objetivos propostos pela Constituição Federal (art.205. - visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualidade para o trabalho), políticas públicas são lançadas como forma de fazer com que o comando local atinja seus objetivos Alves, (2001 p.09)”, contudo não são observadas as especificidades locais, principalmente na região Amazônica.

Contudo, as políticas públicas são ações do governo, portanto, “são revestidos da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações, aonde chegar) metas e objetivos relacionados ao estado das coisas que se pretende alterar e “como fazer” (estratégias de ação)”. (RODRIGUES, 2010 p.52-53 *apud* FERREIRA e NOGUEIRA, 2016 p.01).

A lei 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), não pode iniciar pela avaliação de sua aplicabilidade a partir da data de sua aprovação, dezembro 1996, sem que se considere o processo de aprovação; apesar de sua elaboração ter partido de movimentos sociais, em muitos pontos a reforma proposta por esta nova legislação de 1996 deixa atrelado os interesses de segmentos específicos em detrimento de direitos universais.

A nova legislação que substitui o lema “educação para todos” por universalização, não é clara e demonstra não ter uma orientação única, não expressando uma clara concepção educativa.

“A educação passa a ser orientada a todos, e não aos iguais ou ao comum, mas essa orientação que busca abarcar a diferença se assenta em um contexto no qual a garantia mínima dos direitos universais não foi assegurada”. (OLIVEIRA, 2006 p.102)

Além disso, a orientação administrativa que recebem tais políticas, por parte do governo, busca a otimização dos meios existentes para o atendimento aos mais necessitados. Assim os programas de governo visam sempre como especiais e estão imbuídas de grande urgência e imediatismo.

Como relata Souza (2006 p.02) a LDB referindo especificamente no que toa a Educação básica, apresenta como uma das propostas a serem desenvolvidas; uma das ações elenca como a mais importante foi chamada de “Compromisso de todos pela educação”; com meta o governo visava uma mudança profunda no Ministério em relação aos outros entes federados. E o PDE é uma consequência desse movimento e reflete conquistas históricas no campo da Educação.

Este Plano de Desenvolvimento da Educação são projetos coletivos que visam metas a médio e longo prazo. Ele tem uma visão sistemática ao priorizar a educação básica, considera a necessidade de se investir também nos outros níveis, o que nos traz grandes avanços.

Mesmo com metas positivas em relação ao direito de aprender de todos, crianças, jovens e adultos não estão tendo acesso a uma aprendizagem sincronizada com o mundo em que vivem.

Com esse mesmo lema de “Educação para todos”, o Governo Federal tem investido na formação de professores em âmbito nacional como podemos elencar o PACTO – (Programa de Alfabetização na Idade Certa) que visa alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental, contudo vemos que muitos alunos estão chegando aos 10 anos sem estarem alfabetizados. Outro questionamento de Souza (2006) sobre este ponto refere-se à estrutura física das escolas. Onde deveria não apenas garantir o acesso à educação, mas, sobretudo uma escola que tenha biblioteca, quadra, refeitório, laboratórios; uma escola que também garanta a permanência desse aluno e evite a evasão.

Cita também como elemento fundamental para a qualidade da educação é uma gestão escolar eficiente, que deveria ser eficiente e democrática, com o engajamento consciente dos profissionais da escola e o envolvimento da comunidade. Porém na maioria dos Estados e Municípios os gestores escolares são escolhidos por nomeação pois a LDB traz não traz a gestão democrática como obrigação.

Sendo fundamental para Souza (2006) que se não há possibilidade de pensar uma política pública consistente se ela não o tripé: Avaliação, financiamento e formação de professores. Faz uma interessante ressalva sobre a estrutura do PNE, onde o documento traz características e especificações que oferecem a valorização

do cotidiano do aluno como referência para o aprendizado porém as formações continuadas e os livros didáticos são padronizados; e como não oferecem outros recursos e apoio a produção e elaboração de materiais locais; o ensino acaba sendo apenas a partir de um olhar global, pensado e elaborado externamente, fora das especificidades locais.

4 Quem Participa do Planejamento?

Isto posto, resta-nos fazer algumas breves considerações acerca da participação da sociedade civil em face ao objetivo número dois dos ODM, que propôs a universalização da educação básica. Para atingir esse objetivo, estipulou-se a meta de garantir que todas as crianças de ambos os sexos deveriam concluir um ciclo completo de estudo. Identificar as organizações da sociedade civil que se articularam para fazer valer suas falas, suas visões de mundo e acabaram por atuar como parceiros privados de hegemonia ao indicarem os rumos do planejamento educacional do estado brasileiro no início do século XXI.

Encontramos algumas organizações da sociedade civil que representam grupos sociais com influência o suficiente para que seus interesses, suas falas e visões de mundo se tornassem hegemônicas. Dentre elas, duas nos chamaram a atenção: o Todos Pela Educação (TPE) e o Instituto Ethos.

O movimento Todos Pela Educação foi fundado em 2006 e congrega diferentes instituições como a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Bradesco, o Itaú Social, a Suzano Papel e Celulose, a Fundação Victor Civita e o Instituto Natura. Um aspecto em comum entre essas instituições é que são todas ligadas a grandes grupos empresariais. O objetivo do TPE tem por base ser uma espécie de articulador entre o poder público e a sociedade civil no que diz respeito ao planejamento das políticas públicas educacionais a serem executadas pelo estado, ou como o próprio TPE se auto refere:

Fundado em 2006, o Todos Pela Educação é um movimento da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade. (disponível em <<https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe/>>)

Resta claro que ao se atribuir a missão de “engajar” o poder público em conjunto com a sociedade brasileira, o TPE também indicaria a direção a ser seguida nessa relação entre sociedade política e sociedade civil, ou seja, o TPE atuou como um parêntese privado de hegemonia, ao tentar estabelecer um “engajamento”, sendo o guia, fazendo valer sua visão de mundo, tornado sua fala hegemônica dentro do planejamento da política educacional. O TPE teve força o bastante para influenciar na construção de políticas educacionais no Brasil, a exemplo do Plano de Desenvolvimento da Educação de 2007, estabelecido pelo decreto 6.094/2007 e que toma por título o próprio nome do TPE.

O Instituto Ethos foi fundado em 1998 e congrega grandes grupos empresariais nacionais e internacionais como a Coca Cola, a Shell, o Mc Donald, a Monsanto, a Natura e o grupo Walmart. Em 2004 o Instituto Ethos liderou a fundação do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, responsável por divulgar e mobilizar a sociedade em prol dos ODM, com o intuito de estabelecer um discurso hegemônico na sociedade civil, capaz de liderá-la e também de conduzir as ações da sociedade política em face aos ODM.

Ora, diante das disputas pelas falas e discursos hegemônicos, universalização da educação primária foi o grande mote para a atuação do estado brasileiro no campo do planejamento educacional no início do século XXI. E que, portanto, ao menos duas organizações da sociedade civil se articularam nesse sentido para fazer valer suas visões de mundo frente aos objetivos propostos. Entretanto, novos estudos são necessários para aprofundarmos as discussões.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas, SP: Autores associados, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007**. Institui o plano de metas e compromissos todos pela educação. 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **Trajetórias do desenvolvimento**: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO ETHOS. **Sobre o instituto**. Disponível em <http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/#.WZHil1GGPIU>. Acesso em: 22 mai 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. 2000. **United Nations Millennium Declaration**. Nova Iorque: ONU Disponível em <<http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em 28 ago 2016.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel; NOGUEIRA, Flávia Maria Barros. **Impactos das políticas Educacionais no Cotidiano das Escolas públicas: Plano Nacional de Educação**. Acessado em: 10/06/2016. Disponível em: www.pne.gov.br

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A educação Básica na Lei de Diretrizes da Educação Nacional: breve balanço sobre a organização escolar e o trabalho docente**. Acessado em: 10/06/2016. Disponível em: www.pne.gov.br

SOUZA, João Valdir Alves. (org.) **Formação de Professores para a Educação Básica: Dez anos da LDB e Plano de Desenvolvimento da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Quem somos**. Disponível em <https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe/>. Acesso em: 22 mai 2017.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

A AMAZÔNIA NA NARRATIVA ENSAÍSTICA NA OBRA VIVER AMAZÔNICO, DE ARY TUPINAMBÁ PENNA PINHEIRO

EVÂNIA LIMA DE BARROS
EVERSON RODRIGUES DE CASTRO

Programa de Pós-Graduação de Mestrado Acadêmico em História e Estudos
Culturais
Universidade Federal de Rondônia
Campus José Ribeiro Filho, rodovia BR-364, Km 9,5, Bloco 2K, sala 208, CEP
76801-059, Porto Velho, Rondônia

eva.elb@hotmail.com
epc_everson@hotmail.com

Resumo. *Este artigo pretende analisar a narrativa ensaística de Ary Pinheiro (1910-1993) a partir da leitura de textos da obra Viver Amazônico (1986), vez que se relacionam a certas representações míticas e tradicionais das culturas indígenas da região. Assim o objetivo é compreender como essas representações míticas das culturas indígenas amazônicas estão representadas na narrativa de Ary Pinheiro no referido livro e de que modo elas se relacionam com as práticas colecionistas de Ary Pinheiro acerca da cultura material indígena. Como dispositivo teórico-metodológico, este estudo encontra-se fundamentado nas discussões oriundas do campo da História Cultural a partir do estudo das relações das representações e das práticas culturais (Chartier, 1988), da Análise do Discurso (AD) a partir da noção de “formação discursiva” (Foucault, 2008) e por fim da sociologia de Pierre Bourdieu e as noções de habitus e campo (Bourdieu, 1998). Por isso, percebe-se que os achados arqueológicos e etnográficos indígenas coletados por Ary Pinheiro na região nas décadas de 1940-50 estiveram intimamente relacionados às representações das culturas e das tradições indígenas a partir dos textos selecionados do livro. Assim é possível afirmar que tais atuaram como o suporte discursivo que dava sustentação ao papel de Ary Pinheiro como o “guardião do patrimônio indígena”, devido sua trajetória na região como colecionador de artefatos da cultura material indígena, pois daí residiria sua importância na preservação destes, vez que retratariam os “valores” das tradições culturais indígenas (passado) em vista dos perigos da iminente extinção destas no tempo (presente). Por fim, depreende-se da análise dos textos de Viver Amazônico, que as representações míticas e das tradições indígenas da região amazônica, revelam em parte, parcela das práticas adotadas por*

outros “cientistas” que ao “visitarem” a região, recolhiam elementos da cultura material e assim teriam material probatório para suas ‘teses’ sobre as culturas indígenas da região.

Palavras-Chave. Ary Pinheiro. Patrimônio Indígena. Cultura Material. Tradição.

Abstract. *This article intends to analyze the essay narrative of Ary Pinheiro (1910-1993) from the reading of texts of the work Viver Amazônico (1986), since they relate to certain mythical and traditional representations of the indigenous cultures of the region. Thus the objective is to understand how these mythical representations of Amazonian indigenous cultures are represented in the narrative of Ary Pinheiro in the aforementioned book and how they relate to the collecting practices of Ary Pinheiro about indigenous material culture. As a theoretical-methodological device, this study is based on discussions from the field of Cultural History based on the study of relations of representations and cultural practices (Chartier, 1988), Discourse Analysis (AD) from the notion of "Discursive formation" (Foucault, 2008) and finally the sociology of Pierre Bourdieu and the notions of habitus and field (Bourdieu, 1998). Therefore, one can see that the archaeological and ethnographic findings collected by Ary Pinheiro in the region during the 1940s and 1950s were closely related to the representations of indigenous cultures and traditions from the selected texts of the book. Thus it is possible to affirm that these acted as the discursive support that gave support to the role of Ary Pinheiro as the "guardian of the indigenous patrimony", due to its trajectory in the region as a collector of artifacts of the indigenous material culture, because of it would reside its importance in the preservation of these, As they would portray the "values" of indigenous (past) cultural traditions in view of the dangers of the imminent extinction of these in present time. Finally, it can be seen from the analysis of Amazonian texts that the mythical representations and indigenous traditions of the Amazon region reveal in part a part of the practices adopted by other "scientists" who, when they "visited" the region, collected elements of Material culture and thus would have evidential material for their "theses" on the indigenous cultures of the region.*

Keywords. Ary Pinheiro. Patrimony Indígena. Material Culture. Tradition.

Introdução

Dos gabinetes de curiosidades dos séculos XVI e XVII na Europa aos museus contemporâneos do século XX em diante, operam-se um conjunto de transformações profundas nos processos de coleta, guarda e exposição de artefatos das culturas dos diversos grupos humanos espalhados pelo planeta.

Apesar da inserção do Brasil ao dito sistema de exclusivismo colonial português ter se constituído entre os séculos XVI ao XVIII, foi justamente do início do século XIX em diante que viajantes das mais variadas partes do mundo, mas principalmente de nacionalidade europeia, começaram a visitar com maior intensidade essa parte dos trópicos com o intuito de coletar, catalogar, descrever e categorizar todas as espécies de seres e coisas destas terras, o que incluía desde elementos linguísticos dos povos contatados até a fauna e flora, etc.

Neste contexto emergiu uma transição semântica que confluiu com as tentativas de fortalecimento do campo das ciências naturais e que tiveram nas narrativas de viagens “científicas” um importante instrumento de comprovação das teorias de evolução das sociedades, o qual embasado na ideia de “progresso tecnológico” contribuiu significativamente para estabelecer uma verdadeira ruptura significativa entre os relatos de viagens “fantásticas” sobre as terras do Novo Mundo para àqueles de cunho dito científico, como se pode atestar a partir dos relatos de Euclides da Cunha quando visitou a região amazônica no início do século XX (GUIMARÃES e WORTMAN, 2010).

À medida em que esses relatos das viagens científicas no século XIX iam se disseminando pela Europa, aumentou a necessidade de que as coleções de estudos advindas dessas viagens também se organizassem de modo a favorecer o trabalho de especialistas em História Natural, como zoólogos, botânicos, etnógrafos, etc. E foi dessa maneira que adquiriram importância fundamental a criação de espaços específicos para essa atividade, não mais em antiquários ou mesmo sob os auspícios de colecionistas amadores, mas sim em museus. É o que aponta M. Margaret Lopes, ao afirmar que os museus em fins do século XVIII e início do seguinte tornaram-se em “[...] espaços para a articulação do olhar dos naturalistas, transformando-se de gabinetes de curiosidades em instituições de produção e disseminação de conhecimentos [...]” (LOPES, 1997 *apud* POSSAS, 2013, p. 166).

Neste sentido, o caso específico dessa relação entre as narrativas científicas e os museus na Amazônia, é importante citarmos nesse contexto as influências das práticas desenvolvidas no campo da arqueologia e da etnologia da região a partir dos

estudos do zoólogo suíço Emílio Goeldi (1859-1917) quando este assumiu o cargo de diretor do Museu Paraense, situado na cidade de Belém.

A região amazônica, considerada durante todo o século XIX como o “paraíso dos naturalistas” (SCHWARCZ, 2013, p. 137) permanecia no início do século XX como um “espaço discursivamente vazio” a ser conquistado pelos reinos da Ciência e da Razão e que, semelhante a uma série de museus etnográficos profundamente vinculados aos parâmetros biológicos de investigação e aos modelos evolucionistas de análise (SCHWARCZ, 2013, p. 131) teve no Museu Paraense como um *locus* privilegiado para a ampliação das pesquisas sobre a região desenvolvidas, pelo menos de início, majoritariamente por estrangeiros.

Partindo da análise dos textos das duas publicações oficiais do Museu, destacam-se o *Boletim do Museu Paraense* e *Memória do Museu Paraense*, os quais ficou perceptível que tanto para seu diretor Goeldi quanto para àqueles cientistas estrangeiros que contribuíam para aquelas publicações, destacam-se o interesse para o estudo da cultura material e para a compilação de dados que permitissem um melhor arranjo dos troncos etnolinguísticos, fazendo assim a junção dos campos da arqueologia, da etnologia e da linguística dos grupos indígenas da Amazônia (SANJAD e SILVA, 2009, p. 98).

Na esteira desse campo que tenciona os campos arqueológico, etnológico e linguístico em franco processo de expansão de estudos sobre as culturas dos indígenas da região amazônica desenvolvidos de início, majoritariamente, por estrangeiros, surgem os primeiros “cientistas” oriundos de dentro da própria Amazônia, como o paraense Ary Tupinambá Penna Pinheiro (1910-1993), o qual ainda fortemente influenciado por determinismos raciais, pelas teorias arqueológicas evolucionistas e dentro de uma perspectiva de investigação que mostra preferência pelos parâmetros biológicos ganhou relevo dentro dos campos intelectuais e políticas da região. Influências teóricas estas que podem ser percebidas a partir da leitura dos textos escritos pelo médico paraense Ary Pinheiro como em “Dra, Emília Snethlage”, “Involução Cultural Aruaque na Amazônia” e “Choco ou Couvade”, entre outros que integram o livro *Viver Amazônico* (1986).

A narrativa sob a forma de ensaio de Ary Pinheiro a partir de artigos publicados entre as décadas de 1940-1980 nos jornais impressos rondonienses *O Guaporé*, *O Estadão* e *O Alto Madeira*, além de conferências, etc., foram compilados por sua filha Yêdda Maria Pinheiro Borzacov, então diretora e membro da Comissão de Arqueologia do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHGRO), o que redundou na publicação da primeira edição do livro *Viver Amazônico*, vindo a público no ano de 1986, financiada pela Secretaria de Estado de Cultura, Esportes e Turismo de Rondônia e pelo Conselho Estadual de Cultura, os quais tinham como conselheiros além de Ary Pinheiro, sua filha Yêdda Borzacov, Edson Jorge Badra, Euro Tourinho Filho, Telmo Fortes e José Valdir Pereira.

É importante destacarmos que não foi possível percebermos de forma clara, quais os critérios utilizados na organização dos textos que compõe *Viver Amazônico*, seja cronológico, temático, afetivo, etc., mas o que predomina são narrativas híbridas que mesclam relatos biográficos, memorialísticos, das viagens de Ary Pinheiro pelas regiões dos vales do Guaporé, Mamoré e Madeira, além dos contatos com os grupos indígenas, através de descrições sobre seus mitos em sua relação com as representações no imaginário caboclo da Amazônia.

Por essas razões, entendemos as narrativas em forma de ensaio de Ary Pinheiro dispostas na obra *Viver Amazônico* enquanto representações de elementos míticos e tradicionais das culturas indígenas da região amazônica e sua interface com as práticas colecionistas do autor acerca da cultura material indígena, os quais se revelam através de textos como “O Boto”, “A Boiúna” e o “O Choco ou Couvade”, entre outros.

Assim, na primeira parte da discussão são tecidas considerações gerais sobre os desenvolvimentos do campo das teorias arqueológicas no Brasil, e principalmente no que concerne sobre as primeiras pesquisas da cultura material indígena na Amazônia. E é neste contexto que as expedições dos quais Ary Tupinambá participou pelas terras rondonienses ganham relevo justamente na sua interface com as práticas colecionistas do etnólogo paraense, na medida em que os textos que compõe *Viver Amazônico* se relacionam com certas representações míticas e tradicionais das culturas indígenas da região.

Na segunda parte é explorado o texto a “Involução Cultural Aruaque na Amazônia” de *Viver Amazônico*, ao fazermos uso da Análise de Discurso (AD), o qual também foi utilizada na leitura crítica dos discursos em “O Boto”, “A Boiúna” e “Choco ou Couvade”, os quais se relacionam enquanto representações sobre o mítico e as tradições das culturas indígenas da Amazônia.

E por fim, a parte final é concluída com indicações de como a narrativa ensaística de Ary Pinheiro em *Viver Amazônico* atuou, em parte, como uma espécie de suporte discursivo de sustentação ao papel político de Ary Pinheiro como o “guardião do patrimônio indígena” na Amazônia e em especial na região rondoniense, o que se confirma pelos cargos públicos ocupados por ele em Rondônia, seja como Diretor do extinto Hospital São José na década de 1940 ou mesmo como Presidente da Subcomissão sobre o enriquecimento ilícito no Território Federal de Rondônia na década de 1960 (BORZACOV, 1986).

1 Representações e Discursos: Revisitando conceitos

É relevante assinalar que para compreendermos como as narrativas do livro analisado enquanto representações sobre a cultura indígena também se relacionam com as práticas colecionistas de Ary Pinheiro na Amazônia, e em especial na região dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, faremos uso das discussões oriundas do campo da Nova História Cultural, corrente historiográfica associada comumente como herdeira dos *Annalistas* franceses da década de 1920, se propõem a estudar os usos (e abusos) da História enquanto práticas culturais sujeitas aos critérios críticos e epistemológicos do campo historiográfico em constante diálogo com outras ciências, seja com a linguística, a antropologia e as ciências sociais, etc., inaugurando assim pesquisas vindouras nessa área do conhecimento.

Como dispositivo teórico-metodológico a presente discussão encontra-se fundamentada a partir das noções representações e práticas culturais tal como utilizadas de forma bastante profícua pelo historiador cultural francês Roger Chartier, o qual pode ser sintetizada na compreensão de que as percepções do social não são discursos neutros, na medida em que produzem estratégias e práticas, sejam elas escolares, sociais, políticas, etc., vez que tendem a impor uma autoridade à custa de

outros, seja para legitimar um projeto reformador ou a justificar os próprios indivíduos, bem como suas escolhas e condutas.” (CHARTIER, 1988, p.17).

Neste prisma a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, a partir da noção de “formação discursiva” (FOUCAULT, 2008) desempenhou uma função importante na construção discursiva desta presente reflexão, na medida em que nos auxiliou a compreender as narrativas de Ary Pinheiro no livro estudado a partir da problemática do Sujeito em sua historicidade e na sua acepção social e também linguística, do qual a noção mais tradicional de discurso não era capaz de abarcar.

Para dar conta assim da análise da trajetória de Ary Pinheiro na região amazônica e mais especialmente em Rondônia a partir de suas práticas colecionistas da cultura material indígena, práticas estas entendidas como um importante suporte para atestar a validade das teorias propostas por ele em parcela de seus textos, como por exemplo em “A involução cultural Aruaque na Amazônia”.

Por isso, partir-se-á da noção de *habitus* proposta pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, ao dizer que tal seria um conhecimento adquirido e também um haver, um capital, indica a disposição incorporada, quase postural (BOURDIEU, 1998, p. 91), ou seja, como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas, constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. (SETTON, 2002, p. 91).

2 Ary Pinheiro: Entre o colecionismo, a arqueologia e a cultura material indígena na Amazônia

As primeiras pesquisas sobre cultura material indígena ocorreram em larga escala a partir das expedições de naturalistas europeus que em meados do século XVIII e início do século XIX vieram para as regiões do então “Novo Mundo”, com objetivos, dentre outros, de fazer “(...) um censo pragmático e classificatório dos detalhes nomeáveis de todas espécies encontradas” (GUIMARÃES e WORTMAN, 2010, p. 308), dos quais podemos citar Car Friedrich von Martiuns, Johann Baptist von Spix e Augusto Saint-Hilaire. No entanto, as teorias que surgiam sobre a origem das

populações americanas e sobre a antiguidade dessas populações se baseavam sobretudo em evidências arqueológicas (BARRETO, 2000).

Essa mudança de uma perspectiva meramente colecionista de artefatos dos povos indígenas para uma “científica”, encontra-se plenamente fundamentada na historiografia, pois foi justamente no “[...] período que vai de 1870 à 1930 que os museus nacionais, como o Museu Nacional, no Rio de Janeiro (RJ), o Museu Paraense de História Natural, em Belém (PA), e o Museu Paulista, em São Paulo (SP), começaram a desempenhar um importante papel como espaços dedicados à pesquisa etnográfica e as ciências naturais” (SCHWARCZ, 2013, p. 130).

Foram através dessas instituições que se promoveram as primeiras experiências de salvaguarda e proteção da cultura material que se desenvolvia no país, possibilitando os pesquisadores formularem as primeiras hipóteses e problemas científicos de produção de conhecimento da história dos índios no Brasil.

Nascido em 1910 na cidade de Bragança no Estado do Pará, Ary Pinheiro formou-se bacharel em Ciências Físicas e Naturais e logo depois fez o curso de Medicina, na Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, diplomando-se em 1936.

Associado as elites políticas regionais, depois de formado, Ary Pinheiro, assumiu o cargo de 2º médico da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, chegando a Porto Velho em 1937, tão logo, foi nomeado delegado de 2º classe do Departamento de saúde de Mato Grosso para acompanhar a expedição em busca das lendárias minas de Urucumacã. Essa expedição foi dividida em várias turmas percorrendo o sudoeste do estado. Foi através dessa expedição que Ary Pinheiro manteve contato com as etnias Massacá e Salãmai, tomou conhecimento da cultura material indígena e foi a partir dessas experiências que o seu livro *Viver amazônico* foi organizado e publicado *a posteriori* no ano de 1986.

Assim como os demais pesquisadores naturalistas, etnógrafos entre outros pesquisadores do período das expedições, que não tinham conhecimento das dimensões da cultura material sob a perspectiva do patrimônio cultural, comparavam a cultura indígena como o último estágio de uma civilização decadente. Ary Pinheiro, assim como eles, acreditava e compartilhava das ideias de Von Martius que se preocupou em identificar a origem dos grupos indígenas no Brasil e classificava as

tribos por afinidade linguísticas, como podemos perceber a partir da leitura de “A Involução Cultural Aruaque da Amazônia”, onde “[...] Parece que a primeira família linguística a atingir a Amazônia foi a família Aruak, que se espalhou, depois, por toda a América do Sul”. (PINHEIRO, 1986, p.77).

Durante esse período inaugurou-se um ciclo de especulações fantasiosas sobre a teoria única das raças, tendo como base a origem das populações americanas de Alexandre Von Humboldt (1799-1803), a qual defendia a involução cultural indígena, nome que Ary Pinheiro pegou emprestado para intitular o seu capítulo. Essa teoria justificava que os índios brasileiros vieram de uma civilização mais avançada como os fênicos, hebreus, japoneses, chineses, mongóis, incas e astecas e até mesmo civilizações mitológicas, e ao chegarem aqui, alcançaram um estágio final da evolução, como uma civilização decadente (BARRETO, 2000; PROUS, 2007).

No referido capítulo, Ary Pinheiro justifica a involução cultural dos aruaque com base no processo migratório de um grupo Aruaque, os Aruãs. A ideia sustenta que o grupo teria se deslocado das Antilhas da América Central e ocupado as ilhas de Marajó, esse grupo tinha como especialidade o conhecimento da olaria e assim teriam produzido cerâmicas sofisticadas, ricas em elementos decorativos e com técnicas bastante elaboradas, comparando-as aos vasos gregos "as urnas funerárias, os vasos de cariátide, os vasos de gargalo, as tangas de barro usadas pelas cunhãs, nos seus frisos, nas suas gregas e nos seus hieróglifos, contavam a história de seu povo" (PINHEIRO, 1986, p. 77).

Ary Pinheiro prossegue com a sua narrativa, descrevendo que os Aruaques teriam sofrido os ataques dos Caraíbas que desceram no Rio Amazonas e os expulsaram, mas os Aruaques subiram em direção a foz do Tapajós onde voltaram a praticar a arte da olaria que já não tinha mais a mesma técnica e a beleza das vasilhas marajoara. No Tapajós, tiveram que fugir novamente, agora, devido a invasão dos Mundurucus e desta vez, o grupo se dispersou, seguindo por vários rios Amazônicos e seus afluentes, resultando na perda da técnica de decorar a cerâmica, conforme descreve o etnólogo, "por essa ocasião os Aruãs haviam perdido todo o sentido do belo, e hoje, nos rios que tivemos oportunidade de percorrer, como o Mamoré,

Corumbiara, Apidiá, São Miguel e Cautário, a cerâmica que se encontra é puramente de necessidade" (PINHEIRO, 1986, p. 78).

Essa dimensão dos choques culturais e étnicos podem ser percebidos na narrativa de Ary Pinheiro a partir da leitura da crônica *Involução Cultural Aruaque na Amazônia* vez que esta se articula com as discussões mais amplas sobre as teorias arqueológicas desenvolvidas entre as décadas de 1960 e 1970. Tal crônica, foi apresentada por ele de forma resumida no Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical e no I Congresso da Sociedade Brasileira de Parasitologia realizado em Belém no ano de 1979 (PINHEIRO, 1986, p. 80). Nela o médico paraense relata que em 1941 enquanto participava como médico-chefe da Comissão Vitor Dequech, junto com um índio da etnia Massacá de nome Aruí, além de um “preto velho, Anastácio, que conhecia o local” (PINHEIRO, 1986, p. 78) como ocorreu o achado na região guaporeana de Pedras Negras de uma peça cerâmica antropomorfa medindo 45 cm de altura e 75 cm de circunferência além de uma urna funerária contendo ossadas humanas, sendo que esta, segundo o próprio Ary Pinheiro aponta “(...) não apresentava a beleza artística das urnas marajoaras e santarenas.” (PINHEIRO, 1986, p. 80).

Ary Pinheiro salienta assim que a referida peça antropomorfa na verdade seria uma reprodução física de um dos chefes da tribo o qual teria sido vítima de moléstias típicas da região, citando-as as possíveis patologias, como a cirrose atrófica de Laennec, cirrose hipertrófica de Hanot, já que em nenhuma região, acrescenta ele, onde os Aruaques predominaram e produziram suas obras de arte foi encontrada peça idêntica a encontrada (PINHEIRO, 1986, p. 78).

Depreende-se até aqui que a narrativa de Ary Pinheiro procura tentar compreender como esses processos migratórios na região amazônica, fizeram com que os grupos entrassem em “decadência”, atribuindo ao fato as mazelas e o castigo dos deuses (no caso dos indígenas, por exemplo), e que isto teria contribuído para o declínio do processo artístico representado na cultura material dos grupos. Mais uma vez percebe-se que o autor partilha, em parte, das ideias evolucionistas formuladas ainda no século XIX por “cientistas” e naturalistas europeus, os quais tinham na cultura

material (vasos cerâmicos, flechas, bordunas, urnas funerárias, etc.) um importante suporte na construção de suas respectivas teorias arqueológicas.

2.1 “O Boto”, “A Boiúna” e “Choco ou Covade”: Ary Pinheiro e as representações míticas e tradicionais das culturas indígenas em *Viver Amazônico* (1986).

Na crônica “O Boto” escrita por Ary Pinheiro, percebe-se uma narrativa que mescla elementos representativos das simbologias das culturas europeias, caboclas e indígenas no sentido de criar toda uma relação de simbiose entre o lúbrico e o real, onde o fantástico que se expressa na descrição narrativa das características físicas e morais do boto seja um dos elementos que justificam seu papel como parte integrante do imaginário das populações amazônicas.

E isso, fica bastante claro, quando Ary Pinheiro ao explicitar como o animal boto teria vindo para a Amazônia, não o “animal-fantástico” que sai das águas dos rios para conquistar jovens mulheres ribeirinhas, afirma o etnólogo que “O boto não é originário da Amazônia, ele na verdade veio das gélidas águas do Pólo Norte, de onde emigrou, talvez tangido pelo ímpeto de suas paixões amorosas, que o fizeram deslocar-se até as águas mornas do Amazonas” (PINHEIRO, 1986, p. 27).

Em seguida o autor de *Viver Amazônico* acrescenta em sua narrativa sobre “O Boto” inserindo-o como um dos mais importantes elementos representativos do folclore regional, dando relevo ao boto amazônico comparando-o a outras representações literárias brasileiras, chamando-os de “heróis culturais da mitologia indígena” (PINHEIRO, 1986, p. 27), citando Macunaína de Mário de Andrade, Poronaminare de Nunes Pereira e Patunaré de Raul, Bopp, ao afirmar que, estes personagens são portadores de tendências lúbricas, criadores de beleza e mensagens poéticas, porém o “[...] o boto, supera-os em comportamento social, em virtude de sua técnica de conquista pessoal, evitando gestos e atos que ferissem o decoro público.” (PINHEIRO, 1986, p. 27).

Já na crônica “A Boiúna” ou o mito da Cobra Grande, Ary Pinheiro o relaciona como uma herança de nossos avós indígenas e estudado por Frederick Hartt, Von

Spix, Barbosa Rodrigues e Osvaldo Orico (PINHEIRO, 1986, p. 87). O etnólogo lança mão de artifícios discursivos para identificar que naquele mito de origem reside um dos aspectos formativos da orgânica cultura indígena na sua interface com a cabocla, acrescentando que ele, o mito da “Boiúna” na Amazônia inspira “[...] tanto terror aos ingênuos caboclos amazônicos quanto pela sua faculdade de metamorfose” (PINHEIRO, 1986, p. 87).

Nesta parte da narração do etnólogo paraense sobre as diversas manifestações mitológicas que o mito da “Boiúna” pode assumir no imaginário das populações amazônicas, aparece a relação dela com a Cobra Honorato que teria surgido na região da cidade de Cametá as margens do Rio Tocantins, região esta considerada por ele como “[...] o berço das lendas amazônicas” (PINHEIRO, 1986, p. 88). E ele acrescenta mais, ao explicitar que Cobra Honorato, teria se manifestado como um rapaz, bonito, sedutor e amado pelas mulheres da localidade (PINHEIRO, 1986, p. 88), porém após ter sido descoberto em sua metamorfose ele subiu o rio Amazonas conta à lenda que a serpente descansa sua cabeça debaixo do altar da Igreja de Nossa Senhora de Santana e “[...] de vez em quando sai para combater uma grande pirataria na foz do Rio Trombetas. Desencadeia-se uma luta feroz; não há vencido nem vencedor. A luta é tão terrível que há um desmoronamento das barrancas originando o fenômeno das “terras caídas”. (PINHEIRO, 1986, p. 68).

No aspecto do folclore e da cultura amazônica, o discurso de Ary Pinheiro é bastante dialógico no que se refere aos trabalhos de outros intelectuais e poetas brasileiros do período que são referenciados como dignos de consideração por se apropriarem dos mitos e das lendas amazônicas e a partir dessa apropriação produzirem obras literárias e poéticas sobre a região, como é caso do poeta e folclorista Raul Bopp, citado por Ary Pinheiro com um trecho de um de seus versos que traz como tema “A Cobra Grande”. E tal consideração é justificado por Ary Pinheiro pelo fato de Bopp ter se [...] apaixonado profundamente pelo lendário amazônico” (PINHEIRO, 1986, p. 88).

“Choco ou couvade” destaca-se como uma das crônicas mais representativas dos valores e das tradições culturais indígenas. Com uma narração fluida, Ary Pinheiro divide-a entre a explicação de seu papel desempenhado como médico-chefe da

Comissão Dequech em 1941, pelas dificuldades enfrentadas durante a expedição pela região do rio Guaporé, como conheceu o índio chamado por ele de “Aruí” o qual pertencia, segundo o mesmo, a etnia Massacá e por último seu relato em primeira pessoa do costume do “Choco ou Couvade” entre as mulheres indígenas no momento do parto.

Segundo o etnólogo, “Após uma viagem difícil, por esse rio atópetado de colchas” (PINHEIRO, 1986, p. 167), chegaram a cachoeira 15 de novembro situada no rio Pimenta Bueno, um dos formadores do rio Ji-Paraná na região do Vale do Guaporé, onde montaram acampamento e por consequência, um posto médico foi então instalado.

Em seguida, Ary Pinheiro explica que da tribo dos Massacás, um índio “[...] alto, claro, rosto comprido. Belo exemplar da raça indígena.” (PINHEIRO, 1986, p. 167) de nome Aruí, após sofrer uma picada de um espinho venenoso da palmeira Murumuru, não conseguia dormir, além de dores lancinantes e febre alta, procurou o acampamento da expedição para pedir ajuda, o qual foi plenamente prestada pelo médico-chefe daquela e desde então haviam ficado “[...] amigos diletos”. (PINHEIRO, 1986, p. 167).

O “Choco ou Couvade” pode ser sintetizado como um costume que envolvia o parto das mulheres indígenas dentro da tribo dos Massacás na região do Vale do Guaporé, porém segundo Ary Pinheiro, tal costume não era específico deste povo, pois o havia sido estudado pela etnóloga Emília Snethelage entre a tribo dos Apiacás no rio Arinos (PINHEIRO, 1986, p. 168). O “Choco ou Couvade” é narrado por Ary Pinheiro, como sendo o momento em que a “[...] índia deu à luz, sem soltar um gemido sequer, radiante e feliz, retirou as fibras de bananeira, cortou o cordão umbilical com duas pedras, embrulhou a criança com as folhas, banhou a criança no riacho e levou-a para a maloca [...]” (PINHEIRO, 1986, p. 168).

É preciso ressaltar aqui que essa descrição da cena do costume do parto entre as mulheres Massacás relatado por Ary Pinheiro, pode ser percebido como uma representação da cultura e da tradição indígena na Amazônia, não como um aspecto isolado e restrito daquele povo, mas ao que nos indica a narrativa se articula com as teorias culturais difusionistas vigentes na época.

Em vista disso, Ary Pinheiro afirma que na verdade, tal costume é resultado, a partir dos relatos da Dra. Emília Snethelage, do “[...] agrupamento Caraíba que difundiu esse costume entre os tupis, aruaque e jês”. (PINHEIRO, 1986, p. 168), e conclui o autor que tal “[...] marca a presença do complexo cultural heliolítico egípcio na América, difundido quando os Caraíbas atingiram a Amazônia, trazendo consigo restos das culturas antigas” [...]. (PINHEIRO, 1986, p. 169).

Por fim, ao que pudemos apurar até o presente momento foi que a narrativa ensaística de Ary Pinheiro em *Viver Amazônico* se configura não somente como uma mera escolha de um padrão estilístico dentro de um conjunto variável de possibilidades para o enquadramento de um tipo de discurso, mas principalmente como uma forma peculiar de representar as culturas indígenas da Amazônia em seus aspectos míticos, tradicionais, etc., fazendo uso de uma série de possibilidades existentes no campo da linguagem, e que tem como referencial normativo a ciência ocidental.

Por isso, das crônicas selecionadas de *Viver Amazônico*, como em “A involução cultural Aruaque na Amazônia”, “O Boto”, “A Boiúna” e “Choco ou Couvade” podem ser vistas como importantes instrumentos de acumulação de capital simbólico operado ao longo da trajetória de Ary Pinheiro seja como um “linguista amador” em contato com esses grupos da região ou mesmo como um colecionista destes artefatos indígenas, os quais serão posteriormente doados pelo próprio Ary Pinheiro para o acervo do então Museu Territorial de Rondônia em 1964, e que atualmente faz parte do Museu Palácio da Memória Rondoniense.

Considerações Finais

Na última década do século XX, as discussões sobre as possibilidades dos museus como espaços privilegiados de guarda da cultura material e em especial na Amazônia foram revigoradas na medida em que inseria no debate a questão da ressignificação dos objetos oriundos destas culturas em suas múltiplas relações com a memória e a identidade dos povos amazônicos, além de chamar atenção para a problemática do patrimônio indígena do ponto de vista dos mitos, das tradições orais, dos saberes, fazeres, etc., enfim, de todo um conjunto de elementos culturais de

pertencimento destes grupos indígenas que deveriam ser levados em consideração dentro da perspectiva museal.

E neste contexto, a trajetória de Ary Pinheiro na região amazônica e em especial no futuro Estado de Rondônia, se revela uma importante via de compreensão de como outros intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do século XX se relacionavam com esses mitos e tradições indígenas no momento em que produziam suas próprias representações daquelas culturas através de poesias, crônicas, ensaios, literatura, entre outros.

Por fim o que se percebeu até aqui, é que, em parte, os discursos através das narrativas ensaísticas de Ary Pinheiro atuaram como um importante suporte ao papel na trajetória do autor na região amazônica, seja como um guardião do patrimônio indígena, seja colecionando artefatos da cultura material ou mesmo escrevendo e publicando suas impressões em jornais da região, tendo como objeto preferencial as tradições indígenas da Amazônia.

Referências

BARRETO, Cristina. **A construção de um passado pré-colonial**: Uma breve história da arqueologia no Brasil. Revista USP. São Paulo, nº 44, 2000.

BORZACOV, YÉDDA MARIA PINHEIRO. Ary Tupinambá Penna Pinheiro. In: PINHEIRO, Ary Tupinambá Penna. **Viver Amazônico**. Secretaria de Estado de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de Rondônia. Porto Velho.1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. 2 ed. Bertrand Brasil, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso; WORTMANN, Maria Lucia Castagna. **Passando a limpo a Amazônia através da literatura de viagem**: ensinando modos de ver. In: Revista Espaço Pedagógico, v. 17, n. 2, Passo Fundo - RS, p. 306-318, jul./dez. 2010.

PINHEIRO, Ary Tupinambá Penna. **Viver Amazônico**. Secretaria de Estado de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de Rondônia. Porto Velho.1986.

PROUS, André. **O Brasil antes dos Brasileiros**: A pré-história do nosso país. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2007.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. A “Era dos Museus de Etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX. p. 119-143. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. 2. ed., Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. **Classificar e ordenar**: os gabinetes de curiosidades e a história natural. p. 159-170. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. 2. ed., Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

SANJAD, Nelson; SILVA, João Batista Poça da. **Três contribuições de Emílio Goeldi (1859-1917) à arqueologia e etnologia amazônica**. In: Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1, p. 95-133, jan.- abr. 2009.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A Teoria do Habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. Universidade de São Paulo. Revista Brasileira de Educação, nº 20, maio/jun/Jul/ago, 2002.

URBANIZAÇÃO E FESTA JUNINA

CLEBSON CARLOS DE OLIVEIRA
KLEYTON COELHO CASTRO

Programa de Pós-Graduação de Mestrado Acadêmico em
História e Estudos Culturais
Fundação Universidade Federal de Rondônia Campus
José Ribeiro Filho, rodovia BR 364, Km 9,5, Bloco 2K,
Sala 208, CEP. 76801-059, Porto Velho, Rondônia

clebsoncarlosdeoliveira@gmail.com
k.coelho7176@gmail.com

Resumo. *Com a segregação dos bairros, as maiores vítimas dos lugares periféricos são os jovens adolescentes que ficam vulneráveis às práticas ilícitas. O objetivo desse trabalho é discutir o problema da violência urbana e apresentar as atividades socioeducativas inseridas nas festas juninas como forma de prevenção da violência. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo. Os dados levantados apresentam que o meio social depende de eventos culturais como as festas.*

Palavras-Chave: *Urbanização. Violência. Festa Junina.*

Abstract. *With the segregation of the neighborhoods, the greatest victims of the outlying areas are young adolescents who are vulnerable to illegal practices. The objective of this work is to discuss the problem of urban violence and to present the social and educational activities included in the June festivities as a way of preventing violence. The methodology used was a qualitative bibliographical research. The data presented show that the social environment depends on cultural events such as festivals.*

Keywords: *Urbanization. Violence. June Festivals.*

INTRODUÇÃO

Com as transformações sociais, os meios de convivência são sempre alterados para tentar oferecer lugares mais agradáveis para a sociedade. O objetivo é melhorar a condição de vida humana, são lugares artificiais que embora tentam-se fazer com planejamentos e infraestruturas, porém mesmo assim, os projetos executados na prática nem sempre atendem todos os lugares e muito menos a todas as pessoas que dependem do processo das transformações estruturais.

Os seres humanos são aqueles que mais modificam o meio do seu habitat, somos marcados por ideologias que nos fazem modificar os meios onde vivemos. As modificações iniciam-se nas pequenas comunidades que se transformam em pequenas, médias e grandes cidades, tentam as transformações aparentemente planejadas para suportar o inchaço populacional, mas algo foge do controle dos governantes, dos sistemas políticos, das políticas de governo ou políticas de estado e acabam por manter a cidade segregada, ou seja, com bairros não periféricos onde os investimentos em políticas públicas e políticas sociais são implantados com maiores proporções do que em bairros considerados periféricos.

Com os projetos expansionistas e urbanistas, as cidades ganham formas com condições de vida humana, porém, não para todos, com assistência à saúde, educação, saneamento básico dentre outros, mas o grande problema é que o Estado falha ao atender a todos de maneira que a equidade seja efetivada na vida das populações que vivem em vulnerabilidade social, em alguns lugares das cidades, as ações públicas não estão disponíveis para o cidadão, os problemas sociais nesses lugares se proliferam como se fossem uma epidemia que tem cura, porém não tem remédio disponível para todos.

Problemas sócioespaciais contribuem para a precariedade do lugar, uma vez que o Estado não atende aos princípios constitucionais no que se refere a moradia digna, lugares que são violentamente marcados pelos altos índices de criminalidade, são situações que alteram todo processo formativo da criança e do adolescente. É necessário ressaltar que o aumento da violência urbana está atrelado com a falta de muitos outros fatores que a população necessita, dentre eles: incentivo cultural, esportivo, educacional, atividades que envolvam o teatro, os festejos, o lazer este ultimo é até requisitado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). "A negligência e a violência vivida por milhões de crianças e adolescentes continua mesmo quando o adolescente "deveria" estar sob a proteção do Estado com todos os seus direitos garantidos" (PAES, 2015, p. 94).

Os problemas sociais derivam da construção social, construções que invadem os meios sociais diluindo e influenciando a vida do cidadão. São processos que permitem estruturar na mente dos jovens ditados populares, entendidos por eles como

soluções verdadeiras como “o crime é bom”, “o crime compensa”, “a melhor saída é o crime”. O dever do Estado é apresentar ações coletivas que trazem o envolvimento da escola, governo, comunidade, terceiro setor e outras ações que podem ser desenvolvidas in locos para atender à população.

Atrações culturais contribuem para o desenvolvimento social, dentre tantos eventos culturais, os festejos juninos podem fazer parte dessas ações, pois os festejos envolvem a participação de inúmeros jovens, o que pode contribuir para a convivência harmoniosa nos momentos preparativos, facilitar o processo de integração social, ou seja, favorece a convivência social onde um evento cultural faz uma ponte entre pessoas excluídas da sociedade e inserção social.

URBANIZAÇÃO

“Quando a população das cidades cresce mais que a das zonas rurais, acontece o fenômeno que chamamos de urbanização” (COSTA, 2005, p. 01), isso é influenciado pelas diferenças do rural para o urbano, este último reúne diferentes segmentos como primeiro, segundo e terceiro setor, dentre outras, assim como também grande aglomeração populacional. “Esse processo se expande de tal modo, que o conjunto da sociedade passa a ser dominado por valores, expectativas e estilo de vida urbana. Esse processo de mudança comportamental e relacional é reconhecido como urbanização” (SILVA; MACÊDO, 2009, p. 02-03).

Ao longo dos séculos, a sociedade já teve diferentes estilos de vidas, momentos em que grande parte da população era na maioria urbana, no caso de Roma na Idade Antiga, outras em que eram totalmente rurais como período Medieval, esses processos são históricos, “a urbanização é um fenômeno não apenas recente como também crescente, e em escala planetária” (SANTOS, 2008, p.13). Nos últimos séculos, as ofertas do meio urbano estão diretamente relacionadas aos processos de industrialização que necessitam continuamente de mão-de-obra, essas que foram dispensadas dos campos e agora migram para as cidades. Confirma Silva e Macêdo (2009, p. 15)

Nos países industrializados de hoje, entre 60 e 90% dos indivíduos vivem em áreas urbanizadas. As causas principais da urbanização nos países capitalistas desenvolvidos foram a industrialização e a mecanização do campo. Mecanização essa impulsionada por esse mesmo processo de industrialização. A industrialização do campo liberou mão-de-obra, na medida em que as máquinas passaram a realizar o trabalho de várias pessoas.

Giddens (2005) Apud Silva e Macêdo (2009) afirmam que no início do século XIX, a população mundial era superior em áreas rurais não chegava nem a 20% de população urbana, as cidades ainda estavam se modernizando e a procura para habitar em cidades ainda era pouca. Com grande destaque de urbanização entre os anos de 1800 a 1900 considerada a maior cidade do mundo já no século XIX Londres que de 1,7 milhão de habitantes cresceu para 7 milhões no final do século. “Londres era então, de longe, a maior cidade que o mundo jamais havia visto, um vasto centro manufatureiro, comercial e financeiro no coração de um império britânico ainda em expansão” (GIDDENS, 2005, p. 456). Entre os mesmos anos “[...] a população de Nova York saltou de 60 mil pessoas para 4,8 milhões”. (SILVA; MACÊDO, 2009, p. 03)

Como nossos modelos de modernização estão atrelados a modelos americanos ou europeus, países como Brasil tende a copiar modelos de suas cidades como se fosse o modelo ideal/padronizado para a convivência social local, mas isso já acontece há séculos, antes no período colonialista e depois no período imperialista, segundo Sposito (1989, p. 44) “No Brasil, durante o século XVI, foram fundadas 18 cidades, segundo os dados levantados por Nestor Goulart Reis Filho em seu livro, *Evolução urbana no Brasil*, tendo esse número aumentado para 28 no século XVII”. O processo de urbanização continua e nos séculos XIX e XX as cidades brasileiras começavam a ter um maior aumento populacional.

Vemos que em 1872 cerca de 6 por cento da população estava em cidades de mais de cinquenta mil habitantes (Rio, Salvador, Recife e São Paulo, nessa ordem); só as três primeiras possuíam população maior que cem mil e nenhuma alcançara o marco do meio milhão. Em 1960, tínhamos perto de 23 por cento da população em aglomerados urbanos de cinquenta mil habitantes ou mais; tais aglomerados eram em número de 73, 31 dos quais com mais de cem mil habitantes, e seis dentre eles tendo atingido mais de meio milhão de habitantes. (LOPES, 2008, p. 23)

Os lugares apresentam situações contraditórias para a convivência humana, pois ora são meios desejáveis, ora são meios indesejáveis, isso deriva de projeto urbanístico que não atende as necessidades de todos os indivíduos, projetos sendo alguns maus estruturados acabam não conseguindo urbanizar com qualidade todos os setores das cidades. Segundo Mota (1999, p. 17) “O aumento da população e a ampliação das cidades deveria ser sempre acompanhado do crescimento de toda a infraestrutura urbana, de modo a proporcionar aos habitantes uma mínima condição de vida.” Com equidade e dignidade.

As cidades se tornam um problema de espaço por não suportarem o contingente populacional, sem planejamento urbano se tornam espaços precários, “Essa urbanização sem planejamento criou uma situação caótica nas principais capitais do país e suas regiões metropolitanas, com aumento da pobreza e da violência” (UGEDA JUNIOR, p. 08).

Lugares que por falta de ações governamentais acabam se tornando problemáticos e por não atender às necessidades prioritárias dos seres humanos, para D’incão (1997, p. 351) “O que temos é um simulacro de sociedade desenvolvida, onde as pessoas anseiam pela apropriação dos símbolos da modernização travestida de urbanização com seus equipamentos”. Para a autora, as pessoas são iludidas pelas diferenças das cidades e ao mesmo tempo almejam possuir bens que são possíveis somente no meio urbano e isso traz consequências, tais como a formação de bairros periféricos.

Em uma análise dos bairros periféricos de Manchester Reino Unido, Engels Apud Sposito (1989, p. 67) descreveu o seguinte “as casas são velhas, sujas e do tipo menor, as ruas são desiguais, cheias de buracos e em parte não calçadas e destituídas de canalização”. Esses problemas também são visíveis em bairros periféricos das cidades brasileiras, um problema social que deriva do processo de urbanização mal sucedida. (D’INCÃO, 1997)

Diante desse processo, ocorre a segregação dos bairros como corrobora Sposito (1989, p. 68).

[...] os inúmeros "problemas" urbanos advindos da rápida industrialização incentivaram o comportamento individual e a separação espacial das classes sociais dentro da cidade: os bairros de pobres, os bairros de ricos... Ter uma residência individualizada cercada de espaços era sinal de prestígio social, só possível para os mais ricos.

Uma problemática tipicamente das cidades por não conseguir manter o domínio estrutural do meio urbano, as divisões são claramente percebidas ao circular em bairros localizados nos recantos das cidades. As diferenças sociais aparecem juntas com as desigualdades sociais, o poder aquisitivo do indivíduo se agrava diante da ideologia capitalista que está sempre em busca do crescimento econômico. Com isso, “a cidade moderna tende a expandir seus limites, criar novos bairros, subúrbios e a periferia cresce indefinidamente, que podem dar origem a novas cidades”. (SILVA; MACÊDO, 2009, p. 07)

VIOLÊNCIA URBANA

Os meios urbanos apresentam uma variedade de problemas sociais que se reúnem em pequenos espaços de convivências. Nesse sentido, pessoas migraram dos campos para as cidades com intuito ideológico de que há uma igualdade urbana, não é determinante que o meio rural tem a igualdade, mas os impactos sociais no meio urbano são predominantes quando comparados com os dos meios rurais. Ideologicamente, a população deixa os campos vazios com a ideia de viver a globalização ou a modernização que para muitos esta no meio urbano, porém a modernização não é regra taxativa para a riqueza, segundo Ugeda Junior (2009, p. 08):

O processo de modernização da economia brasileira até os dias de hoje, não levou à superação da pobreza e das desigualdades sociais, a modernização aprofundou as desigualdades já existentes geradas num passado distante, pois esteve apoiada numa maior concentração de renda.

Os problemas são desencadeados por falta de políticas públicas e, ao mesmo tempo, por falta de políticas sociais. Em lugares urbanos, a violência se espalha como um efeito dominó que está atrelado à grande desigualdade urbana que separam os bairros nobres e não nobres. Para Paes (2015, p. 88) “a violência se estabelece a

partir da concentração da riqueza, da falta de dignidade de vida das populações mais pobres e de um sistema político extremamente violento contra esses mesmos pobres.” Em um pequeno espaço, na cidade, há estilos e hábitos de vidas diferentes, embora a tolerância seja sempre requisitada, isso nem sempre acontece, uma vez que bairros segregados não oferecem as mesmas condições de vivência para a população. É notório que a desigualdade social influencia na cultura, autoestima, realização pessoal, e os problemas sociais surgem como consequências e dentre eles destaca-se a violência.

Vários são os problemas vivenciados atualmente por esse modelo de desenvolvimento urbano: cidades extremamente expandidas, grandes engarrafamentos, centros deteriorados e muitos conflitos urbanos. Na medida em que as cidades crescem e se urbanizam, esse crescimento explosivo das cidades tem sido acompanhado por uma maciça urbanização da pobreza e da violência urbana. (SILVA; MACÊDO, 2009, p. 15).

Para Lopes (2008, p. 28) “A rigor elas não crescem, e sim “incham”, aumentando a sua população em clara desproporção às oportunidades de emprego”. Nessa desproporção as diferenças econômicas separam a população entre classes A, B, C e D, os níveis de problemas se agravam de acordo com a classe econômica de cada cidadão que vive e sobrevive entre as diferenças. A violência, um enigma que continua a crescer, principalmente em cidades maiores que o contingente populacional e maior, enigmas para o capitalista que finge em não ver a desigualdade social. De acordo com (GIDDENS, 2005, p. 457) a diferentes diálogos sobre o meio urbano.

Desde a época da formação das grandes aglomerações urbanas, no século XVIII, as opiniões acerca dos efeitos das cidades sobre a vida social têm se polarizado. Alguns enxergavam nas cidades uma representação da “virtude civilizada”, a fonte do dinamismo e da criatividade cultural. Para esses autores, as cidades maximizam as oportunidades para o desenvolvimento econômico e cultural, proporcionando um meio para uma existência confortável e satisfatória. Outros rotulavam a cidade de inferno fumegante apinhado de multidões agressivas e portadoras de uma desconfiança mútua, cheia de crimes, violência e corrupção.

No último dialogo, a violência, não mais importante do que os outros dizeres, mas o mais preocupante para a sociedade uma vez que a violência apresenta desconforto, intolerância, sangria, tragédia e outros. Embora algumas cidades apresentem uma situação mais confortável para a convivência humana, os problemas sociais ainda persistem em manifestar-se nas cidades, pois a periferia não recebe o que o centro da cidade recebe, como eventos culturais, esportivos, e outros. Assim se constroem dois lados, afirma (COSTA, 2005, p. 04):

As megacidades, com mais de 10 milhões de habitantes e situadas principalmente em países subdesenvolvidos, são ricas em contrastes: modernidades e arcaísmo, riqueza e pobreza. Muitas possuem boa infraestrutura, mas são inseguras e violentas, tornando-se pouco atraentes para os grandes grupos empresariais e turismo.

Uma diversidade de problemas se mistura com algumas características que as cidades tentam apresentar para a sociedade, uma mistura de pobreza com riqueza pertencente a mesma cidade, as diferenças são facilmente identificadas entre um bairro e outro, uma situação que deixa a cidade pouco atraente para quem procura o conforto e a segurança.

FESTA JUNINA COMO MEDIDA PREVENTIVA

Nessa problemática de haver bairros mais assistidos e outros menos assistidos pelos órgãos competentes, é de suma importância que sejam promovidos eventos culturais nos bairros. Em pesquisa realizada por Anarriê (2006) na cidade de Boa Vista-RR os moradores “decidiram organizar uma quadrilha para oferecer uma opção a mais de lazer para o Bairro” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 89). Promover o lazer nos bairros é uma forma de assistir os bairros e ao mesmo tempo prevenir que jovens entrem no mundo do crime.

Segundo Campos (2007) e Rangel (2008) a festa junina embora já tenha passado por algumas readaptações ao longo da história ela pode ser considerada uma tradição milenar com origens das comemorações na idade antiga, em tempos antigos julgava-se que estas festas faziam parte de rituais de celebração de

passagens de estações. Essas festas tinham como intuito distanciar os espíritos maus que segundo a população rural provocava a esterilidade das terras. “Se pesquisarmos a origem dessas festividades, perceberemos que elas remontam a um tempo muito antigo, anterior ao surgimento da era cristã.” (RANGEL, 2008, p. 15)

Já durante a Idade Média, essa celebração, sofre um processo de cristianização, onde a Igreja Católica concedeu como padroeiros os santos, onde as datas coincidiam com as datas hagiográficas de Santo Antônio, São João e São Pedro. Com a posse da Igreja Católica na confecção da tradição festa, todos os rituais de cunho pagão se tornaram uma simbologia religiosa para demonstrar algum fenômeno natural. (CAMPOS, 2007; RANGEL, 2008)

Sendo Campos (2007) no Brasil essa festividade foi implantada pelos portugueses, desde a colonização essa festividade tem o caráter ruralista. Com ideologias voltadas para o homem do campo e suas atividades na agricultura. Uma festa tradicional no Brasil com bastante diversidade cultural, que acontece geralmente no meio do ano nos meses de junho e julho. As festas juninas normalmente são organizadas por comunidades católicas e escolas, uma característica da festa é sua popularidade no meio social, no meio urbano, os festejos reúnem um grande número de pessoas, uns participam das danças, outros trabalham nas barracas, outros vão aos eventos apenas como ouvintes.

Talvez por isso, a introdução das festas juninas em nosso país também é bastante antiga, aparecendo desde o início de nossa história, no século XVI. De acordo com Câmara Cascudo (1972), citando um depoimento do padre Fernão Cardim, em 1583 essa já era a festividade mais popular, entre as introduzidas pelos portugueses em Pindorama, e testemunhas do século XVII informam sobre a grande popularidade da festa naquela época. Esse estudioso de nossa cultura confirma que as cerimônias e credences que acompanhavam as festas de antigamente eram reminiscências de rituais muito antigos. (CAMPOS, 2007, p. 591)

Os eventos culturais, na formação de jovens, são importantes, pois os eventos juninos contribuem para interação da sociedade, principalmente de jovens, sendo uma ação socioeducativa e coletiva entre organizadores e participantes, jovens se ocupam com o que tem em sua disponibilidade no momento, por ora muitos se ocupam interagindo com grupos de pessoas mais velhas, estes que já são vítimas do sistema

que os permitiu entrar e praticar várias ação em desacordo com a lei como violência, roubo, furto dentre outros. As ações de interatividade entre jovens devem ser constante, argumenta Nóbrega (2010, p. 20)

A interação social é dependente de frágeis articulações, inconstantes, instáveis e temporárias em contínua e permanente elaboração no meio social comunitário, devidamente assimilada pelos atores locais que a utilizam para observar e interpretar as realidades em que vivem.

Tais eventos atraem todos públicos, principalmente os jovens que procuram diversões continua nas cidades, por isso a necessidade do incentivo à cultura, pois na ausência de políticas culturais que incentivam os eventos os problemas que se relaciona com à criminalidade tende a aumentar nas cidades. Os festejos juninos segundo o pesquisador da cultura popular Trigueiro (2006) Apud (NÓBREGA, 2010, p. 260) descreveu que:

[...] são espetáculos organizados que nos chamaram atenção não só pela beleza, mas sobretudo, pela sua origem na periferia da cidade. Melhor dizendo organizado por jovens que vivem próximos as experiências dos excluídos, dos mais marginalizados pela sociedade. Vejo nas “quadrilhas estilizadas”, ou mesmo nessas manifestações culturais o início de um novo gênero misto de dança e folguedo, tradicional e moderno, com grande potencial de comunicação desses jovens com o mundo de fora.

Para os adolescentes que vivem em ambientes desassistidos pelo Estado, os eventos podem prevenir e arquitetar a relação de inúmeros jovens. Nesse contexto, a festa junina pode contribuir significativamente para minimizar as ações praticadas por jovens, ações negativas de acordo com a lei. As ações violentas que partem do indivíduo podem ter origens históricas, confirma (PAES, 2015, p. 61)

Se o psiquismo do indivíduo é histórico, remontando a ancestralidade da humanidade e o/a adolescente se apropriou dessas formas culturais, a violência não nasceu nele/a, não pode ser naturalizada, mas compreendida como algo que faz parte de um todo social e que o/a adolescente não deve e não pode ser punido pela sua conduta, mas impedido de continuar cometendo atos infracionais, responsabilizando-se pelos seus atos e educado objetivamente.

No que se refere à parte de um todo social, reafirma a ideia de que somos produtos do meio, assim se faz necessário aproveitar momentos de elaboração das festas juninas para, concomitantemente, inserir vários programas socioeducativos, ou seja, sendo atividades multidisciplinares. Do mesmo jeito que ações socioeducativas podem ser concomitantes com o esporte, os festejos também podem. São métodos estratégicos que até a própria escola utiliza nos trabalhos multidisciplinares.

A perspectiva multidisciplinar é uma das principais características da socioeducação, assim a educação é uma das áreas que constituem as ações socioeducativas. O PP como estratégia, envolve várias etapas e consiste em inovação para a materialização de ações que favoreçam um trabalho coletivo. (MACIEL; ADIMARI, 2015, p. 50)

Bem se sabe que para uma festa ser bem elaborada, precisa-se de tempo, nenhuma festa é organizada em um período curto, seria nesse grande período uma oportunidade para implantação de programas socioeducativos de cunho preventivo, para adolescentes se socializarem, ou seja, socialização de uma criança/adolescente para a vida em grupo (família, escola, comunidade e etc.). “Do ponto de vista conceitual e normativo, cada vez mais estamos esclarecidos dessa premissa, o que precisamos avançar é na operacionalidade de serviços e programas em função dos adolescentes e de suas famílias” (PAES; ADMARI; COSTA, 2015, p. 11)

Paes (2015, p. 93) argumenta que “A grande maioria das crianças e adolescentes das classes populares no Brasil não tem acesso a atividades culturais e desportivas que teriam importante papel na prevenção a violência”. Assim essas festividades que tem seu ápice nos meses de junho e julho, já iniciam seus preparativos por volta do mês de fevereiro, sendo assim, tem cerca de 5 a 6 meses de elaboração. Esse período dos meses pode ser usado para desenvolvimento de programas comunitários e oficinas educativas, como prevenção do uso de drogas, encaminhamento a programas do governo, discussão sobre violência, saúde e dentre outros. Porém, ainda falta atenção dos governantes para as realizações das festas juninas, pois “em algumas cidades, atualmente, as escolas são os únicos locais onde as festas juninas ainda são realizadas, uma vez que elas desapareceram até de muitos clubes” (CAMPOS, 2007, p. 593)

Na elaboração das festividades envolve a comunidade e promove a “interação social” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 28) além do auxílio que todos podem oferecer aos adolescentes, como forma de prevenção contra a marginalidade e criminalidade. Embora muitas vezes os festejos juninos têm uma relação com o mercado capitalista, isso é irrelevante se observarmos que o mesmo festejo também tem relação interacionista com e entre os jovens, uma vez que a maioria dos participantes são jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças da sociedade são parte da construção da mesma, um processo evolutivo com falhas e acertos no âmbito social, são ações que fazem parte de processos que englobam todos, as transformações nos meios urbanos devem necessariamente também observar as transformações contínuas na sociedade, ou seja, um conjunto de políticas e ações que mantêm o acompanhamento social, com foco na inclusão das classes sociais, com interação das unidades governamentais ou não governamentais para combater os problemas que emergem da ausência de políticas sociais, problemas que resulta em violência no meio urbano.

Conclui-se que a violência nas cidades pode ser diminuída com eventos culturais que envolvem todas as classes e faixa etária, inclusive jovens que necessitam da atenção não só da família, mas de toda sociedade. As políticas de incentivo aos eventos devem ser observadas com mais prioridades, pois, sem elas, os jovens procuram outras diversões, diversões que nem sempre são plausíveis na sociedade, diversões que podem levar para caminhos da violência.

Compreende-se que os eventos culturais trazem consigo outros benefícios no processo de organização, a festa junina que tem as apresentações em meados do ano, na verdade para os participantes já começou há meses antes e com isso permitem que os envolvidos mantenham uma relação contínua até a data do evento, uma relação que pode afastar os jovens de outras atividades que a sociedade repudia, como a violência. A festa junina pode ser um evento que auxilia a interação de jovens,

sendo um processo que envolve competição, lazer, alegria e outros. É importante ressaltar que as ações socioeducativas evitam ações para ressocialização.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Teresa Kátia Alves de. **As quadrilhas juninas e suas transformações culturais nos festivais folclóricos em Boa Vista – Roraima (2001-2011)**. Manaus: UFAM/UFRR, 2013. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2299/1/TERESA%20K%C3%81TIA%20ALVES%20DE%20ALBUQUERQUE.pdf>>. Acesso em 28 de Março 2018.

COSTA, Gilberto Pamplona da. **Mundo Geografia**, 2005. Disponível em: <<https://www.mundoedu.com.br/uploads/pdf/53a8822eae9ca.pdf>>. Acesso em 10 de Agosto 2017.

CAMPOS, Judas Tadeu De. **Festas Juninas nas Escolas: Lições de Preconceitos**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 99, p. 589-606, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a15v2899.pdf>>. Acesso em 01 de Agosto 2017.

D'INCÃO, Maria Ângela. **Mulher e Modernidade na Amazônia**. Belém: CEJUP, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **O processo de urbanização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, ISBN: 978-85-99662-82-3. SciELO, 2008.

MACIEL, Carina E.; ADIMARI, Maria F. **Projeto pedagógico e socioeducação: a educação como possibilidade de superação**. In. *Socioeducação e Intersetorialidade: Formação Continuada de Socioeducadores*. Campo Grande: Editora UFMS, 2015.

NÓBREGA, Zulmira. **A Festa do Maior São João do Mundo: Dimensões Culturais da Festa Junina na Cidade de Campina Grande**. Universidade Federal da Bahia Faculdade de Comunicação Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Salvador, 2010.

MOTA, S. **Urbanização e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

PAES, Paulo Cesar Duarte; ADIMARI, Maria Fernandes; COSTA, Ricardo Peres da. **Socioeducação e intersetorialidade: formação continuada de Socioeducadores**. Campo Grande: UFMS, 2015.

RANGEL, Lúcia Helena Vitalli. **Festas juninas, festas de São João: origens, tradições e história**. São Paulo: Publishing Solutions, 2008.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3^a.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

UGEDA JUNIOR, José Carlos. **Urbanização Brasileira, Planejamento Urbano e Planejamento da Paisagem**. In: Congresso do Meio Ambiente da AUGM. São Carlos: Edufscar, 2009. v. 5. Disponível em: <<http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A2-151.pdf>>. Acesso em 12 de Agosto 2017.